

**INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
ESCOLA SUPERIOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Dissertação de Mestrado em Jornalismo

**Anatomia de uma rádio local:
A Rádio Regional Sanjoanense**

Mara Lisa Queirós Saramago

Orientadora: Prof.^a Doutora Filipa Mónica de Brito Subtil

Novembro 2012

Declaração

Esta dissertação é apresentada para cumprimento dos requisitos necessários para completar o 4º Semestre e obter o grau de mestre.

Declaro que este trabalho é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

Mara Saramago

Agradecimentos

Agradeço a todos quantos tornaram possível a elaboração desta dissertação.

À minha orientadora, Prof.^a Doutora Filipa Mónica de Brito Subtil, pela paciência, partilha do saber e valiosas contribuições em todo este trabalho, mostrando-se constantemente disponível para resolver os meus problemas, indecisões e impasses.

A toda a equipa da Rádio Regional Sanjoanense, pela ajuda e tempo despendido.

Aos meus pais por sempre terem acreditado e apostado em mim. Em especial à minha mãe e “irmãozinho” pelo carinho, compreensão e companheirismo nos dias, mas essencialmente nas noites, que levaram a realização deste trabalho.

Por último, dedico esta dissertação ao meu avô, Fernando Durães, que ficará para sempre associado ao seu processo de elaboração.

Resumo

A presente dissertação tem como principal objectivo realizar a anatomia da Rádio Regional Sanjoanense (RRS), uma rádio local da cidade de São João da Madeira, pertencente a uma empresa de comunicação social que, para além da emissora, detém também um jornal (*O Regional*). Pretende-se responder às seguintes questões: em que circunstâncias (sociais, políticas e legais) foi criada a RRS? Quais eram os objectivos iniciais dos seus fundadores? Como ocorreu o seu processo de legalização? Como funciona do ponto de vista organizativo? Em que tipo de conteúdos aposta e porquê? Partindo destas interrogações, realizou-se um percurso de investigação que começa por enquadrar teoricamente o fenómeno das rádios piratas ou livres na Europa, recorrendo aqui a textos clássicos dos anos de 1930 sobre as funções sociais da rádio. De seguida, centra-se na realidade nacional, traçando uma breve história da rádio em Portugal, com o especial ênfase na história do movimento das rádios piratas. Por último, analisa-se detalhadamente a RRS, nas suas dimensões organizacional, sociográfica e de conteúdos.

Palavras-chave: Rádio, Rádios Locais, Rádio Regional Sanjoanense

Abstract

The present dissertation has as main objective to accomplish the anatomy of the Rádio Regional Sanjoanense (RRS), a local radio station in the city of São João da Madeira, owned by a media company that in addition to the station, also owns a newspaper (*O Regional*). It is intended to answer the following questions: Under which circumstances (social, political and legal) was RRS created? Which were its founder's initial objectives? How did the process of legalization occurred? How does the organizational point of view work? In what contents does it bets and why? Based on these questions, a research path that begins by framing theoretically the phenomenon of the pirate radio in Europe was performed, using here the classic texts of the 1930s on the radio social functions. Thereafter, it focuses on the national reality, tracing a brief history of radio in Portugal, with special emphasis on the pirate radio movement history. Lastly, RRS is analyzed in detail within its organizational, sociographic and content dimensions.

Key words: Radio, Local Radio, Rádio Regional Sanjoanense.

Índice

Agradecimentos.....	III
Resumo.....	IV
Abstract	V
Introdução.....	8
Capítulo I. NOTAS PARA UMA REFLEXÃO TEÓRICA SOBRE AS RÁDIOS LIVRES NA EUROPA	10
Contexto político das primeiras reflexões sobre as rádios livres: o relatório MacBride.....	10
Rádio, comunidades locais e vida pública.....	13
Reflexões teóricas em Portugal	17
A internet e as rádios locais. Que perspectivas?.....	18
Capítulo II. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DA RÁDIO EM PORTUGAL.....	21
A rádio no mundo.....	21
Os primórdios da rádio em Portugal.....	23
A rádio e o Estado Novo	27
As três grandes rádios nacionais	29
O Rádio Clube Português	29
Emissora Nacional.....	32
Rádio Renascença.....	35
A “regionalização” das rádios nacionais	39
Capítulo III. OS PRIMÓRDIOS DAS RÁDIOS PIRATAS EM PORTUGAL.....	41
O processo de legalização	45
Lei da Rádio	47
Decreto-Lei nº 338/88 de 28 de Setembro de 1988.....	48
Concurso Público	49
O Pós-atribuição de alvarás	50
As rádios locais na actualidade.....	52

Capítulo IV. ANATOMIA DA RÁDIO REGIONAL SANJOANENSE	56
O panorama do sector da comunicação social na cidade de São João da Madeira	56
Propriedade.....	60
Recursos Físico-logísticos	60
Recursos Financeiros.....	62
Recursos Humanos - breve caracterização sociográfica.....	63
Estatuto Editorial.....	65
Programação.....	67
Informação.....	72
Programação desportiva	73
Rádio Regional Sanjoanense na Internet.....	76
Conclusão	78
Bibliografia.....	81
Anexos.....	86
Anexo I.....	86
Anexo II.....	88
Anexo III	90
Anexo IV	91
Anexo V	92
Anexo VI.....	93
Anexo VII.....	98
Anexo VIII	104
Anexo IX	107
Anexo X	111

Introdução

A presente dissertação tem como principal objectivo realizar a anatomia da Rádio Regional Sanjoanense (RRS), uma rádio local da cidade de São João da Madeira, pertencente a uma empresa de comunicação social que, para além da emissora, detém também um jornal (*O Regional*). Pretende-se responder às seguintes questões: em que circunstâncias (sociais, políticas e legais) foi criada a RRS? Quais eram os objectivos iniciais dos seus fundadores? Como ocorreu o seu processo de legalização? Como funciona do ponto de vista organizativo? Em que tipo de conteúdos aposta e porquê? Partindo destas interrogações, realizou-se um percurso de investigação que começa por enquadrar teoricamente o fenómeno das rádios piratas ou livres na Europa, recorrendo aqui a textos clássicos dos anos de 1930 sobre as funções sociais da rádio. De seguida, centra-se na realidade nacional, traçando uma breve história da rádio em Portugal, com o especial ênfase na história do movimento das rádios piratas. Por último, analisa-se detalhadamente a RRS, nas suas dimensões organizacional, sociográfica e de conteúdos.

Esta dissertação foi assim dividida em quatro capítulos. O I capítulo apresenta algumas das reflexões fundadoras sobre a função social da rádio (Benjamin, 1931; Brecht, 1932), realizadas nos anos de 1930. De seguida, discute teoricamente o fenómeno das rádios livres na Europa (Guattari, 1978; Flichy, 1978). O II capítulo tem por objectivo contextualizar historicamente a rádio em Portugal. Estuda os seus primórdios, em particular as primeiras descobertas e os seus criativos e traça em seguida, de forma sucinta, o historial das principais emissoras nacionais, o Rádio Clube Português, a Emissora Nacional e a Rádio Renascença. O capítulo III, complemento do anterior, dedica-se à história que vai do movimento das rádios piratas à sua legalização como rádios locais.

Nestes três primeiros capítulos, a estratégia metodológica centrou-se fundamentalmente em técnicas documentais (Almeida & Pinto, 1990, 94): recolha bibliográfica na área das ciências da comunicação e da história da rádio, que permitiu desenvolver o estado da arte neste domínio de estudo, bem como traçar a

história da rádio em Portugal. Recorreu-se também a documentos oficiais (ex. Diários da República), que foram fundamentais para compreender todo o processo legislativo que conduziu à legalização das rádios piratas.

No IV capítulo faz-se a análise detalhada da Rádio Regional Sanjoanense. Analisa-se o caminho percorrido pelos responsáveis da emissora no conturbado processo que levou à sua legalização e procura-se retractor a actualidade da emissora com especial enfoque nas dimensões organizacional, financeira, sociográfica e de conteúdos.

Aqui recorre-se a técnicas documentais, como a análise de documentos oficiais, que permitiram contextualizar os primórdios da rádio em estudo (Diário da Republica, Série II, nº 264, 15/11/1995; Alvarás de licenciamento; Estatuto Editorial; Registo de operador; Grelha de programação e de publicidade) e confronto de material de imprensa (o jornal da empresa, *O Regional*). Recorremos também a técnicas não documentais (Almeida & Pinto, 1990, 94), nomeadamente à observação participante conjuntural. A investigadora fez algumas inclusões no quotidiano da Rádio Regional Sanjoanense para observar as rotinas de trabalho do grupo em estudo. Realizaram-se ainda entrevistas orais semiestruturadas¹, ao proprietário, José da Silva Pinho, ao editor, José Miguel da Silva Pinho, e a três colaboradores, Augusto Lopes, António Santos e Joana Costa². As duas primeiras entrevistas (proprietário e editor) têm como objectivo principal a compreensão do percurso da rádio desde o seu início até à actualidade. As três entrevistas aos colaboradores procuraram compreender quais as suas formações, experiências profissionais, e entender as suas visões relativas à importância da Internet para a emissora.

¹ Entenda-se por semiestruturada um tipo de entrevista que embora conte com um guião prévio onde constam as perguntas principais, permite introduzir outras questões no momento (Almeida & Pinto, 1990, 101)

² Todos os entrevistados autorizaram a que os seus nomes fossem mencionados neste trabalho. As entrevistas realizadas constam como Anexos.

CAPÍTULO I. NOTAS PARA UMA REFLEXÃO TEÓRICA SOBRE AS RÁDIOS LIVRES NA EUROPA

Contexto político das primeiras reflexões sobre as rádios livres: o relatório MacBride

O termo “rádio pirata”³ surgiu pela primeira vez, em 1964, em Inglaterra, a propósito do surgimento da Rádio Coraline. Esta rádio transmitia, sem qualquer tipo de licença a partir de um navio (o “Coraline”) ancorado ao largo das costas britânicas, surgindo daí a designação de “pirata”. A emissora era essencialmente controlada por jovens que, ao emitirem através de navios fundeados, não infringiam a legislação vigente, pois encontravam-se além do espaço territorial marítimo controlado pelas autoridades governamentais. Existiu até 1997, embora tenha interrompido as emissões entre 1968 e 1972, e serviu de exemplo para outras rádios que se lhe seguiram. A Rádio Coraline revolucionou o panorama radiofónico da época essencialmente por passar músicas populares para a Grã-Bretanha e outros países Europeus (cf. Briggs & Burke, 2006 [2002], 226; Jeanneney, 2003, 212). Outras experiências da mesma natureza tinham já ocorrido na Holanda, onde, em 1960, a Rádio Verónica começa a emitir a partir de um farol antigo ao largo da costa holandesa.

O movimento das rádios e televisões livres ou piratas surgiu nos anos de 1960 e 1970 principalmente na Europa (França, Itália e Holanda). As rádios livres - tanto nestes como na maior parte dos países Europeus onde surgiram - procuravam essencialmente combater o monopólio do Estado relativamente ao espectro de radiodifusão e assumir-se como um discurso alternativo aos *media* nacionais. É na segunda metade da década de 1970, que este tipo de rádios se

³ As rádios piratas são emissoras que não têm autorização legislativa para funcionar. Normalmente tem baixa potência de transmissão e o seu alcance é limitado.

multiplica em França⁴ e em Itália⁵, com o Tribunal Constitucional Italiano, (em 1975), a declarar inconstitucional o Estado deter o monopólio da radiodifusão no país. Nesta sequência e na ausência de regulamentação, estava aberto um vazio legal que promoveu o surgimento de uma vasta rede de rádios locais e livres. Em 1976, surgia em Bolonha, a rádio livre mais famosa de Itália, a Rádio Alice.

O movimento das rádios livres na Europa ocorre sensivelmente ao mesmo tempo em que se iniciava um debate internacional, promovido pelo movimento dos Países Não-Alinhados e apoiado pela UNESCO, sobre as desigualdades dos fluxos informativos à escala mundial. Embora os países de terceiro mundo já viessem a reclamar um maior equilíbrio na circulação internacional de informação desde a década de 1950, só em 1970 esta reivindicação foi exposta pela primeira vez na 16ª Conferência Geral da UNESCO (cf. Mesquita, 2003, 175). Estes países contestavam a ordem vigente essencialmente pelo desequilíbrio nos fluxos globais de informação que favoreciam os países em desenvolvimento. As queixas recaíam fundamentalmente na unidireccionalidade dos circuitos e na não contribuição dos países de terceiro mundo para o processo de informação e comunicação a nível global. A principal causa do desequilíbrio de fluxos informativos era imputada às quatro principais agências de imprensa dos países desenvolvidos, a Agence France Presse, a Reuters, a Associated Press e a United Press International. Estas agências eram acusadas de fazer um tipo de cobertura tendenciosa, incorrecta, não objectiva e inadaptada (cf. Mattelart, 1999, 92). Neste sentido, os países reivindicavam uma nova ordem mundial da informação que substituísse a natureza vertical dos fluxos informativos por circuitos horizontais, permitindo assim desenvolver as ligações Sul-Sul e tornar bidireccional o eixo Norte-Sul (cf. Mesquita, 2003, 177).

Com o propósito de alargar a discussão aos membros da UNESCO, em 1977, o director desta agência das Nações Unidas, Amadou Mahtar M'Bow

⁴ As rádios livres em França eram também chamadas de “rádios verdes” por “muitas delas se terem destacado na luta pela defesa do meio ambiente e em particular contra a proliferação de armas nucleares” (Bonixé, 2006, 159). A este respeito ver também o autor francês que mais tem escrito sobre este assunto, Lefebvre (2008).

⁵ O fenómeno das rádios livres em Itália ficou conhecido como “cacofonia italiana”, “devido à disseminação de pequenas emissoras por todo o país” (Bonixé, 2006, 159). A este respeito ver Umberto Eco (1981) “Una nueva era en la libertad de expresión” in *De las Ondas Rojas a las Radios Libres*, pp.213-230.

encomendou a uma comissão internacional um estudo sobre os problemas da comunicação no mundo. Esta comissão, constituída por eminentes investigadores de 16 nacionalidades e presidida pelo irlandês Sean MacBride⁶, tinha como objectivos analisar os problemas da comunicação à escala global e propor uma “Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação” (NOMIC). O documento que resultou das discussões ocorridas nesta comissão, intitulado Relatório MacBride⁷ (também conhecido como “Um Mundo e Muitas Vozes”) foi publicado em 1980. Na sua sequência foi criado o “Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação” (PIDC) que contava com um orçamento próprio com vista a corrigir os desequilíbrios internacionais de informação. (cf. Mesquita, 2003, 175).

O relatório confirmava os problemas da concentração dos *media*, o acesso desigual à informação e comunicação e admitia também o desequilíbrio do fluxos informativos entre os países ricos e os em vias de desenvolvimento. Constava mesmo no documento que o mundo recebia 80 por cento das notícias via Londres, Nova York e Paris (cf. Mesquita, 2003, 177). Como solução para esta troca desigual de informação, o relatório avançava com propostas que permitissem redistribuir e equilibrar os fluxos de informação entre os países, considerando que todos tinham o direito de informar a nível mundial os seus interesses, objectivos e valores, ou seja, participal na troca internacional de informação. Este foi, segundo Armand Mattelart, o primeiro documento oficial de um organismo “representativo da comunidade internacional” que não só reconhecia a existência de um desequilíbrio no fluxo mundial de informação e comunicação, mas também apresentava possíveis estratégias para reverter a situação (1996, 92).

Este relatório embora tenha recebido apoio internacional, foi condenado pelos EUA e pelo Reino Unido. O que resultou no afastamento dos dois países da UNESCO⁸. A interpretação da doutrina do *Free Flow of Information* (livre

⁶ MacBride foi Prémio Nobel e Prémio Lenine da Paz, ministro dos Negócios Estrangeiros da Irlanda e secretário-geral adjunto da ONU, chefe de Estado Maior do IRA e fundador da Amnistia Internacional.

⁷ A este respeito, ver ainda UNESCO (1981) e Makagiansar (1981).

⁸ Em 1984, os EUA abandonaram a UNESCO e um anos depois seguiu-se o Reino Unido. Ambos os países reingressaram nesta organização em 2003 e 1997, respectivamente.

circulação de informação) “tal como outras expressões genéricas e mal definidas, mas comumente aceites e carregadas de conteúdo emocional [...] não conduzia a uma interpretação unívoca” (Mesquita, 2003, 175). O que para estes países significava a manutenção da situação actual, para os outros representava a sua total alteração.

A NOMIC não resultou em termos de aplicabilidade naquilo que era esperado pelo movimento dos Países Não-Alinhados. O desequilíbrio internacional não foi amenizado e a dependência do Terceiro Mundo agravou-se, como refere Mesquita:

“A situação deteriorou-se. As novas tecnologias da informação conferem-lhe outra dimensão. À crise da UNESCO somou-se a crise das agências noticiosas. Os partidários mais radicais da NOMIC tiveram de recuar. O relatório MacBride desactualizou-se, mas permanece, apesar disso, como a única alternativa consistente – ao menos no plano teórico – aos modelos clássicos da difusão, no sentido de contrapor um projecto de comunicação e desenvolvimento à lógica implacável do poder e o controlo” (2003, 183).

Rádio, comunidades locais e vida pública

Devem-se a Walter Benjamin e a Bertolt Brecht, poeta e dramaturgo alemão, logo nos anos 1930, as primeiras reflexões sobre a função social da rádio. Brecht, no seu livro *Teoria da Rádio*, publicado em 1932, reúne um conjunto de cinco artigos, que publicou entre 1927 e 1932, onde sintetiza o seu pensamento sobre o novo meio de comunicação que estava a surgir: a rádio.

Brecht considera que a rádio surge não como uma necessidade das pessoas, mais sim uma realidade à qual as pessoas se procuraram adaptar: “tinha-se repentinamente, a possibilidade de dizer tudo a todos, mas, pensando bem, não havia nada a ser dito” (2007 [1932], 228). A rádio no seu início não era mais do que uma imitação do que já se fazia nas instituições de difusão, representava teatro, ópera, música e palestras. Nesse sentido, o autor afirma que este novo meio

de difusão apenas veio servir de elemento decorativo da vida pública, condenando essa direcção que a rádio está a levar. Nestes termos, considera mesmo duvidosa a função da rádio, e nesse sentido propõe uma modificação do seu funcionamento:

“o rádio deve deixar de ser um aparato de distribuição para se transformar num aparato de comunicação. O rádio seria o mais admirável aparato de comunicação que se poderia conceber na vida pública, um enorme sistema de canais; quer dizer, seria, caso ele se propusesse não somente a emitir, mas também a receber; ou, não apenas deixar o ouvinte escutar, mas fazê-lo falar; e não isolá-lo, mas coloca-lo numa relação” (2007 [1932], 228-229).

O teórico defendia que a rádio deveria desempenhar uma função de intercâmbio de informação entre a sociedade e os assuntos públicos, avançando mesmo que a rádio devia servir de meio para o governo e a justiça darem a conhecer as suas actividades à comunidade e justificá-las. Dito de outro modo, a rádio deveria procurar, através dos relatos dos governantes, dar respostas às principais questões da comunidade. Neste sentido, todos os temas que tivessem significado social para a população deveriam ser avançados por este meio de comunicação. Só assim a rádio conseguiria passar de um mero elemento decorativo na sociedade a meio bidireccional de ensino e de formação. Como sublinha o autor: “Atribuir um carácter interessante a esses empreendimentos educativos, ou seja, tornar interessante o que interessa, constitui uma tarefa formal do rádio” (2007 [1932], 231).

Cerca de trinta anos depois, anos de 1970, esta discussão sobre o papel social da rádio iniciada por Brecht, vai ter continuidade na reflexão teórica que irá enquadrar o movimento das rádios livres na Europa. Um dos intervenientes mais importantes foi Felix Guattari, filósofo francês e activista do movimento das rádios livres em França, que animou o debate intelectual sobre este fenómeno. Num artigo publicado, em 1978, na revista *La Nouvelle Critique*, intitulado “Les rádios libres populares” (Guattari, 1981 [1978]), começa por analisar a evolução dos meios de comunicação de massa na Europa, mostrando como ela tem tomado duas direcções opostas: por um lado, existiam cada vez mais meios controlados pelo Estado que tinham por objectivo controlar a opinião pública; por outro surgiam novos espaços de liberdade que permitiram dar voz às minorias. Para

Guattari, o emergir destes espaços através de um meio já ultrapassado como a rádio, deve-se a vários factores, em particular ao facto de a rádio depender essencialmente da agilidade dos seus promotores. Tal não teria acontecido com outro tipo de meios mais sofisticados e só ao alcance das grandes industriais. E relembra que estas opções técnicas, tal como muitas outras, encobrem sempre opções políticas e micropolíticas.

Para Guattari, o mais importante nas rádios livres populares é todo o conjunto de meios técnicos e humanos que permitem estabelecer um verdadeiro sistema de *feed-back* entre os ouvintes e a equipa que realiza as emissões. Fosse através de intervenções telefónicas em directo, abrindo as portas do “estúdio”, com entrevistas ou até mesmo com passagens gravadas pelos próprios ouvintes. E refere que o exemplo da Rádio Alice mostra bem todas estas novas possibilidades.

A prática da mediatização da palavra do ouvinte no espaço público, proporcionada pela rádio, trouxe a possibilidade de todos os grupos se poderem expressar através de um meio de comunicação social ao contrário do que acontece com o que designa de “meios de comunicação oficiais”:

“A língua dos meios de comunicação oficiais segue o modelo das línguas civilizadas dos meios dirigentes e das universidades; tudo remete, como ela, para um corte fundamental entre o dizer e o fazer. Os únicos que têm direito a fazer são os donos desta espécie de dizer”⁹ (Guattari 1981 [1978], 234).

Ainda assim Guattari alerta para as consequências que a «palavra directa» pode ter, uma vez que pode representar um perigo tanto para o jornalista quanto para um político ou outro qualquer membro da sociedade.

Nesta sequência, assinala a contradição que se verifica em alguns dos promotores destes projectos. Se, por um lado, defendem a qualidade dos conteúdos das transmissões e o cuidado na sua realização, por outro, essa opção acaba por os afastar do espírito inicial destas rádios.

⁹ “La lengua de los medios de comunicación oficiales esté calcada de las lenguas civilizadas de los medios dirigentes y de las universidades; todo remite, con ella, a un corte fundamental entre el decir y el hacer. Los únicos que tienen derecho a hacer son los dueños de esta especie de decir” (Guattari 1981 [1978], 234).

Por fim, o autor refere que ultrapassado o objectivo principal de combater o monopólio estatal de radiodifusão, as rádios livres procuravam uma regulamentação que lhes permitisse obter receitas publicitárias.

No mesmo ano da publicação do artigo de Felix Guattari, Patrice Flichy, à data investigador do Institut National de l'Audiovisuel, organismo oficial que congrega os investigadores que se dedicavam ao estudo dos meios audiovisuais, apresenta uma comunicação numa mesa redonda organizada pela Associação Francesa de Ciência Política. Nesse texto, intitulado “La explosion del monólogo: las rádios paralelas en la Europa Occidental”, Flichy caracteriza o fenómeno das rádios livres como resultado do centralismo da maioria dos sistemas de radiodifusão na Europa no pós-guerra. E dá o exemplo de França e Itália e Suécia, onde, até aos anos de 1970, o estado detinha o monopólio da radiodifusão.

Flichy questiona as teorias que remetem o surgimento das rádios locais para a necessidade de comunicação à escala local. Para este teórico o que está na base das “rádios paralelas” - como lhes chama - é essencialmente uma oposição aos meios de comunicações de massa, que não dão cobertura a conteúdos de especificidade local. No entanto, ao longo do texto, o autor admite que estas rádios surgiram de uma necessidade de expressão regional e local:

“Apresentaram-se quase sempre como locais, já que as restrições tecnológicas (utilização de frequência modulada) lhes impunham uma área de difusão limitada, e o localismo foi um bom ponto de ataque contra o monopólio público: a definir-se desta forma, as rádios paralelas apresentavam-se mais como complementares à rádio do Estado do que como competitivas. Além disso, as rádios paralelas também se têm apoiado no renascimento das culturas regionais para criar um estilo diferente de rádio”¹⁰ (Flichy, 1981 [1978], 182).

¹⁰ “Casi siempre se han presentado como locales, ya que los condicionamientos tecnológicos (utilización de la frecuencia modulada) les imponían una zona de difusión limitada, y por otra parte el tema del localismo constituía un buen punto de ataque contra el monopolio público: al definirse de esta forma, las rádios paralelas se presentaban más como complementarias de la radio de Estado que como competitivas. Por otra parte, las rádios paralelas también se han apoyado en el renacimiento de las culturas regionales para crear un estilo de radio diferente.” (Flichy, 1981 [1978], 182).

Reflexões teóricas em Portugal

Em Portugal, a reflexão teórica sobre este fenómeno é mais recente e tem vindo a ser realizada nos últimos anos por investigadores da área dos *media*, por historiadores e antropólogos (Bonixe, Maia, Reis, Ribeiro, Santos).

Para Luís Bonixe, o fenómeno das rádios livres ou piratas em Portugal está essencialmente ligado à aproximação às comunidades locais. Para além dos ouvintes apreciarem a relação próxima e directa estabelecida com a emissora é através dela que eles vêem tratados os assuntos com que mais se identificam:

“A existência das emissoras locais só se justifica [...] pelo contacto quase directo que possui com a comunidade envolvente, permitindo uma percepção muito interessante dos efeitos comunicacionais. O *feedback* daquilo que é produzido pela rádio é quase imediato, dada a proximidade entre receptor e emissor. A questão da proximidade é de facto uma das grandes vantagens de todos os meios de comunicação social locais e regionais, na medida em que é aí que se pode encontrar verdadeiramente a sua essência.” (Bonixe, 2003, 26).

O autor destaca quatro pontos comuns entre o fenómeno das rádios locais em Portugal e na Europa. Em primeiro lugar, a “expressão popular”. As emissoras eram essencialmente criadas por pessoas ou comunidades como forma de procurar um meio onde pudessem fazer ouvir os assuntos do seu interesse. O segundo ponto comum é a questão legal. Em vários países europeus (Itália, Espanha, França), as rádios começaram a emitir sem qualquer enquadramento legal o que terá levado ao encerramento de muitas dessas emissoras. Ainda assim, Bonixe ressalva que em Portugal a ausência de fiscalização não impediu o surgir de várias emissoras deste género por todo o país. Outro fenómeno transversal aos vários países europeus foi o monopólio estatal, situação que não ocorria em Portugal, onde o regime não era de monopólio, mas sim de duopólio, entre o Estado e a Igreja:

“Em Portugal, à data em que surgiu a primeira rádio pirata (1977), o cenário da radiodifusão nacional caracterizava-se por uma

situação de duopólio, num quadro dominado pela Igreja Católica, propriedade da Rádio Renascença, e pelo Estado, que detinha a Empresa Pública de Radiodifusão, criada no âmbito da nacionalização das rádios em 1975” (Bonixe, 2006, 160).

Por fim, o contexto político que se vivia era similar, em particular nos países de Sul da Europa. As rádios livres proliferaram na sequência da queda dos regimes ditatórias. Este não era, no entanto, o contexto de países como a França, o Reino Unido e até mesmo a Holanda.

A internet e as rádios locais. Que perspectivas?

O surgimento da televisão e da Internet poderia ter representado a perda de importância da rádio nos meios de comunicação de massa. No entanto, o que se assistiu foi uma adaptação a estas novas plataformas, tentando mesmo tirar partido delas. A rádio, ao longo dos tempos, tem-se vindo a adaptar à evolução tecnológica. Iniciou o seu percurso como “aparelho receptor a válvulas”, passando para os auto-rádios, as televisões (nos canais da TV por cabo), os telemóveis e mais recentemente para a Internet.

A Internet é um meio de comunicação com grande alcance e abrangência no mundo. A rádio com a vinculação a esta plataforma passou a usufruir desse mesmo alcance, acabando assim com as limitações (de distância) que as emissoras tradicionais possuíam. As ferramentas da Internet possibilitam não só a audição *on-line*, mas também uma maior interacção com os ouvintes e a sua participação directa e indirecta. A complementaridade entre o formato tradicional de rádio e as plataformas disponíveis na Internet (sejam as redes sociais, *sites*, ou outro qualquer formato *on-line*) resultam numa melhor informação para o público, pela possibilidade dos conteúdos estarem acompanhados de imagens, textos, gráficos, vídeos e muitos outros elementos que os complementem¹¹.

¹¹ Sobre a avaliação feita à utilização desta plataforma pela rádio ver Silva (2008) e Bonixe (2010).

Outro dos benefícios da internet é a possibilidade de transmitir informação ao minuto. Enquanto no seu formato tradicional seria necessário esperar pelo próximo bloco informativo para transmitir uma novidade ou acontecimento, na plataforma *on-line* as emissoras podem actualizar a qualquer momento a informação. Mais especificamente no caso das rádios de cariz local a internet cumpre a função de condutora de informação regional a um nível mais abrangente. Não só passa a estar acessível à população que se encontra fora da sua área de abrangência mas também, a comunidades emigrantes por todo o mundo, criando assim um elo de ligação com a sua região. A internet representa ainda, uma forma de rentabilizar a publicidade, ou seja, as rádios passam a oferecer publicidade no formato hertziano e também na plataforma *on-line*.

Foi ciente de todos estes factores que se avançou em 2005 com o projecto ROLI (Rádios Online na internet). Promovido pela Associação Portuguesa de Radiodifusão e co-financiado pela União Europeia e pelo Estado Português, este programa tinha e tem como principal objectivo criar condições para que o maior numero de rádios portuguesas estejam *on-line*.

O Relatório de Regulação da ERC de 2007 refere que 90% das rádios já tinha transmissão *on-line* mas acrescenta que, só 11% disponibilizava o serviço de *podcast*¹². Daniela Silva no seu estudo sobre rádios locais em Portugal de 2008 concluiu um fenómeno semelhante para as rádios locais: 96,8%¹³ das emissoras possuíam sítio na Internet ou emissão *on-line*, no entanto, só 16,1% oferecia o serviço de *podcast* (2008, 43).

Esta discrepância demonstra que as potencialidades da internet não são na grande maioria dos casos, totalmente aproveitadas. As emissoras locais, em particular, utilizam a internet maioritariamente para alargar o alcance das emissões hertzianas e para divulgar os seus conteúdos como sublinha Luís Bonixe: “[...] falta ainda às rádios locais portuguesas potenciarem a sua presença *online* utilizando as ferramentas de interacção, promovendo debates, comentários

¹² O *podcast* é um sistema de transmissão de arquivos de áudio e vídeo pela internet. Podendo o usuário definir determinado programa para ser notificado sempre que ele for actualizado.

¹³ Importa referir de que forma está distribuída geograficamente esta percentagem. Das rádios locais estudadas (cerca de metade das existentes) apenas uma da zona Norte admite não ter sítio na Internet nem emissão *on-line*. Na zona Centro e Sul a totalidade das rádios inquiridas (100%) possui ou sítio na internet ou emissão *on-line*, ou ambos (cf. Silva, 2008, 43).

às notícias e facilitando a participação dos ouvintes no próprio processo noticioso.” (Bonixe, 2010, 8).

Importa não descurar a importância das redes sociais, principalmente o *facebook*, que muitas rádios locais também utilizam para promover os produtos da emissão hertziana (cf. Bonixe, 2010, 199). Esta necessidade das rádios procurarem estar constantemente actualizadas não representa uma alteração do conceito tradicional, mas sim uma metamorfose em prol da sobrevivência futura.

É certo que à adaptação a novas plataformas está associado o receio de que a rádio tradicional perca as suas características iniciais. Como é exemplo a acumulação¹⁴. A rádio no seu conceito hertziano permitia aos ouvintes realizarem várias tarefas enquanto a ouviam¹⁵. Nenhum outro meio de comunicação – televisão, jornal ou Internet - detém esta característica. No entanto, as vantagens da utilização da internet como complemento da rádio têm-se revelado superiores aos receios. A rádio tem-se mantido até aos dias de hoje, o que se julgava pouco provável com o surgimento da televisão e mais tarde da Internet.

¹⁴ Possibilidade de exercer simultaneamente várias tarefas.

¹⁵ Como por exemplo, tarefas domésticas/profissionais, conduzir...

CAPÍTULO II. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DA RÁDIO EM PORTUGAL

Embora “rádio” e “radiodifusão” sejam muitas vezes usados como sinónimos, a segunda é função da primeira. E a “rádio” representa o conceito actual da antiga Telefonia sem fios (TSF).

A rádio surge como resultado de um longo processo de teorias, experiências e conclusões, para as quais contribuíram diferentes personalidades. O seu percurso começa muito antes da sua invenção enquanto meio de comunicação.

A rádio no mundo

Um dos principais passos dado para a criação do que viria a ser o aparelho de rádio deve-se ao cientista inglês James Clerk Maxwell (1831-1879). Foi este físico que, em 1864, comprovou matematicamente a existência das ondas electromagnéticas. Maxwell encontrou semelhanças entre a óptica e o electromagnetismo. Esta descoberta desencadeou o interesse de outros cientistas como o alemão Heinrich Rudolf Hertz, o italiano Guglielmo Marconi, entre outros (cf. Briggs & Burke, 2006 [2002], 155; Flichy, 1991, 137; Santos, 2005, 24).

Em 1888, Heinrich Rudolf Hertz (1857-1894) é o primeiro a confirmar de forma experimental a teoria de Maxwell. Ao produzir as ondas de rádio, descobre que estas têm propriedades semelhantes às ondas luminosas. E é através desta descoberta que se criou a base para a propagação da voz na rádio. As ondas de rádio ficaram também conhecidas como “ondas Hertzianas” e o Hertz foi usado com unidade de frequência em sua homenagem.

Em 1894, o cientista Guglielmo Marconi (1874-1937) empenha-se em criar um aparelho de emissão e recepção de sinais. Depois de estudar todas as ideias, teorias e experiências já realizadas, concretizou o seu projecto dando

origem aquele que foi considerado o primeiro aparelho de rádio do mundo. Surgiram muitas dúvidas sobre quem criou efectivamente o aparelho de TSF, mas Marconi foi o primeiro a patentear-lo, em Junho de 1896, em Inglaterra. O passo seguinte foi a produção industrial do aparelho de rádio e para isso fundou em 1897, a The Wireless Telegraph & Signal Company¹⁶ (mais tarde denominada de Marconi Company e Radio Corporation of America).

Foi a 24 de Dezembro de 1906, em Massachusetts, Estados Unidos da América que Reginald Aubrey Fessenden fez a experiência pioneira daquela que veio a ser considerada a primeira emissão radiofónica. Este engenheiro e físico leu algumas passagens bíblicas, tocou violino, cantou e desejou um feliz Natal a todos os que estavam a ouvir a emissão. Embora este curioso da TSF tenha ficado para sempre conhecido como o responsável pelas primeiras transmissões de voz e música, a verdade é que poucos tiveram a noção da importância desta invenção. Desconheciam a utilidade que este meio poderia vir a ter e foram necessários vários anos para que se percebesse o seu potencial.

Em 1908, o físico norte-americano Lee De Forest (1873-1961) desenvolveu a válvula tríodo (ou *audion*). Uma válvula electrónica de três elementos que permitiu ampliar sinais e cobrir longas distâncias, não apenas em Morse, mas também em voz e música. No seguimento desta invenção, Forest ficou também conhecido por, em 1908, transmitir sinais radiofónicos, com voz humana, do alto da Torre Eiffel até Villejuif (cf. Jeanneney, 2003, 122) e dois anos mais tarde, fazer chegar a casa das pessoas a voz do tenor italiano Enrico Caruso, directamente do Metropolitan Opera House de Nova York (cf. Briggs & Burke, 2006 [2002], 161).

A primeira chamada de atenção para a utilidade que a rádio poderia adquirir quando colocada no interior do lar, surgiu em 1916 por David Sarnoff. Este norte-americano, operador da empresa Marcony Company, tinha como plano desenvolver um aparelho de rádio de utilidade doméstica. A sua ideia consistia em “levar a música aos lares por meio da transmissão sem fios [...] ao receptor poder-se-ia dar a forma de uma singela caixa de música radiotelefónica [...] colocada sobre uma mesa na sala, fazendo-se girar a chave escutar-se-ia a música

¹⁶ Marconi tinha em vista como potenciais compradores clientes comerciais de grande escala, o governo e a realeza (cf. Briggs & Burke, 2006 [2002], 156).

transmitida.” (Ferrareto, 2000, 88). Este projecto viria a ser concretizado anos mais tarde pela Radio Corporation of America. A adesão foi enorme, o que resultou num aumento significativo de vendas deste aparelho (cf. Maia, 2009, 49).

Deve-se à estação KDKA, de Pittsburgh, a primeira transmissão pública programada. A emissão ocorreu a 2 de Novembro de 1920 com a cobertura das eleições presidenciais norte-americanas, onde saiu vencedor o 29º presidente, Warren G. Harling. A programação desta estação começou por se basear essencialmente em música gravada, mas com o tempo aperfeiçoou-se, passando a transmitir programação política, desportiva, cultural e religiosa e tornou-se num modelo para as outras estações que lhe sucederam.

Após a pioneira KDKA ter iniciado as suas emissões, outras se seguiram e em poucos anos centenas de emissoras começaram a proliferar, primeiro nos Estados Unidos e anos mais tarde um pouco por todo o mundo.

Os primórdios da rádio em Portugal

A investigação sobre a história da rádio em Portugal é unânime em considerar que os primórdios da rádio estão marcados, entre outros, por quatro nomes incontornáveis: José Celestino Soares, Fernando Gardelho Medeiros, José Joaquim Sousa Dias Melo, Alberto Carlos de Oliveira (cf. Duarte, 2005, 47; Maia, 2009, 51; Reis, 2006, 74-75; Ribeiro, 2005, 97; Santos, 2005, 55-58). Sob inspiração da investigação já realizada, traçaremos de forma sucinta o perfil destas quatro figuras e o contributo que tiveram para os primórdios da rádio em Portugal.

Os primeiros ensaios de TSF em Portugal datam de 1902. Foi José Celestino Soares, na época estudante na Escola Politécnica, quem os realizou. Na altura, não era permitido o uso de aparelhos de rádio para fins civis, o que levou a Policia de Segurança do Estado visitasse a Casa de José Soares e lhe tenha apreendido todo o material. A instalação de um posto receptor no castelo de S. Jorge, ainda antes da Primeira Guerra Mundial, também se deve a este curioso de TSF. Em Abril de 1920, José Celestino Soares realizou as primeiras experiências

com lâmpadas de três eléctrodos, de modelo francês e alemão, que adquirira em Paris. A partir desse ano, empenhou-se na obtenção de regulamentação dos postos amadores em Portugal e em Setembro de 1923, foi um dos dez sócios fundadores da Rádio Academia de Portugal (cf. Santos, 2005, 56). Este estudante, que viria a ser oficial do exército, onde apresentou uma tese intitulada "Postos particulares de TSF", viu o seu nome para sempre ligado aos primórdios da rádio em Portugal.

Fernando Gardelho Medeiros era ainda estudante universitário, quando criou, em 1914, a Rádio Hertz. Foi o responsável pelas primeiras experiências radiofónicas em Portugal e pela primeira transmissão de música. Este posto emissor, situado em Lisboa, caracterizava-se essencialmente pelo carácter cultural e musical. Emitia uma média de duas horas por dia, todos os dias da semana. Embora por razões desconhecidas, o projecto de levar a cabo esta emissora foi interrompido e retomado mais tarde com uma nova designação "Rádio Continental" (cf. Maia, 2009, 51).

Já Alberto Carlos de Oliveira ficou conhecido como o primeiro telegrafista português a operar em radiofonia. Trabalhava em Cabo Verde, na Cidade da Praia e terá feito as suas primeiras emissões em 1912. No decorrer da Primeira Guerra Mundial prestou serviços à Inglaterra mantendo contactos com a armada inglesa e como recompensa foram-lhe oferecidos equipamentos de TSF. Em 1920, foi viver para a Madeira, onde trabalhou com melhores condições técnicas¹⁷. Mais tarde regressou a Portugal continental e, em 1931, montou um posto amador, o CT1DX, em Lisboa. Alberto Oliveira foi ainda dirigente da REP (Rede dos Emissores Portugueses)¹⁸ (cf. Santos, 2005, 55).

Por último, José Joaquim de Sousa Dias Melo, que iniciou as suas actividades em TSF em 1914. Estudou em França, onde adquiriu muito do conhecimento que trouxe anos mais tarde para Portugal. A sua agilidade ao montar aparelhos e os bons resultados obtidos criaram as condições para fundar, em 1925, a estação P1AA. Esta estação emitia a partir do edifício do Hotel Internacional, no Rossio, onde Dias Melo era gerente. Mais tarde, a estação passou a chamar-se P1AB e CT1AB (cf. Santos, 2005, 57).

¹⁷ Operava em ondas curtas com os códigos P3AA que mais tarde passou a CT3AA.

¹⁸ Também conhecida como Associação Nacional de Radioamadores Portugueses. Foi fundada em Dezembro de 1926 pelo radioamador Conde Eugénio de Avillez.

Embora pouco estudada, a história da TSF em Portugal e no Mundo esteve fortemente ligada à Marinha¹⁹. Como refere Moura da Fonseca desde os primeiros equipamentos de Marconi que “as Marinhas de todo o Mundo se tinham apercebido do excepcional valimento da TSF para o progresso das suas actividades, providenciando de imediato o apetrechamento dos seus principais navios com instalações radiotelegráficas.” (1988, 44). Em Portugal, as primeiras experiências radiotelegráficas foram realizadas pelo navio D. Carlos, em 1902. Embora não tenham sido bem conseguidas, como aliás se sucedeu em outras tentativas na época, este foi o primeiro navio português a utilizar a TSF²⁰ (cf. Fonseca, 1988, 77). A primeira instituição a leccionar o ensino da TSF em Portugal foi a escola da Marinha de Vale do Zebro²¹, em 1904 (cf. Santos, 2005, 52).

Após os primeiros passos dados pela TSF foram surgindo emissoras quer nas duas maiores cidades do país, Lisboa e Porto, quer um pouco por todo o país. Estas emissoras funcionavam em regime amador, operando ao sabor da disponibilidade dos seus proprietários, o que resultava em poucas horas diárias de emissão. Matos Maia descreve-as deste modo:

“É evidente que classificar de emissoras estes pequenos postos é, por certo, um pouco pretensioso, uma vez que a maioria, se não a totalidade, era de extremo amadorismo, com as emissões feitas de pequenos esconsos ou dos próprios quartos de dormir de cada um, em instalações precárias e muito improvisadas. No entanto, é de ressaltar o interesse e o entusiasmo que levavam esses amadores, sem qualquer espécie de apoio, a construírem a sua própria aparelhagem” (2009, 52).

A primeira estação de rádio em Portugal, conforme já referido, surgiu em 1914²² e intitulava-se Rádio Hertz. No entanto, só em 25 de Outubro de 1925, surgiram as primeiras emissões regulares, em Lisboa, através da CT1AA (com a

¹⁹ A este respeito ver também Flichy (1991).

²⁰ À escala mundial, os primeiros navios apetrechados com instalações radiotelegráficas foram “os navios de guerra ingleses Alexandra, Europa e Junho, os navios de guerra americanos New York e Massachusetts e o paquete americano S. Paul, todas montadas em 1899.” (cf. Fonseca, 1988, 44).

²¹ O grupo de docentes era constituído por oficiais da Armada.

²² Importa referir que nesta altura já tinha sido criada a Administração Geral dos Correios e Telégrafos (24 de Maio de 1911) com a incumbência de passar licenças para rádio-telegrafistas civis.

designação de Rádio Lisboa), propriedade de Abílio Nunes dos Santos Júnior (1892-1970). Este entusiasta de TSF era proprietário dos Grandes Armazéns do Chiado (onde se situavam os estúdios da emissora) e de algumas fábricas de tecelagem, o que lhe permitiu patrocinar o começo da radiodifusão em Portugal. Júnior tinha iniciado as emissões experimentais em 1924. As suas elevadas possibilidades económicas permitiram-lhe explorar as potencialidades da rádio, que era, aliás, como a sua grande paixão. Já que em Portugal não era fácil adquirir equipamentos/ materiais para a prática de rádio, viajava regularmente aos Estados Unidos para adquirir as últimas novidades de radiodifusão. Em 1929, passou a emitir como Rádio Colonial e apostou desta vez na modernização dos estúdios, ao mudá-los para a Av. Duque de Ávila. Todo este investimento valeu-lhe ser apelidado por muitos como o “pai da radiofusão em Portugal” (cf. Maia, 2009, 84).

Outras rádios particulares se seguiram à CT1AA, como a Hertziana Lda., que surge em Lisboa no ano de 1928 e a Rádio Sonora, que mais tarde se veio a designar de Rádio Voz de Lisboa, em 1929. Em 1931, surgem as rádios Rio de Mouro, Alcântara Rio, Rádio Clube Português e Clube Radiofónico de Portugal. Nesta altura, o importante era a simples transmissão e não o conteúdo emitido. A programação não representava ainda uma preocupação como viria a ocorrer anos mais tarde.

Apesar de todo o investimento feito na emissora, no final de Março de 1934, aquando do anúncio da criação da Emissora Nacional, o proprietário da CT1AA decide encerrar a sua rádio. Nesse mesmo ano, deixa de emitir em ondas médias e em 1938 “extinguiu, definitivamente, as emissões regulares” (Maia, 2009, 78). Embora se acredite que o encerramento se tenha ficado a dever essencialmente ao facto de Santos Júnior não querer passar o nível de amador²³, o seu percurso na rádio teve reconhecimento no nosso país e no estrangeiro. Prova disso foi o convite que recebeu para ser o primeiro director da EN, convite que viria a recusar (cf. Reis, 2006, 262). Mesmo após o encerramento da CT1AA e da

²³ Para além da CT1AA deixar de emitir durante as férias grandes (entre Agosto e Outubro), no ano em que abandonou as emissões era já considerada uma emissora “velha”, porque grande parte da sua programação se baseava em música clássica (cf. Santos, 2000, 132-133).

decisão de afastamento da radiodifusão do proprietário, seguiram-se homenagens pelo serviço prestado (cf. Santos, 2005, 108-110).

A rádio e o Estado Novo

Como se pode constatar pelo afirmado atrás, o início da radiodifusão regular, em Portugal, coincide com a implantação do Estado Novo, em 1933. João Bonifácio Serra²⁴ descreve desta forma o regime político vigente:

“A partir de meados da década de 30, o Estado Novo consolida-se em torno, não apenas de uma estrutura de regime, mas de um homem, e de uma política de fomento, educativa e cultural. O homem, Salazar, é cada vez mais a peça decisiva da governação, coordenando mas sobretudo ocupando-se pessoalmente das mais importantes áreas governativas. O regime construiu a sua imagem de solidez e eficácia com essa omnipresença e omnisciência do ditador, em simultâneo com o relançamento de um plano de grandes Obras Públicas (Duarte Pacheco), de uma política educativa estreitamente subordinada aos pressupostos ideológicos do regime (Carneiro Pacheco) e de uma política de promoção dos valores nacionalistas, através da actividade cultural (António Ferro).” (1997, 38).

A todos estes factores juntava-se ainda o regime censório, que já havia sido instalado antes deste governo, mas se encontrava até então sem cobertura legal. Com o Decreto-Lei nº 22 469 de 11 de Abril de 1933²⁵, todas as publicações²⁶, ficaram sujeitas à censura prévia, que seria exercida por comissões nomeadas pelo Governo (cf. Ribeiro, 2005, 77).

Foi na sequência da publicação deste Decreto-Lei que, em 1933, foi criada a Direcção Geral dos Serviços de Censura (DGCS), sob tutela do Ministério do Interior. A criação de qualquer publicação passou a estar sujeita a um parecer

²⁴ Professor Adjunto na Escola Superior de Artes e Design das Caldas da Rainha (Instituto Politécnico de Leiria) e membro do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

²⁵ Decreto regulador da censura.

²⁶ Publicações periódicas definidas na lei de imprensa; folhas volantes; folhetos; cartazes e outras publicações (Decreto-Lei nº 22 469 de 11 de Abril de 1933).

prévio da Direcção Geral dos Serviços de Censura, que se certificava da apropriação das publicações para o regime. As informações que pudessem fazer questionar a verdade pretendida pelo Governo eram censuradas. Os programas humorísticos sobre o regime foram proibidos, tal como a publicidade ou as notícias internacionais sobre manifestações. Esta última, por se acreditar pode ser causadora de fenómenos idênticos no país.

Parte significativa da informação que circulava provinha de agências de informação (Agência Nacional de Informações, a France Press e a Reuters), o que deixava o regime numa posição mais confortável, uma vez que as agências enviavam previamente o conteúdo à censura e a informação já se encontrava rectificada e pronta a ser transmitida publicamente (cf. Ribeiro, 2005, 79).

A rádio embora tivesse o dever de enviar os conteúdos à censura, não representava grande preocupação para o regime, uma vez que a informação que transmitia se baseava principalmente nas agências de informação e na imprensa e ambas já teriam passados pelos serviços de censura.

Ainda que as emissões em directo fossem por vezes aproveitadas, de forma mais ou menos discreta, como “fuga” à censura, os jornalistas que integravam os meios de comunicação na época eram na sua maioria adeptos do Estado Novo. Como explica Nelson Ribeiro: “Nos primeiros anos do salazarismo, até ao final da Segunda Guerra Mundial, a maioria dos jornalistas estava integrada nas elites do Estado Novo e na «política do espírito», pelo que as vozes críticas na imprensa eram minoritárias.” (2005, 79).

Em 1933, aquando da oficialização da censura prévia foi criado o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) que, em 1945, passou a ser designado de Secretariado Nacional de Informação (SNI). O director nomeado por Salazar foi o jornalista e escritor António Ferro. Este foi o seu primeiro cargo político e os seus objectivos eram claros: pretendia apostar na cultura, na informação e no entretenimento acessível a todos. Contrariamente a Salazar, que pretendia atingir as elites, António Ferro queria alcançar as massas. As suas acções tinham em vista modelar o povo aos valores do Estado Novo (cf. Ribeiro, 2005, 82-83).

As três grandes rádios nacionais

Os anos de 1930 marcam o início das emissões regulares das três rádios que marcaram o espectro radiofónico português até aos anos de 1970, O Rádio Clube Português, a Emissora Nacional e a Rádio Renascença. Esta década representa ainda, o período em que a rádio começou a ser usada para propaganda política e religiosa (cf. Reis, 2006, 76).

O Rádio Clube Português

O Rádio Clube Português foi oficialmente inaugurado em 1934. O seu percurso iniciou-se em 1928 como a CT1DY-Rádio Parede, por iniciativa do Capitão Jorge Botelho Moniz e a colaboração de Alberto Lima Basto. Este pequeno emissor localizava-se na Parede, na casa de Botelho Moniz. Com o tempo e a dedicação dos seus fundadores²⁷, foram cativando cada vez mais ouvintes, o que os levou a conseguir investir num posto emissor mais potente. Em 1931, passa a chamar-se Rádio Clube da Costa do Sol. No mesmo ano, a rádio deixa de emitir apenas localmente e as suas emissões passam a chegar a vários pontos do país. É nesta sequência que muda de nome e passa a Rádio Clube Português (RCP).

Desde o primeiro momento que esta emissora se deparou com dificuldades económicas e técnicas. Do ponto de vista económico, o seu financiamento não podia contar com a receita da publicidade, uma vez que não era permitida. Esta dificuldade tentou ser ultrapassada com o aumento dos associados da rádio que não a queriam ver desaparecer. Do ponto de vista técnico, não existia ainda em Portugal o material necessário à boa prática de rádio.

²⁷ Jorge Botelho Moniz terá sido o presidente da direcção do Rádio Clube Português até à data da sua morte, em 1961 (cf. Cristo, 1999, 117).

O RCP sempre demonstrou que a exploração da publicidade era um dos objectivos que pretendia alcançar, a par da obtenção de uma frequência sem interferências e da possibilidade de se fazer ouvir nas colónias portuguesas. Em 1936, após muito lutar contra a burocracia do Estado e já com um novo ministro das Obras Públicas (Joaquim Abranches), foi concedida a autorização para transmissão de publicidade. Foi inclusive nesta emissora que a sua transmissão ocorreu pela primeira vez em Portugal²⁸.

Esta permissão resultou num maior desafogo económico dos *media*, em geral, e desta rádio, em particular. A programação deixou de ser basear principalmente em música gravada e passou a transmitir algo que para a época era inédito, música ao vivo e entrevistas a artistas nacionais e internacionais. Neste mesmo ano, a emissora fundou a sua própria orquestra – Orquestra Rádio – que viria a ter um lugar de destaque no panorama musical português daquele período (cf. Maia, 2009, 122). O ano seguinte trouxe também outras novidades como a criação dos serviços de gravação, as transmissões do exterior e tem lugar a primeira sessão de fados e guitarras. Esta estação ficou ainda marcada pelas emissões infantis como o “Sr. Doutor”, os “Serões de Arte” e os relatos desportivos.

Mesmo com todos os novos conteúdos introduzidos, a rádio continuava com os sucessivos pedidos para que se fizessem novos associados. Embora a publicidade já fosse permitida, existia a proibição de pagar as despesas correntes com o dinheiro da publicidade e o RCP havia sofrido dois contratemplos no prazo de dois anos. O primeiro deu-se a 14 de Setembro de 1935, com um enorme incêndio que devastou todo o edifício. O segundo ocorreu a 20 de Janeiro de 1937, com uma violenta explosão de uma bomba que novamente destruiu parte do edifício. Em ambas as situações, a rádio conseguiu pela solidariedade e simpatia popular, reconstruir os estúdios e voltar à emissão num curto prazo de tempo.

Rogério Santos destaca três características do RCP logo nos primeiros anos da sua existência. Em primeiro lugar, uma programação ligada às raízes nacionais, com música popular, programação direccionada ao público infantil e conferências de música clássica; em segundo, a assumida posição de seguidora do

²⁸ A primeira aparição de publicidade na rádio consistia numa canção dedicada a uma marca de automóveis da época (Grahm Page) (cf. Dias, 1986, 95).

regime do Estado Novo e, por último, a luta contra a AGCT (Administração-Geral dos Correios e Telégrafos) (2005,180). Legalmente nos primeiros tempos da rádio, não existia a obrigatoriedade por parte dos detentores de aparelhos receptores do pagamento de qualquer tipo de taxa. No entanto, com o decreto de 29 de Junho de 1933, a lei passa a obrigar os proprietários dos aparelhos de radiodifusão a pagar uma taxa (única, mesmo que se possua mais do que um aparelho). Esta taxa passa a ser a principal fonte de receita da AGCT. (cf. Ribeiro, 2005, 110)

O RCP foi, em 1950²⁹, a primeira rádio nacional a oferecer programação contínua (a partir do meio dia) aos seus ouvintes. Em 1966, foi novamente pioneira ao passar a emitir 24 horas diárias. E foi ainda a primeira rádio a criar a banda de FM (frequência modulada).

Importa destacar o papel que desempenhou no deflagrar da revolução do 25 de Abril de 1974 em que o edifício do Rádio Clube Português deu lugar ao “Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas (MFA)”. Foi através dos microfones desta emissora que, às 04:26h, o locutor Joaquim Furtado fez a leitura do primeiro de vários comunicados do MFA³⁰. Era sucessivamente pedido à população que se mantivesse em casa e à polícia que evitasse o confronto e os feridos. Através dos comunicados, toda a população se encontrava informada do que se estava a passar. A programação dessa madrugada baseou-se em marchas militares, canções proibidas e leitura de comunicados (cf. Maia, 1999, 61).

Otelo Saraiva de Carvalho, por muitos considerado o comandante operacional do 25 de Abril, explica os motivos pelos quais escolheram esta estação emissora, e não outra, para dar lugar ao posto de comando:

²⁹ Este ano coincidiu com a implementação de um departamento específico no RCP, que analisava a programação antes de ser emitida (cf. Cristo, 1999, 69).

³⁰ Primeiro comunicado do MFA: “Aqui posto de comando do Movimento das Forças Armadas. As Forças Armadas portuguesas apelam a todos os habitantes da cidade de Lisboa no sentido de se recolherem a suas casas, nas quais se devem conservar com a máxima calma. Esperamos sinceramente que a gravidade da hora que vivemos não seja tristemente assinalada por qualquer acidente pessoal, para o que apelamos para o bom senso dos comandos das forças militarizadas, no sentido de serem evitados quaisquer confrontos com as Forças Armadas. Tal confronto, além de desnecessário, só poderá conduzir a sérios prejuízos individuais que enlutariam e criariam divisões entre os portugueses, o que há que evitar a todo o custo. Não obstante a expressa preocupação de não fazer correr a mínima gota de sangue de qualquer português, apelamos para o espírito cívico e profissional da classe médica, esperando a sua ocorrência aos hospitais, a fim de prestar a sua eventual colaboração, que se deseja, sinceramente, desnecessária.” (cf. Maia, 1999, 143-144).

“O Rádio Clube, às horas certas, transmitia noticiários e era o que nos interessava para darmos os comunicados. Os noticiários eram em todos os emissores, o que, portanto, apanhava Portugal continental e até o Ultramar. Nestas condições sabia que, às 4 da manhã, quando eu quisesse transmitir o primeiro comunicado, estavam todos os emissores em cadeia. Assim, os novos camaradas ficavam inteirados de tudo quanto se estava a passar.” (Carvalho *apud* Maia, 1999, 24).

A designação de RCP manteve-se até 1975, ano em que a emissora foi nacionalizada. O processo de nacionalização deu-se nesse ano pelo Decreto-Lei nº674-C e consistiu em unir todas as rádios, à excepção da Rádio Renascença e pequenas estações regionais (Rádio Altitude e Rádio Polo Norte e uma ou duas dos Açores), num organismo público: Empresa Pública de Radiodifusão, que mais tarde se passaria a designar de RDP- Radiodifusão Portuguesa (cf. Maia, 2009, 139). Esta nacionalização cria um duopólio entre o Estado e a Igreja Católica no controle da rádio em Portugal.

Emissora Nacional

Em 1930, o governo faz aprovar a Direcção dos Serviços Radioeléctricos através do Decreto-Lei n.º 17 899, na dependência dos CTT. Este decreto autorizou a aquisição de dois emissores (um de onda média e um de onda curta) daquela que viria a ser a Emissora Nacional (EN) (cf. Maia, 2009, 132).

Em 1933, tiveram início as emissões experimentais e a inauguração da EN ocorreu dois anos mais tarde nos estúdios da Rua do Quelhas, em Lisboa. Num primeiro momento, o principal objectivo era melhorar as condições de escuta da estação e levar o seu alcance o mais longe possível (cf. Ribeiro, 2005, 304). O primeiro presidente da emissora foi António Joice. Nasceu em Lisboa, licenciou-se em direito e dividia o seu tempo entre a administração e a política.

Desde o seu início que esta rádio serviu de instrumento político e forma de propaganda aos ideais do regime (cf. Santos, 2005, 149). Neste sentido, em Março

de 1935, Salazar colocou na estação Fernando Homem Chisto, que teria sido seu aluno na Universidade de Coimbra. Chisto era conhecido por ser defensor do fascismo e embora não tivesse sido oficialmente eleito para nenhum cargo específico na emissora, era certo que seria emissário político do regime. Como explicita Ribeiro, Chisto teria “a incumbência de fiscalizar e depurar de inconveniências políticas e desvios ideológicos toda a parte falada da estação, sendo o objectivo último a criação de um Serviço Político que exercesse o controlo dos conteúdos emitidos, de forma a manter a emissora como a voz oficial do regime” (2005, 113)

Chisto tinha ideias e projectos que pretendia pôr em prática na EN, entre eles fazer da estação um veículo de propaganda ao regime. No entanto, essa aposta parecia não ir de encontro aos ideais de António Oliveira Salazar:

“O chefe do Governo rejeitou [...] as propostas de Fernando Homem Chisto, que visavam transformar a EN num meio de propaganda vocacionado para uma verdadeira campanha de mobilização das massas a favor do regime, à semelhança do que sucedia em Itália e na Alemanha. Neste sentido, o percurso do Estado Novo foi diferente, quando comparado com o de outros regimes seus contemporâneos, dado que a principal preocupação de Oliveira Salazar era não permitir que a estação emitisse ideias contrárias às que eram por si defendidas” (Ribeiro, 2007, 182)

A par desta discordância de objectivos surgiram também divergências entre Chisto e o director do SPN (António Ferro). Ambos queriam controlar a Emissora Nacional. A 10 de Junho (3 meses após a entrada de Chisto), Salazar solucionou o problema nomeando uma nova direcção para a rádio, presidida por o Capitão Henrique Galvão.

A 1 de Agosto de 1935, a emissora é oficialmente inaugurada dando-se início às emissões regulares³¹. A EN emitia entre as 12 e as 14 horas e entre as 17 e as 22 horas e a programação incluía música clássica, gravada ou executada ao

³¹ O controlo dos conteúdos da EN era assegurado pelos “órgãos consultivos da Direcção dos Serviços de Programas: o Gabinete de Estudos de Programas, que planeava a programação, o Conselho de Planeamento de Programas, que a apreciava, e o Conselho de Programas, que a sancionava de acordo com a política determinada pelo Governo. Além deste apertado sistema, a emissora oficial dispunha ainda de uma larga estrutura de controlo «a posteriori», da qual faziam parte os informadores, os analistas, os fiscais de programas, [...] os inspectores, os regentes de estúdio ou o gravador contínuo.” (Cristo, 1999, 73).

vivo pelas orquestras privadas da emissora, palestras, noticiários e programas infantis (cf. Ribeiro, 2005, 121). Estas primeiras emissões foram alvo da crítica dos ouvintes, por a programação difundida não ser do seu agrado. Consideravam que as longas palestras e a música clássica tornavam a emissora aborrecida e por isso apelidaram-na de “maçadora nacional” (cf. Reis, 2006,78).

Henrique Galvão tentou sempre mostrar ao regime a capacidade que este meio de comunicação tinha. Lutou sempre pela melhoria das condições de emissão quer em Portugal (onde existiam regiões que a Emissora Nacional não chegava), quer nas colónias e nos países com comunidades portuguesas emigrantes, por acreditar que quantos mais ouvintes a rádio tivesse, mais adeptos o governo teria. Em 1938, foi mesmo criado um programa intitulado “A hora da Saudade”, que permitia enviar mensagens a familiares e amigos que se encontravam na Europa, Brasil ou América do Norte. A EN esteve também neste período associada a causas sociais, criando eventos de solidariedade e possibilitando aos mais necessitados a compra de aparelhos de TSF. Procurou investir na cultura, através da transmissão de peças de teatro, música erudita e palestras com temas variados (cf. Ribeiro, 2005, 130).

Henrique Galvão foi uma figura marcante para a EN, embora alvo de algumas críticas quando foram necessários cortes nas despesas. Iniciou a presidência no ano que marca o início da profissionalização da rádio em Portugal e manteve funções até 1940. É nesse ano, que a EN se transforma num organismo autónomo, libertando-se assim da tutela dos CTT (Decreto -Lei nº 30752), e passando a cobrar uma taxa de radiodifusão.

Em 1941, António Ferro assume presidência da emissora, cumprindo assim o seu antigo objectivo. Ferro passou a acumular as funções de director do SPN/SNI com a de presidente da emissora. Os seus objectivos e ideais permaneciam: procurar difundir a cultura popular portuguesa e manter a tradição. Com esse intuito, cria novos conteúdos com vista a educar e cativar diferentes públicos. A relação entre a EN e o SPN/SNI passou a ser cada vez mais amigável, uma vez que António Ferro passou a ter poder em ambas.

Em Novembro de 1944, quando é criado o Secretariado Nacional de Informação - Cultura Popular e Turismo (SNI que veio substituir o SPN), a EN

perde autonomia, ao ficar dependente deste novo organismo. Os anos seguintes representaram melhorias quer a nível técnico, com novos emissores, e novas instalações, quer ao nível da programação. Em 1950, aumentam as horas de emissão³² e é nesta década que se realizam as grandes reportagens da EN³³: as visitas presidenciais aos Açores, Brasil, Espanha e Inglaterra e a visita da rainha de Inglaterra a Portugal (cf. Reis, 2006, 267). Vinte anos depois, a 2 de Dezembro de 1975, na sequência do processo revolucionário, a Emissora Nacional é nacionalizada.

Rádio Renascença

A ideia de se criar uma emissora da Igreja Católica surge pela primeira vez em 1931, em dois artigos publicados pelos Padres Magalhães da Costa e Domingos Bastos no *Diário do Minho*, onde eram ambos colaboradores. Nesses textos defendiam a criação de um posto emissor católico em Portugal. Estes dois sacerdotes tomaram consciência da importância que este meio de comunicação estava a adquirir mundialmente e decidiram mostrar de que forma poderia ser vantajoso para a Igreja ter a sua própria estação. Num primeiro momento, as reacções às suas ideias foram praticamente nulas, o que os fizeram pensar que a concretização desta ideia estaria completamente fora de hipótese.

Dois anos depois, a 1 de Fevereiro de 1933, um novo artigo da autoria de Zuzarte de Mendonça, intitulado "Para um posto emissor ao serviço dos Católicos: «Rádio Renascença?»", é publicado na primeira página da revista *Renascença*. Este artigo foi bem aceite pelos fiéis e fez surgir a vontade de se criar uma emissora ao serviço dos católicos. Neste sentido, a partir do mês de Maio, o Padre Lopes da Cruz passou a escrever quinzenalmente (durante seis anos) para essa

³² “A Emissora Nacional contava com três períodos de programação distintos: de manhã, entre as 8.30 e as 10h; à hora de almoço, entre as 12h e as 14h; e à noite, entre as 18.30 e a meia-noite.” (cf. Ribeiro, 2002, 25).

³³ A primeira reportagem directa da EN deu-se em 1952, com a cobertura da visita do Presidente da República a Londres (cf. Reis, 2006, 267).

revista, com vista à criação de uma emissora Católica Portuguesa (cf. Ribeiro, 2002, 20).

O Padre Lopes da Cruz foi o sacerdote que mais se empenhou em criar uma emissora com perfil católico. Em Março de 1935, avançou com a iniciativa da criação de uma comunidade, composta por fiéis, dispostos a contribuir para a sustentabilidade da estação. Os fiéis aderiram, fazendo donativos, mas o dinheiro angariado veio a revelar-se insuficiente pelo que foi necessário criar uma sociedade que sustentasse a estação. Com uma quota mensal de 2\$50, esta comunidade deu origem anos mais tarde à Liga dos Amigos da Rádio Renascença³⁴ (cf. Maia, 2009, 141). Os grandes objectivos iniciais do Padre Lopes da Cruz³⁵ eram: não só fazer chegar a estação a todos os pontos do país, mas também além-fronteiras; não só criar a estação, mas também conseguir que esta tivesse continuidade.

Em 1936, iniciaram-se as primeiras experiências com um emissor instalado numa dependência do Seminário dos Olivais. No entanto, as condições do local não eram as mais adequadas e as emissões passaram a ser realizadas no Seminário de S. Paulo, em Almada. Um ano mais tarde, têm início as emissões diárias, que para além de Lisboa foram ouvidas em parte do continente europeu e africano. Relembre-se que este era um dos principais objectivos do padre fundador da rádio. Outro dos objectivos era o de não só criar, mas também dar continuidade à emissora. Também este foi alcançado, pois embora as emissões fossem em média de pouco mais de 1h45m por dia, estavam a conseguir mantê-las.

Desde o início que o compromisso era não passar apenas programação religiosa e ele foi cumprido na tentativa permanente de melhorar e diversificar na programação. De destacar os cursos de línguas estrangeiras leccionados, que resultaram num enorme sucesso, por ser algo inédito para a época, e a transmissão, ao sábado, dos concertos da Banda do Comando Geral da Guarda Nacional Republicana.

³⁴ A Liga dos Amigos teve um papel importante na ajuda de financiamento da RR. Uma das iniciativas que realizavam consistia em sorteios (com o primeiro prémio um automóvel) que tiveram grande adesão no país (cf. Ribeiro, 2002, 24).

³⁵ Este padre dirigiu a emissora até 9 de Junho de 1979, data em que faleceu.

A 10 de Abril de 1938, deu-se a oficialização da Rádio Renascença (RR) como membro da Acção Católica Portuguesa e dois anos mais tarde a estação começa a emitir em onda média no Porto. A 17 de Maio de 1941, é inaugurada a nova emissora. Inicialmente situada na Rua da Alegria muda-se mais tarde para a Rua Sá da Bandeira, onde existiam melhores condições técnicas para emitir. Os anos que se seguiram à inauguração do posto emissor no Porto foram de enormes dificuldades financeiras. Embora seja conhecida uma forte ligação entre os católicos portugueses e a Igreja, a RR deparou-se desde sempre no seu percurso com dificuldades de financiamento, uma vez que dependia exclusivamente da boa vontade do povo. Não contava com mais nenhuma fonte de receita.

Em 1946, a emissora transmite pela primeira vez as cerimónias do Santuário de Fátima, e em 1948 passaram a ter transmissões regulares, prática que se mantém até aos dias de hoje. A década de 1950 ficou marcada principalmente pela nova programação e o alargamento do período de emissão. De destacar as emissões “A invasão dos Marcianos”, “23ª Hora” e o “Diário do Ar”. A década seguinte também trouxe mudanças significativas à rádio. Para além de cada vez mais apostarem na inovação da programação e na crítica da situação que se vivia, avançaram também com programação direccionada aos jovens. Em 1964, a RR consegue autorização do governo para fazer a cobertura de todo o país, o que viria a acontecer um ano mais tarde (cf. Ribeiro, 2002, 28).

Em 1972, surgiu o serviço de noticiários da RR, que até aqui se baseava fundamentalmente na imprensa. Numa tentativa de ser tornar mais competitiva em relação às duas outras emissoras nacionais, que se encontravam já mais avançadas neste como em outros formatos³⁶, a Rádio Renascença apostou numa equipa de nove profissionais. Depois de criado o serviço de noticiários passou a transmitir diariamente 15 espaços informativos.

³⁶ “No ano de 1950 a Emissora Católica continuava apenas a iniciar as suas emissões ao final da tarde (18 horas no Porto e 19.30 em Lisboa), enquanto o Rádio Clube Português oferecia programação contínua a partir das 12 horas. Por seu lado, a Emissora Nacional contava com três períodos de programação distintos: de manhã, entre as 8.30 e as 10 horas; à hora de almoço, entre as 12 e as 14 horas; e à noite, entre as 18.30 e a meia-noite” (cf. Ribeiro, 2002, 25).

Dois anos mais tarde, dá-se o 25 de Abril. A RR teve um papel activo nesta revolução, a par dos Emissores Associados de Lisboa³⁷, que transmitiu a música “E depois do Adeus” como “senha” para o avanço dos militares. A emissora católica transmitiu como “senha”: Grândola, Vila Morena³⁸, de José Afonso, para alcançar as unidades que se encontravam mais afastada de Lisboa (cf. Maia, 1999, 31). Foi através destas rádios, e das “senhas” que emitiram, que se mobilizaram as forças militares e se deu início ao movimento de revolução das Forças Armadas, com vista à democracia no país.

Embora o dia 25 tenha decorrido dentro da normalidade para a RR, ao contrário das outras duas emissoras nacionais³⁹, o período que se seguiu foi de grande agitação. A RR foi retirada à igreja. Fizeram-se greves, cujas motivações foram contraditórias, a emissora funcionou em diversos registos, desde a autogestão à comissão mista, sofreu vigilância militar, e mudou de instalações. Este conflito em torno da RR tinha uma base política e ideológica, uma vez que diversos partidos políticos queriam controlar a estação (cf. Ribeiro, 2002, 87).

Aquando do período conturbado que a emissora católica vivia foram sendo organizadas manifestações (com enorme adesão por parte dos fiéis) para que a emissora fosse entregue à Igreja. A decisão da devolução surgiu em Dezembro de 1975, no mesmo mês em que se deu a nacionalização das outras emissoras. A RR passou a ser a única emissora nacional não controlada pelo Estado, o que impediu este último de possuir o monopólio da informação em Portugal.

O recomeço das emissões da emissora católica, a 1 de Janeiro de 1976, consistiu em transmissões curtas (de apenas uma hora), com noticiários baseados na imprensa. A partir de Fevereiro, começaram a apostar numa nova programação. Para além do investimento na informação, através de noticiários próprios, a programação passou a ser preenchida por música, entrevistas,

³⁷ Trata-se de um conjunto de pequenas estações que em 1945 se agruparam em Lisboa em torno de uma frequência única- Emissores Associados de Lisboa. (cf. Queirós, 2011 ,31)Estes emissores, mesmo unidos, não se faziam ouvir nas melhores condições e não conseguiam o longo alcance.

³⁸ A ideia inicial era passar a música “Venham mais cinco”, mas esta estava na lista dos discos proibidos da RR (cf. Maia, 1999, 112).

³⁹ “[...] o 25 de Abril foi de uma certa normalidade na Rádio Renascença. A EN e o RCP foram ocupados pelos militares do Movimento das Forças Armadas mas a Emissora Católica prosseguiu com as suas emissões normais” (cf. Ribeiro, 2002, 40).

rubricas⁴⁰ de diferentes colaboradores e transmissões religiosas (cf. Ribeiro, 2002, 123-124). Nesta sequência, as audiências foram aumentando.

As dificuldades então sentidas pela emissora continuavam a ser de natureza económica. Para as colmatar, os fiéis uniram-se e criaram a já referida “Liga de Amigos da RR”. As contribuições e o sucessivo aumento de filiados tornaram possível à emissora passar por uma fase de expansão e renovação técnica. Em 1978, a RR chegou ao arquipélago da Madeira⁴¹, e dois anos mais tarde aos Açores⁴².

A emissora católica foi contando cada vez com um maior número de frequências, mais potência nas suas emissões e em 1983 cumpriu um dos seus grandes objectivos ao conseguir fazer a total cobertura do país. Todo o processo de expansão terminou em 1987 com o surgimento da RFM (outro canal da Rádio Renascença). Em 1998, a Rádio Renascença cria a Mega FM (destinada ao público mais jovem) e, em 2008, a Rádio Sim, mais direccionada ao público sénior.

A “regionalização” das rádios nacionais

“Historicamente, os argumentos em torno da defesa de emissões radiofónicas locais surgiram na Europa [nos anos 60] quando a televisão começou a constituir uma ameaça ao auditório nacional da rádio” (Reis, 2006, 80).

Contudo, em Portugal, este interesse pela aposta em projectos de âmbito local não foi desde sempre uma realidade, como escreve Carlos Camponez: “só no final dos anos de 1980 começa a ser notada uma nova atitude sobre a importância da comunicação social local e regional, até aqui reduzida globalmente ao estatuto de menoridade, próprio das «folhas de couve»” (2002, 114). Foi no início dos

⁴⁰ “As rubricas, que tinham lugar ao longo do dia, desempenhavam uma importante função didáctica, sendo visível a existência de uma preocupação em termos de formação da opinião pública, em áreas tão diversas como a espiritualidade, a política, a economia, a literatura e a arte.” (Ribeiro, 2002, 123).

⁴¹ Através do Posto Emissora do Funchal e da Estação Rádio da Madeira (cf. Ribeiro, 2002, 134).

⁴² Através da Rádio Lages (cf. Ribeiro, 2002, 139).

anos de 1970 que surgiram as primeiras ideias de regionalizar a Emissora Nacional. Numa tentativa de competir com a televisão⁴³, esta nova modalidade de radiodifusão iria oferecer ao ouvinte uma informação relativa à sua área geográfica e trataria de assuntos do seu interesse. Este projecto foi adiado e só retomado após o processo de nacionalização (cf. Reis, 2006, 81).

A regionalização da RDP deu-se principalmente através de acordos com as câmaras municipais. Em Setembro de 1984, fez-se a primeira emissão regional em Viseu⁴⁴. A estratégia adaptada era justificada “pelo imperativo de a empresa responder à necessidade sentida pelas comunidades locais de verem tratados os assuntos que directamente lhes diziam respeito e de verem ser dada voz aos representantes que escolheram” (Azevedo, 2001, 117).

Esta tendência da regionalização de grandes emissoras foi seguida também pela Rádio Renascença que, em Abril de 1985, a pedido das dioceses, criou os seus primeiros estúdios regionais⁴⁵. O seu principal objectivo - similar ao da RDP – era tratar os problemas das populações locais, que não podiam ser abordados numa emissão nacional. Apesar desta aposta, a RR já tinha um jornal regional com informação local (cf. Ribeiro, 2002, 145).

⁴³ A televisão surgiu em Portugal a 4 de Setembro de 1956. No ano seguinte tiveram início as emissões regulares em Lisboa e mais tarde a cobertura de todo o território nacional.

⁴⁴ Seguiram-se, em 1985, a Guarda, Santarém e Algarve, Elvas, Coimbra, Alto Douro e Bragança (cf. Azevedo, 2001, 118).

⁴⁵ Inicialmente surgiram as emissoras “Voz do Alentejo” e “Voz do Minho”, ambas em Abril de 1985. Seguiram-se a “Voz de Lisboa” em Abril de 1986 e a “Voz do Alto Tâmega” um mês depois (cf. Ribeiro, 2002, 145).

CAPÍTULO III. OS PRIMÓRDIOS DAS RÁDIOS PIRATAS EM PORTUGAL

Em Portugal, e acompanhando o movimento europeu das rádios livres, as rádios piratas surgiram no cenário de pós-ditadura e de recente conquista da liberdade de expressão, representando um período de viragem na história da rádio. Um pouco mais tarde que na Europa, a primeira rádio que se pode designar de rádio pirata em Portugal foi a Rádio Juventude e surgiu em Lisboa no ano de 1977⁴⁶. O proprietário foi Heitor Gonçalves e terá emitido até ao dia 21 de Janeiro de 1981, altura em que o emissor foi apreendido (cf. Bonixe, 2003, 56). Entre as primeiras emissoras piratas de que há registo estão também, a Rádio Imprevisto, Odivelas, 1979; a Rádio Caos, Porto, 1981; a Rádio Antena Livre, Abrantes, 1982 e a Rádio Livre Internacional, Lisboa, 1983. A rádio cidade é outra das emissoras piratas que merece destaque. Surgiu a 1 de Abril de 1986, na Amadora, sob os auspícios de um grupo de jovens locutores emigrantes brasileiros. Representou uma tentativa de reproduzir o estilo da irreverência típica da rádio no Brasil. Embora fosse composta por amadores e com meios técnicos precários, esta emissora conseguiu atingir um número significativo de ouvintes. Ainda hoje se mantém no espectro radiofónico como Cidade FM pertencendo, desde 1999 ao grupo Media Capital.

Embora inicialmente tenham surgido na sua maioria nas grandes cidades, como Porto, Lisboa e suas periferias, com o passar do tempo as rádios piratas multiplicaram-se um pouco por todo o país. Estas rádios nasceram na sua maioria de iniciativas individuais ou por pequenos grupos, constituídos essencialmente por jovens. O amadorismo foi a sua característica principal. A ele se associava a pouca ou nenhuma experiência profissional dos seus trabalhadores. A duração ou periodicidade das emissões dependia, na grande maioria dos casos, da disponibilidade dos seus proprietários. Por vezes conseguiam emitir algumas

⁴⁶ Importa referir que neste ano a maior parte dos portugueses (85%) já possuía aparelho de rádio (cf. Reis, 2006, 80).

horas por dia, mas quando não era possível, transmitiam apenas um ou dois dias por semana. O seu financiamento provinha dos investimentos feitos pelos próprios proprietários, dos apoios de várias instituições, dos ouvintes (através de Ligas dos Amigos) e de empresas locais. As próprias autarquias locais também contribuíam através dos programas camarários (cf. Bonixe, 2003, 66).

As rádios piratas ou rádios livres como também foram designadas tinham como principal lema dar voz às populações locais que normalmente estavam ausentes das rádios nacionais⁴⁷, ou seja, pretendiam criar uma alternativa à discursividade das emissoras nacionais, apostando em conteúdos impossíveis de serem transmitidas por aquelas⁴⁸. No entanto, as condições de existência destas rádios não deixavam de ser paradoxais, uma vez que tinham como concorrentes directas as nacionais, dotadas de melhores equipamentos e profissionais.

As emissoras de carácter local apresentaram-se ainda como um meio para o fortalecimento da democracia, uma vez que nestas rádios eram abordados assuntos que não interessavam numa emissora do Estado, nem em rádios pertencentes a grandes grupos económicos. Neste sentido, José Carvalheiro (1996, 1) avança que o desenvolvimento regional depende da democracia e esta por sua vez depende de uma informação livre de poderes (1996, 1). Carvalheiro centrando-se essencialmente no poder político e em todos os condicionantes que este pode arrecadar, refere que “só com *media* independentes do poder se pode formar uma opinião pública que reforce a democracia” (1996, 6).

A programação transmitida procurava criar uma aproximação às comunidades locais, tratando os seus problemas e acontecimentos. Era frequente a realização de concursos, passatempos, discos pedidos com dedicatórias a

⁴⁷ Contrariamente ao que se verificou em muitos países da Europa em que o objectivo principal destas rádios era o de “dar voz a grupos sociais oprimidos” (Bonixe, 2003, 56).

⁴⁸ Exemplos de informação que as emissoras nacionais não conseguiam cobrir são, entre outras, as informações relativas ao trânsito na região e os relatos de futebol dos clubes da terra. Virgílio Henriques Rodrigues Varela Soares, em *60 anos de rádio em Portugal* exemplifica com a componente desportiva este fenómeno de preferência da rádio local em prol da nacional: “nem todas as regiões têm clubes na 1ª divisão e nas zonas onde estão instaladas ou a instalar as rádios-locais não há clubes da divisão principal do futebol nacional [...]. As populações destas regiões querem saber o que se passa com os seus clubes nos respectivos campeonatos e aquilo que a RDP lhes dá é o resultado final dos desafios ao fim de semana e a classificação.” (1986, 75 -76). Este fenómeno, descrito para os anos 1980 permanece actual até aos dias de hoje, como se confirmará no nosso estudo de caso.

familiares e amigos e debates sobre temas de interesse para a região⁴⁹. Terá sido também nesta fase que começaram a surgir os *disk-jockeys*, que passavam músicas actuais consideradas como “hits do momento” (cf. Bonixe, 2003, 32).

A actualidade informativa não representava uma prioridade, uma vez que as informações eram enviadas por correio, o que levava a que perdessem actualidade. Uma parte significativa da informação transmitida era proveniente das Câmaras Municipais, baseada em acontecimentos e denúncias de situações locais e de desporto (cf. Silva, 2008, 14).

Em 1985, começam a surgir rádios com bases mais sólidas, projectos mais consistentes, alguns deles já profissionais, que se mantiveram durante vários anos, nalguns casos até aos dias de hoje⁵⁰ (cf. Bonixe, 2010, 192). João Correia acredita que parte do êxito destas emissoras se deve à oportunidade dada aos seus colaboradores que: “ao experimentarem a construção de programas sentem-se estimulados a melhorarem a qualidade das emissões e o «êxito» torna-se multiplicador de efeitos, criando-se uma dinâmica de impulso” (2004, 34).

Surgiram ainda, embora de forma pouco significativa, rádios ligadas ao poder local, a associações industriais, culturais, sindicais e desportivas, a colectividades de cultura e recreio, à igreja Católica, à igreja Evangélica, e a organismos autárquicos⁵¹, como explica Bonixe:

“Apesar do fenómeno em Portugal não ter tido o carácter de apoio a causas sociais ou a ideologias políticas, semelhante ao verificado noutros países europeus, não significa que na base do aparecimento de algumas destas emissoras locais não tenha estado o poder político, particularmente autarcas, que viram nestas rádios piratas uma forma de tornar pública a sua actividade.” (2010, 191).

⁴⁹ As rádios locais procuram sempre adoptar assuntos que relacionem o ouvinte com o local. Para além de existir uma inevitável relação entre estas emissoras e o tratamento de assuntos da sua área geográfica, os debates sobre os temas de carácter local são normalmente de interesse comum à população dessa mesma região.

⁵⁰ Como é o caso da TSF, que em 1984 fez a sua primeira emissão pirata em Lisboa. Em 1988, parou as emissões, enquanto aguardava a atribuição do alvará e no ano seguinte já emitia legalmente na frequência de 89.5 FM. Actualmente, a TSF é a principal estação temática de informação em Portugal. Em 2011, foi a primeira rádio portuguesa com emissão em directo no iPad, o que demonstra que continua a apostar na continuidade do projecto, tentando manter-se na vanguarda tecnológica.

⁵¹ Nestes casos, as emissoras contavam com meios técnicos mais sofisticados e profissionais mais preparados comparativamente às primeiras estações piratas (cf. Bonixe, 2003, 66; Azevedo, 2001, 114).

O grande surto de rádios piratas em Portugal deu-se em 1986. Não é possível precisar quantas rádios emitiram clandestinamente neste período em território nacional, não só porque não eram registadas legalmente, mas também porque muitas se mantiveram activas por pouco tempo. Outras ainda mudavam sistematicamente de localização para tentar escapar à fiscalização a que estavam sujeitas. A inspecção destas rádios estava a cargo dos Serviços Radioelétricos dos CTT que, em caso de infracção, actuavam, encerrando-as e apreendendo o material. Com o aumento significativo de rádios piratas no decorrer dos anos de 1980, esta entidade viu-se obrigada a alterar o método de acção, passando a localizar a rádio e a enviar o caso à Secretaria de Estado da Comunicação Social (cf. Azevedo, 2001, 117). Nesta fase os principais problemas destas emissoras passaram a ser os escassos meios técnicos e humanos. A este respeito, Bonixe assinala que:

“em 1987, das 120 rádios locais referenciadas no estudo do jornal Expresso, vinte não possuíam redacção, 59 possuíam, mas não existiam jornalistas profissionais e só 47 redacções de emissoras locais eram coordenadas por jornalistas.” (2003, 63).

As chamadas de atenção para a necessidade da rádio possuir uma regulamentação própria tiveram início logo no ano de 1976 (ainda antes da primeira emissão pirata), mas foram sendo ignoradas e as propostas de legislação apresentadas acabavam sempre por ser adiadas. Esta demora na regulamentação do sector levou à criação de um movimento associativo. Acreditava-se que se as rádios se unissem, conseguiriam mais facilmente pressionar a tutela no sentido da construção de um quadro legislativo para o sector. Com este intuito, reuniram-se, no Porto, a 29 de Maio, de 1983 os representantes de quatro rádios do norte do país (Rádio Caos, Rádio Universo, Rádio Nova e Rádio Escolar) (cf. Azevedo, 2001, 116). No mês seguinte, ocorreu o I Encontro Nacional das Rádios Livres Portuguesas, em Vila Nova de Gaia. Neste encontro foi criada a Comissão Coordenadora das Rádio Livres Portuguesas, composta por representantes das várias emissoras. O principal objectivo desta Comissão era reivindicar a legalização e regulamentação das rádios livres. Nesta sequência, e com vista a pressionar a Assembleia da República, foram ainda realizados contactos com a

entidade que tutelava a Comunicação Social, debates, abaixo-assinados, emissões colectivas, recolha de testemunhos de figuras públicas a favor das rádios livres e outros encontros por todo o país (cf. Azevedo, 2001, 117).

Ainda assim a legislação tardava a chegar, e em Maio de 1987 surge o Instituto de Rádio Locais⁵². Esta instituição terá sido a que mais rádios conseguiu agregar⁵³. Os seus objectivos eram “a defesa do direito à radiodifusão, a representação dos interesses dos associados junto de instâncias nacionais e internacionais e a promoção de estudos sobre questões relativas à radiodifusão” (Bonixe, 2003, 70).

O processo de legalização

Desde 1979, que eram apresentados pelos partidos com assento parlamentar projectos de lei na Assembleia da República: Março de 1979 pelo PS, em Março de 1981 pelo PCP, em Junho de 1983 pelo PCP, em Julho de 1983 pelo UEDS (cf. Queirós, 2011, 22). O primeiro diploma que contempla o licenciamento das rádios locais em Portugal é o Projecto-Lei nº252/III de 26 de Novembro de 1983. Este projecto definia como objectivo das emissoras locais oferecer ao ouvinte uma alternativa à programação das rádios de cobertura nacional, nomeadamente tratando as especificidades locais. Procurava também que estas representassem um meio para se formarem jornalistas. O diploma já dava conta do número de horas de programação semanal obrigatória (21 horas) e da possibilidade do financiamento das emissoras por parte das autarquias (não superior a um quarto dos encargos). A aprovação e inspecção das candidaturas ficariam a cargo do Instituto das Comunicações de Portugal. Convém notar que

⁵² Este Instituto, anos mais tarde, alterou a sua designação para Associação Portuguesa de Radiodifusão (APR), que ainda existe actualmente. Segundo Bonixe, “A mudança de nome teve a ver com a abrangência do organismo, que pretendia agora representar, não apenas as emissoras locais, mas também as regionais e nacionais. A APR foi também fundadora da Associação Europeia de Radiodifusão.” (2003, 71).

⁵³ Em Dezembro de 1988, esta associação contava com 68 associados (cf. Bonixe, 2003, 70).

este projecto, apresentado pelos deputados Dino Alves, do PS e Jaime Ramos, do PSD, nunca chegou a ser aprovado.

Só em 1987, dez anos após o aparecimento da primeira rádio pirata em Portugal, surge a Lei nº8/87, de 11 de Março, com a designação de “Lei quadro do licenciamento de estações emisoras de radiodifusão”. Embora esta lei tenha sido aprovada na Assembleia da República, nunca foi posta em prática, pois foi revogada pela Lei nº 87/88 de 30 de Julho (cf. Bonixe, 2003, 75). Ainda assim, serviu de base para as iniciativas legislativas seguintes. Logo no artigo 1º é estabelecido que a actividade de radiodifusão pode ser exercida por empresas públicas, privadas e cooperativas e que estas não podem contar com o financiamento por parte dos partidos políticos, associações, nem autarquias locais. Neste mesmo artigo, consta a obrigatoriedade da obtenção de alvará pelas entidades que pretendam exercer a actividade de radiodifusão. Esta lei foi a primeira a prever a existência de emisoras de cobertura regional e local⁵⁴. As regionais seriam as que abrangiam um distrito ou conjunto de distritos e as locais as que alcançavam apenas um concelho, cidade ou vila⁵⁵ (artigo 5º). O artigo 9º definia como condições de preferência para a obtenção dos alvarás a não titularidade de outro alvará; o grau de profissionalização; qualidade técnica; viabilidade económica e financeira do projecto; maior número de horas de emissão ocupadas com programas culturais, formativos e informativos. Neste mesmo artigo está definida a preferência que será dada a candidaturas de cooperativas ou sociedades integradas por profissionais da comunicação social que exerçam a sua actividade de forma regular.

A emissão de serviços noticiosos ficava obrigada a decorrer com regularidade (sem referir a quantidade). À excepção das rádios de cobertura nacional, as funções de redacção e de natureza jornalística podiam ser exercidas por equipados a jornalistas (artigo 40º), ou seja, esses serviços não teriam a obrigatoriedade de ser exercidos por jornalistas profissionais.

⁵⁴ Ao longo deste trabalho não é feita distinção entre rádio local e regional por não se considerar relevante para o estudo, no entanto, importa referir que esta distinção que surge com a Lei nº 8/87, de 11 de Março, ainda se mantém com a actual lei.

⁵⁵ O artigo 37º veio também definir o tempo mínimo de emissão para cada uma delas: 16 horas para as emisoras nacionais, 10 horas para as regionais e 6 horas para as locais.

É ainda definido no Capítulo III a criação de um Conselho da Rádio (CR) com o objectivo de “salvaguardar, nos termos da Constituição e da lei, a liberdade, o pluralismo e a independência das entidades que exercem a actividade de radiodifusão, bem como o acesso em condições de igualdade aos respectivos meios de comunicação.” (artigo 16º). O CR deveria zelar pela independência da radiodifusão e pelo pluralismo, confronto, rigor e objectividade da informação (artigo 18º). A atribuição de alvarás ficava também dependente de um parecer favorável deste órgão. No entanto, o CR não chegou a ser criado, uma vez que esta lei nunca chegou a ser aplicada.

Lei da Rádio

A radiodifusão em Portugal só ficou efectivamente regulada com a entrada em vigor da lei nº87/88 de 30 de Julho, ou Lei da Rádio, como também ficou conhecida. Como salienta Bonix: “De uma forma geral, este diploma é uma espécie de súmula das iniciativas legislativas que o antecederam” (2003; 78).

Esta lei define que a actividade de radiodifusão pode ser exercida por empresa públicas, privadas ou cooperativas, após licenciamento. Para estas duas últimas estão definidos como fins da sua actividade os seguintes tópicos:

“a) Alargar a programação radiofónica a interesses, problemas e modos de expressão de índole regional e local; b) Preservar e divulgar os valores característicos das culturas regionais e locais; c) Difundir informações com particular interesse para o âmbito geográfico da audiência; d) Incentivar as relações de solidariedade, convívio e boa vizinhança entre as populações abrangidas pela emissão.” (artigo 6º da lei 87/88).

A lei estabelece ainda a obrigatoriedade de todas as rádios emitirem serviços noticiosos, ainda que não seja feita referência à sua periodicidade. As funções de redacção devem ser asseguradas “por jornalistas profissionais ou por quem seja detentor do cartão de jornalista de imprensa regional” (artigo 12º),

independentemente da área de abrangência da rádio.⁵⁶ Ficava ainda definido que o cartão de jornalista de imprensa regional podia ser adquirido por qualquer colaborador que exercesse as funções de redacção nas estações de cobertura regional.

Esta lei determinava também que a publicidade, para além de não poder exceder vinte por cento do tempo de emissão diária, devia estar sempre bem assinalada. Ficam impedidos de exercer a actividade, ou o seu financiamento, os partidos ou associações políticas, organizações sindicais, patronais e profissionais e autarquias locais (artigo 3º).

No artigo 28º é dada conta da criação de uma Comissão Consultiva⁵⁷, presidida por um magistrado judicial designado pelo Conselho Superior da Magistratura e composta por dezasseis vogais⁵⁸. Esta comissão tinha a função de apresentar ao Governo “as propostas de atribuição ou de renovação de alvarás para o exercício da actividade de radiodifusão e respectivos pareceres devidamente fundamentos” (artigo 28º da lei nº87/88).

Decreto-Lei nº 338/88 de 28 de Setembro de 1988

O artigo 2º da Lei nº 87/88 definia que a actividade de radiodifusão apenas podia ser exercida de acordo com um regime de licenciamento a definir por Decreto-Lei. No mesmo artigo, era já avançado que se iria realizar um concurso público de atribuição de alvarás para o exercício da actividade.

Foi no seguimento deste artigo que surgiu o Decreto-Lei nº 338/88 de 28 de Setembro. Este decreto confirmava, logo no seu início, que a atribuição de

⁵⁶ Até aqui, no caso das rádios locais e regionais, os quadros de licenciamento deixavam a possibilidade das funções de redacção e de natureza jornalística serem asseguradas por equiparados a jornalistas.

⁵⁷ Recorde-se que na Lei 8/87 de 11 de Março, já havia surgido a tentativa da criação do Conselho da Rádio.

⁵⁸ Três eleitos pela Assembleia da República; três pelo Governo; dois pelas regiões autónomas; um pela Associação Nacional de Municípios; um pela entidade que superintende no espaço radioeléctrico; dois pelas estações de cobertura nacional já licenciadas; um pela Associação da Imprensa Diária; um pela Associação da Imprensa não Diária e dois pela comissão consultiva (artigo 28º da Lei 87/88).

alvarás seria feita através de concurso público e que a apreciação das candidaturas estaria a cargo da Comissão Consultiva. Informava também que entre os motivos de rejeição da candidatura se encontra no facto da entidade candidata se manter em funcionamento a partir do décimo dia que antecedia o prazo limite para a apresentação da candidatura, ou seja, as rádios ficavam impedidas de continuar as emissões enquanto não fossem concedidos os alvarás. Esta medida foi justificada com a necessidade de independência por parte da comissão, evitando assim interferências no processo de decisão.

O decreto também dava conta das condições de preferência na atribuição dos alvarás. Entre elas, destacavam-se as sociedades constituídas maioritariamente por profissionais da comunicação social e as sociedades proprietárias de jornais regionais constituídas há pelo menos 3 anos (artigo 7º). O artigo 2º veio limitar a 30 por cento a participação de cada pessoa colectiva no capital de outra empresa de radiodifusão. Neste decreto constava ainda a documentação a apresentar na candidatura, a validade dos alvarás, o valor das coimas a aplicar no caso da violação das prescrições do diploma, entre outros.

Concurso Público

A obrigatoriedade imposta pelo Decreto-Lei 338/88 das emissoras deixarem de emitir a partir do décimo dia que antecedia o prazo limite para a apresentação da candidatura, foi alvo de grande contestação por parte das emissoras⁵⁹. Na mesma altura, surgiram também reclamações relativas à fraca potência das frequências a atribuir, bem como “acusações de governamentalização da Comissão Consultiva” (cf. Bonixe, 2003, 80). Ainda assim, as rádios

⁵⁹ A 17 de Novembro, organizou-se um protesto através de uma emissão em cadeia a partir dos estúdios da TSF (Amoreiras, Lisboa) contra o silenciamento das rádios. Este dia ficou conhecido como o Dia da Rádio por ter reunido mais de duzentas rádios locais naquela que foi considerada a maior emissão em cadeia realizada em Portugal. Esta emissão decorreu entre as 7 e as 20 horas e contou com a participação de deputados da Assembleia da República e outras figuras públicas (cf. Bonixe, 2003, 81).

cumpriram o silêncio forçado a partir das zero horas de 24 de Dezembro de 1988⁶⁰.

O concurso público para atribuição dos alvarás avançou em Janeiro de 1989. A quantidade de licenças disponíveis para atribuição (402⁶¹) era muito inferior ao número de rádios piratas que existiam na altura⁶². A 6 de Março foram concedidas as primeiras licenças a seis rádios de Lisboa e cinco do Porto.

Segundo dados do Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS), no total foram atribuídas a 314 rádios locais o alvará para o exercício da actividade de radiodifusão⁶³. A distribuição das frequências revelou uma enorme discrepância entre o litoral e o interior. No litoral, o número de frequências disponível revelou-se insuficiente para a quantidade de candidaturas enquanto que no interior muitas frequências ficaram por atribuir⁶⁴. Os distritos de Lisboa e Porto obtiveram o maior número (31) contrastando com Bragança (13) e Castelo Branco (14) (cf. Bonixe, 2003, 81). Segundo Matos Maia, estas estações, então legalizadas, representaram um período de viragem na história da rádio em Portugal:

“Uma verdade é inegável: a transformação das «rádios piratas» em rádios locais foi, conjuntamente com o aparecimento das televisões privadas, o fenómeno que mais profundamente revolucionou o panorama da Comunicação Social portuguesa no período pós-25 de Abril” (2009, 287).

O Pós-atribuição de alvarás

Os proprietários e trabalhadores das rádios acreditavam que terminado o período conturbado de luta pela legalização, as suas emissoras iriam viver dias mais tranquilos, no entanto, outros problemas se colocaram. Depararam-se com a

⁶⁰ A esta data ainda era incerto o tempo de duração deste silêncio uma vez que as emissões só seriam retomadas após a concessão dos alvarás.

⁶¹ Conforme publicado em Diário da República a 15 de Outubro de 1989.

⁶² Estimava-se existirem nesta época cerca de 600 rádios (cf. Bonixe, 2003, 81).

⁶³ Estes dados foram retirados do sítio da Internet: www.gmcs.pt

⁶⁴ Repare-se nos seguintes exemplos: no distrito de Portalegre ficaram por ocupar 13 das 17 frequências disponíveis e na Guarda 9 das 19 (cf. Bonixe, 2003, 81).

realidade do escasso mercado publicitário, tendo o principal obstáculo à sobrevivência das rádios locais passado a ser a concorrência⁶⁵. Esta situação colocou em causa a sobrevivência económica de muitas rádios e algumas acabaram por encerrar (principalmente no interior do país) por não conseguirem ultrapassar as dificuldades económicas bem como a escassez de recursos humanos e técnicos. Outras viram-se obrigadas a alterar o seu projecto inicial, passando a economizar na sua programação e no serviço de informação prestado.

É neste contexto que surgem as vendas de espaços ou mesmo totalidade da sua programação, a seitas religiosas. A par disso, apareceu o fenómeno das cadeias de rádios, em que as rádios melhor estruturadas passaram a ver o seu conteúdo retransmitido nas rádios de menor dimensão. Nas palavras de Bonixe:

“(...) as emissoras com maiores recursos, numa tentativa de cobrir todo o território, firmaram protocolos com rádios locais para a retransmissão da sua programação. Esta estratégia revelou-se também benéfica para as emissoras locais com menores recursos, pois parte da sua gelha de programação passou a estar preenchida, algo que de outra forma não aconteceria por falta de meios.” (2003, 84-85).

Esta nova realidade resultou no controlo de grande parte das emissoras locais por estações de Lisboa e do Porto e conseqüentemente na emissão de programação que nada tinha a ver com a área onde estavam sediadas. Como explica Matos Maia, com as cadeias de rádio os fins das emissoras locais inicialmente anunciados foram alterados: “As rádios locais foram criadas para servir basicamente as populações de todos os concelhos do país. Mas o que se verifica, na maioria dos casos, é que o espírito que deveria orientar as rádios locais, foi, praticamente, adulterado.” (2009, 286).

Como as cadeias de rádios não estavam previstas na lei⁶⁶, surgiu a necessidade de se legislar esta nova realidade através da publicação do Decreto-Lei nº 30/92 de 5 de Março de 1992. Este diploma não impôs grandes limitações

⁶⁵ Embora a situação descrita defina a realidade da maior parte das rádios, importa salientar que a legalização não foi aproveitada de igual modo por todas as estações emissoras. Em alguns casos, a lei conduziu a uma maior profissionalização, vontade de inovação tecnológica e solidez nos projectos apresentados.

⁶⁶ No entanto, estava previsto que cada emissora podia ceder 20 por cento da sua emissão, o que no caso das cadeias de rádios se revelou de longe superior.

às cadeias de rádio uma vez que passou a permitir às rádios locais a retransmissão de outras emissoras, justificando a decisão com o aumento da qualidade das emissões e com o melhor serviço prestado ao público.

Uma das conclusões do 4º Congresso de Rádios, realizado na Marinha Grande, em 1994, é que as cadeias de rádios surgiram como consequência da falta de incentivos financeiros e da ausência de formação do pessoal (cf. Bonixe, 2003, 86).

As rádios locais na actualidade

De acordo com a ANACOM – Autoridade Nacional das Comunicações e a ERC – Entidade Reguladora da Comunicação Social, em Portugal encontram-se actualmente licenciadas cerca de 350 rádios com o estatuto de locais: 311 no Continente, 14 na Madeira e 22 nos Açores. Este número é semelhante ao apresentado no último Relatório da Regulação da ERC (2010)⁶⁷. Verificam-se algumas assimetrias regionais na distribuição das rádios locais. As regiões do litoral, como Porto, Aveiro, Lisboa e Faro contam com um maior número de emissoras locais, contrastando com as regiões do interior, como Bragança, Guarda, Castelo Branco e Portalegre, que dispõem de um menor número de estações. Este contraste é justificado essencialmente pela maior densidade populacional no litoral.

A lei que actualmente regula a actividade da radiodifusão, é a Lei n.º 54/2010, de 24 de Dezembro. No entanto, importa referir que após a já analisada Lei n.º 87/88, de 30 de Julho, surgiram ainda a Lei n.º 2/97, de 18 de Janeiro e a Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro.

Em traços muito gerais, a Lei de 1997 passou a distinguir as rádios quanto à sua tipologia, quer ao nível de cobertura (de âmbito geral, regional ou local)⁶⁸,

⁶⁷ O relatório da ECR referente a 2010 dá conta da existência de 346 rádios. No entanto, ainda não foi avançado o relatório de regulação referente a 2011.

⁶⁸ Recorde-se que embora esta distinção já tivesse sido avançada com a Lei nº8/87, de 11 de Março, esta nunca foi posta em prática e a Lei da Rádio (Lei n.º 87/88) não definia esta diferença.

quer ao nível da programação (generalistas ou temáticas)⁶⁹ (artigo 2º). Pela primeira vez é definida a quantidade de serviços noticiosos que devem ser transmitidos. As rádios locais e regionais de conteúdo generalista ficam obrigadas a emitir pelo menos três serviços noticiosos (ligados à sua área geográfica) (artigo 12º). Outra das novidades é a obrigatoriedade do serviço noticioso e as funções de redacção serem exercidas por jornalistas com carteira profissional (artigo 12º). Neste mesmo artigo, as rádios locais ficam obrigadas a emitir pelo menos seis horas de programação diária própria. Por fim, esta lei (no artigo 28º) substitui a Comissão Consultiva (definida na Lei nº 87/88) pela Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS).

A Lei nº 4/2001 anuncia no artigo 5º a abertura de um concurso público com vista a permitir o exercício da actividade de radiodifusão a populações universitárias⁷⁰. Pela primeira vez surge também um artigo dedicado à concorrência e concentração. A concorrência deve ser promovida e as operações de concentração ficam sujeitas ao cancelamento por parte da AACS, nos casos em que coloquem “em causa a livre expressão e confronto das diversas correntes de opinião” (artigo 7º). Esta lei dá ainda conta de um serviço público de radiodifusão, a assegurar pelo Estado. Este último apoiará também as rádios locais, com vista ao confronto de opiniões e a possibilidade de expressão (artigo 11º). O artigo 41º vem aumentar a programação própria das rádios locais de seis para oito horas. A obrigatoriedade da emissão de serviços noticiosos relativos à sua área geográfica permanece em três blocos informativos. Após uma sucinta análise das leis anteriores, partimos agora para a actual lei (Lei n.º 54/2010). Importa no entanto referir que a 8 de Dezembro de 2005 surgiu a Lei nº53 que dava conta da criação da ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social⁷¹, extinguindo assim a

⁶⁹ As rádios generalistas eram as que ofereciam uma programação diversificada e as temáticas, as que tinham um modelo específico de programação.

⁷⁰ O concurso consistia na apresentação de um projecto por instituições do ensino superior e associações de estudantes. Os serviços de programas universitários não podiam transmitir publicidade (nem patrocínios) e ficavam obrigadas a transmitir programação própria.

⁷¹ A ERC é até hoje a entidade responsável pela regulação e supervisão de todas as entidades de comunicação social em Portugal. É composta por um Conselho Regulador, uma Direcção Executiva, um Conselho Consultivo e um Fiscal Único.

Alta Autoridade para a Comunicação Social (anunciada na Lei n.º 2/97 de 18 de Janeiro)⁷².

A Lei n.º 54/2010 está dividida em oito capítulos, dos quais consta um total de 88 artigos. Logo no primeiro capítulo é definido que pela transparência da propriedade e gestão das rádios, deve ser tornado público nos seus sítios electrónicos⁷³ “a relação dos titulares e detentores de participações no capital social dos operadores de rádio, a composição dos seus órgãos de administração e de gestão e a identificação do responsável pela orientação e pela supervisão do conteúdo das suas emissões” (artigo 3º). Esta lei passa a definir as áreas de cobertura dos serviços de programas como internacional (território de outros países), nacional (território nacional), regional (distrito ou conjunto de distritos) ou local (município ou conjunto de municípios) (artigo 7º). O segundo capítulo define como se processa o concurso público de licenciamento da actividade de rádio. A atribuição, alteração ou revogação de licenças e autorizações fica ao cargo da ERC (artigo 23º). As licenças e autorizações atribuídas têm a duração de 15 anos e são renováveis por iguais períodos (artigo n.º 27). No terceiro capítulo, existe uma secção (Secção II) dedicada às obrigações dos operadores, onde consta entre muitos factores, o pluralismo, a informação independente e a promoção da cultura. O artigo 38º define que “os serviços de programas emitidos por via hertziana terrestre devem funcionar 24 horas por dia”⁷⁴. No entanto, a emissão dos serviços noticiosos continuam a ser pelo menos três e a obrigatoriedade de emitir programação própria também não é alterada. O quarto capítulo vem definir as condições do já anunciado serviço público e o quinto circunscreve os direitos de antena, de réplica política, de resposta e rectificação. No sexto capítulo são esclarecidas as normas sancionatórias no caso de incumprimentos e as respectivas coimas a aplicar. De destacar a actividade ilegal de rádio, que pode ser punida com pena de prisão até três anos ou com pena de multa até 320 dias (artigo 66º).

⁷² De referir que a 22 de Agosto de 2003 surgiu uma nova lei (Lei n.º 33) que veio aprovar a reestruturação do sector empresarial do Estado na área áudio visual (primeira alteração à Lei n.º 4/2001). A 3 de Março de 2006 ainda a Lei n.º 7, uma segunda alteração à lei de 2001 que viria aprovar a Lei da Rádio.

⁷³ O caso da rádio não possuir sítio electrónico, também vem descrito neste artigo. Deve enviar a informação à ERC, que se encarregará de as tornar públicas através do seu próprio sítio na internet.

⁷⁴ Esta totalidade de horas já havia sido avançada na anterior legislação.

O oitavo capítulo refere que as rádios locais e regionais devem dispor de arquivos sonoros e musicais “com o objectivo de conservação dos registos de interesse público” (artigo 83º). No último capítulo constam as “disposições complementares, finais e transitórias”.

De acordo com a notícia avançada pelo semanário *Sol*,⁷⁵ muitas rádios locais estão a alterar os projectos radiofónicos de generalistas para temáticas musicais. Esta notícia dá conta da aprovação de dez pedidos de alteração da classificação dos projectos de rádio, de generalista para temática musical, por parte da ERC e existem outros cinco processos da mesma ordem a decorrer. Acredita-se que esta alteração dos projectos iniciais se justifica essencialmente por uma questão económica. A não obrigatoriedade de emitir um mínimo de oito horas diárias de programação (relativa à sua área de abrangência) associada à não obrigatoriedade de emitir serviços noticiosos, reduziriam automaticamente o número de pessoal necessário nas rádios.

⁷⁵ De 17 de Junho de 2012.

CAPÍTULO IV. ANATOMIA DA RÁDIO REGIONAL SANJOANENSE

Neste capítulo analisa-se de forma detalhada a Rádio Regional Sanjoanense, emissora que, na sequência do processo de legalização das rádios “piratas”, travou uma luta judicial para obter frequência. Começamos por traçar uma breve história do panorama do sector da comunicação social no concelho de São João da Madeira e do processo de concessão de alvará das quatro rádios. Num segundo momento, analisamos detalhadamente a Rádio Regional Sanjoanense, com especial enfoque nas dimensões organizacional, financeira, sociográfica e de conteúdos.

O panorama do sector da comunicação social na cidade de São João da Madeira

São João da Madeira é uma cidade do distrito de Aveiro com cerca de 22 mil habitantes⁷⁶. Em 2010, foi distinguida com o prémio para o melhor município para se viver em Portugal⁷⁷. É fundamentalmente conhecida pela indústria do calçado, mas ao longo dos anos tem-se vindo a desenvolver a outros níveis. O investimento que tem realizado a nível desportivo levou a que modalidades como a natação, o basquetebol, o atletismo e o futebol se tivessem destacado nacional e internacionalmente. A aposta cultural também tem sido significativa quer na dinamização do Museu da Chapelaria, quer no edifício do Paços da Cultura, onde está depositado todo o arquivo histórico da cidade e se realizam exposições. A cidade tem ainda um número significativo de espaços verdes e zonas de convívio.

⁷⁶ À data do último Censo-2011.

⁷⁷ Estudo realizado pelo INTEC – Instituto de Tecnologia Comportamental em parceria com o semanário *Sol*.

Os primórdios da comunicação social nesta cidade remontam aos anos de 1920. A 1 de Janeiro de 1922, foi fundado o jornal *O Regional* por José Soares da Silva, criando para o efeito a empresa José Soares da Silva, Lda. Inicialmente, as edições não tinham uma periodicidade definida, dependiam essencialmente da disponibilidade dos colaboradores e dos acontecimentos da cidade. Em 13 de Agosto de 1950, passou a semanário, no entanto, as condições económicas não permitiram que essa periodicidade se mantivesse por muito tempo, ficando mesmo alguns meses sem ser publicado. Em 1965, as publicações passaram efectivamente a ser semanais. José Soares da Silva faleceu em 1974, ano em que José da Silva Pinho⁷⁸ passou a administrador do jornal. Até 1996, este era o único órgão de comunicação social detido por esta empresa. A partir desta data, a José Soares da Silva, Lda. lançou o projecto da Rádio Regional Sanjoanense. Dois anos mais tarde, o jornal passou a estar disponível para os leitores também na Internet. Em 2006, a Câmara Municipal deliberou a atribuição do nome do jornal a uma rua da cidade. Por imperativos do mercado, o jornal apostou, em 2008, numa nova imagem gráfica e nesse mesmo ano foi considerado o jornal regional mais lido entre Aveiro e o Porto⁷⁹, menção novamente atribuída no ano seguinte. *O Regional* ainda hoje faz parte da imprensa da região e está prestes a completar 91 anos de existência.

Outro dos jornais que marcou o início da imprensa na cidade foi *A Grei Sanjoanense*, um regional quinzenal, que foi publicado entre 1951 e 1967, propriedade de Justino Leite de Oliveira. Outros projectos de imprensa foram surgindo, mas sem grande sucesso a avaliar pela durabilidade das publicações. Em 1988, começa a ser publicado o jornal *Labor*, um semanário, propriedade da empresa Laborpress - Edições e Comunicação Social, Lda. que se mantém até aos dias de hoje.

Actualmente, em termos de publicações periódicas, São João da Madeira conta com dois jornais *O Regional* e o *Labor*⁸⁰.

No campo da radiodifusão, a primeira rádio a emitir na cidade foi a Rádio Sanjoanense, de Abílio Gomes, em 1936. As emissões aconteciam apenas ao fim-

⁷⁸ José da Silva Pinho foi Presidente da Camara de São João da Madeira entre 1980 e 1983.

⁷⁹ Segundo o Bareme Imprensa Regional da Markttest de 1 de Maio 2008.

⁸⁰ Existe ainda um boletim municipal que é distribuído semestralmente.

de-semana (Sábados das 12h às 14h e das 21h às 22h; Domingos das 10h às 15h), e a sua programação era essencialmente composta por música. O indicativo oficial desta rádio, que terminou as emissões no mesmo ano em que tinha ido para o ar, era o CS1RS⁸¹. Até 1980, a cidade não conheceu outro projecto radiofónico. Nesta década e acompanhando o *boom* das rádios piratas em Portugal, três novas emissoras iniciam actividade na cidade, a Serra Mar, a Portugal Centro e a Informédia.

Foi também neste período, mais concretamente em 1987, que surgiu a Rádio Regional Sanjoanense (RRS), fundada por José da Silva Pinho, como já afirmámos anteriormente, um dos responsáveis pela empresa detentora do jornal *O Regional*. Este projecto surge na sequência da Lei nº 8/87 de 11 de Março, que no artigo 9º na alínea d) definia a preferência às “candidaturas apresentadas por cooperativas ou outras sociedades integradas por profissionais de comunicação social, desde que estes aí exerçam actividade regular”. Como revela José da Silva Pinho, director da emissora:

“a ideia de se criar a rádio surge porque a lei dizia que havia prioridade na atribuição de frequências a jornais com mais de 3 anos de existência. E este [jornal] era o único com mais de três anos, tinha 50, 60 talvez naquela altura. E, portanto, como nós estávamos numa posição privilegiada, concorreremos”⁸².

Devido à Lei da Rádio publicada no ano seguinte, (Lei nº 87/88 de 30 de Julho), bem como do Decreto-Lei nº 338/88 de 28 de Setembro, esta emissora foi obrigada a suspender as emissões, tal como aconteceu com muitas outras rádios por todo o país⁸³. O início do concurso público para atribuição de alvarás deu-se em Janeiro de 1989 e a Rádio Regional Sanjoanense concorreu como empresa José Soares da Silva, Lda.

⁸¹ Emitia numa frequência de 250m e potência de 250w.

⁸² Entrevista concedida por José da Silva Pinho (19/07/2012).

⁸³ Recorde-se que o Decreto-Lei nº 338/88 de 28 de Setembro definia como factor de rejeição da candidatura a continuidade das emissões por parte das entidades candidatas.

As quatro emissoras já referenciadas candidataram-se às frequências disponíveis em São João da Madeira. A Comissão Consultiva⁸⁴ ordenou hierarquicamente as propostas da seguinte forma: “1º Informédia, Lda. ; 2º Rádio Portugal Centro, C.R.L. ; 3º José Soares da Silva, Lda. ; 4º Cooperativa de Radiodifusão Serra-Mar, C.R.L.” (Anexo I). Visto que as frequências a atribuir eram duas, foram concedidas às duas primeiras empresas.

A Informédia e a Rádio Portugal Centro passaram a emitir legalmente tendo a RRS interrompido as emissões. A direcção da rádio não se conformou com a decisão da Comissão Consultiva e avançou com um recurso para o Supremo Tribunal Administrativo. O proprietário justifica da seguinte forma o recurso ao tribunal:

“A frequência foi atribuída à Informédia e a uma empresa que nem sequer existia juridicamente. [...] Nós éramos a única empresa que tínhamos o jornal e isso era uma vantagem por isso tinha de ser a nossa a primeira”⁸⁵.

O resultado do recurso revelou-se favorável, resultando na anulação da atribuição de alvará à empresa Informédia Lda. Com esta anulação retomou-se a sequência hierárquica da primeira atribuição e a empresa José Soares da Silva, Lda. passou a emitir na frequência de 88.100 (cf. Anexo I). Durante o período de duração deste processo judicial, a Rádio Portugal Centro decidiu trocar a sua designação para Inforádio e a troca foi autorizada (cf. Anexo I). Assim, a 15 de Abril de 1995, as duas entidades que possuíam alvará para o exercício da actividade de radiodifusão na cidade de São João da Madeira eram: a Inforádio, Comunicação Social, S.A. (106.300) e a José Soares da Silva, Lda. (88.100) (cf. Anexo I). A RRS retomou assim as emissões como rádio local e generalista⁸⁶ a 2 de Julho de 1996, e a 1 de Setembro do mesmo ano passou a oferecer emissões

⁸⁴ Recorde-se que esta comissão (definida pela Lei n.º 87/88 de 30 de Junho) era a responsável pela atribuição de alvarás para o exercício da actividade de radiodifusão. Actualmente é a Entidade Reguladora para a Comunicação (ERC) que exerce esta função.

⁸⁵ Entrevista concedida por José da Silva Pinho (19/07/2012).

⁸⁶ De acordo com os dados do relatório de regulação da ERC de 2010, 92% das rádios locais classificavam-se como generalistas e 8% como temáticas.

regulares⁸⁷. Os principais objectivos da estação segundo o proprietário “foram e continuam a ser elevar o nível cultural da população e oferecer às pessoas aquilo que elas gostam”⁸⁸.

Propriedade

A Rádio Regional Sanjoanense é propriedade da empresa José Soares da Silva, Lda⁸⁹. Os seus actuais sócios-gerentes são: José da Silva Pinho e Maria Ângela Silva Pinho, sua esposa. O primeiro exerce ainda actividades no quotidiano da rádio apesar da idade já avançada, uma vez que é um entusiasta da comunicação social. Já Maria Ângela Silva Pinho não tem, nem teve qualquer função na emissora. Importa destacar que um dos colaboradores da rádio, o editor, é filho dos proprietários. Esta ligação dá desde logo uma noção da dimensão familiar da rádio.

Recursos Físico-logísticos

A empresa José Soares da Silva, Lda. situa-se da Rua 11 de Outubro, porta 178, em São João da Madeira. Ao contrário da maioria das rádios locais, que iniciaram as emissões em garagens e instalações improvisadas, começou a emitir num edifício antigo⁹⁰, cujas sucessivas restaurações lhe permitiram criar as condições suficientes para acolher os dois meios de comunicação social (jornal e

⁸⁷ Esta rádio, uma vez legalizada, passou a ter obrigatoriedade de emitir 24 horas por dia (Anexo II).

⁸⁸ Entrevista concedida por José da Silva Pinho (19/07/2012).

⁸⁹ José Soares da Silva, como já referido, foi um sanjoanense, que esteve na base da origem do jornal *O Regional*. Os actuais responsáveis pela empresa não deixaram nunca cair no esquecimento este homem e publicam anualmente uma menção. A última ocorreu no passado mês de Setembro, tendo sido publicado o 38º aniversário da morte deste sanjoanense, que ficará para sempre associado aos primórdios da comunicação social da cidade.

⁹⁰ Segundo o proprietário, o edifício terá aproximadamente 60 anos (entrevista concedida em 19/07/2012).

rádio). Embora distintos, estes meios de comunicação partilham para além do edifício, grande parte dos recursos humanos e técnicos no exercício da sua actividade.

O edifício onde estão instalados o jornal e a rádio tem dois andares. Numa perspectiva geral, pode afirmar-se que no piso superior funciona o jornal e no inferior a rádio. Todavia, esta observação não é rigorosa, uma vez que os funcionários desempenham funções em ambos os meios e circulam livremente por todo o edifício. O piso superior tem 6 salas e a recepção. O piso inferior tem 3 estúdios: de emissão de produção e de gravação.

Os equipamentos utilizados são essencialmente computadores, mesas de emissão e gravadores. Os computadores acompanham todo o período de emissão, quer como suporte de trabalho para os colaboradores, quer em formato automático, com autonomia para manter a emissão no ar, sem qualquer presença humana. Quando a rádio iniciou as emissões, os materiais utilizados eram diferentes, como refere o proprietário:

“Quando começámos não tínhamos nada mas comprou-se logo o material. Era ali no meu escritório com dois aparelhos de por discos e o microfone na frente e falar. Uma coisa muito rudimentar [...] no início usávamos gravadores em cassete e discos em vinil. Mas gravar era em cassete. Actualmente também ainda é, em certos programas temos cassete.”⁹¹.

Ainda assim, a recolha de informação é na maioria captada com aparelhos Mini-disc e gravador MP3. A este respeito, atente-se nas palavras do ex-Director na RDP - Radiodifusão Portuguesa, Salvador Alves Dias:

“A rádio de qualidade depende do talento de quem faz os programas, mas no qual influi também o grau de preparação cultural, e porque não académica, dos mesmos, embora se deva também dizer que o rendimento dos mesmo pode ser condicionado, em grande medida, pela estrutura tecnológica em que se trabalha” (1986, 145).

⁹¹ Entrevista concedida por José da Silva Pinho (19/07/2012).

Recursos Financeiros

As receitas para o funcionamento desta emissora dependem na sua totalidade da publicidade, como sublinha o editor, José Miguel da Silva Pinho

“É uma das grandes diferenças das rádios em relação aos jornais. O jornal logicamente que tem publicidade é o factor principal, mas depois tem as vendas de jornais nas tabacarias nos quiosques e as assinaturas dos assinantes. Portanto, há mais dois pontos de receita, são três. [...] A rádio é mesmo só publicidade.”⁹².

Todavia, parece, segundo as palavras do proprietário, que devido à insuficiência das receitas de publicidade, a rádio conta quando necessário com a ajuda do jornal para cobrir as despesas: “A empresa é uma só, então às vezes temos de contar com a ajuda do jornal para suportar a rádio” e acrescenta que não conta com “nenhum apoio do Estado”⁹³.

Os responsáveis da rádio têm presente que os anúncios publicitários não podem ocupar mais de 20% da programação diária (medida definida no artigo 13º da Lei 87/88 ainda presente no artigo 40º da actual Lei nº 54/2010 de 24 de Dezembro). No entanto, actualmente este limite definido por lei não representa um problema uma vez que os interessados em comprar espaço publicitário são cada vez menos⁹⁴ e fundamentalmente de origem local. José da Silva Pinho refere que no início das emissões da rádio: “Havia muita mais publicidade do que há hoje. Agora contamos com as empresas daqui da praça e mesmo assim é cada vez menos, para não falar da nacional que quase não existe.”⁹⁵.

Ainda que o proprietário considere o decrescente número de empresas de comércio tradicional que recorre à publicidade, são elas, as mais publicitadas nesta rádio⁹⁶. A queixa da quase inexistência de publicidade de âmbito nacional

⁹² Entrevista concedida por José Miguel da Silva Pinho (23/08/2012).

⁹³ Entrevista concedida por José da Silva Pinho (19/07/2012).

⁹⁴ Mapa de publicidade da Rádio Regional Sanjoanense – Anexo IV.

⁹⁵ Entrevista concedida por José da Silva Pinho (19/07/2012).

⁹⁶ Por dia são publicitadas na rádio uma média de 14 empresas. Importa assinalar que as empresas que compram espaço publicitário na rádio não coincidem com as que são publicitadas no jornal (mesmo existindo uma assumida campanha de *marketing* no sentido de as empresas se publicitarem em ambos os *media*).

representa uma realidade já sublinhada em 1986 por Salvador Dias, “o mercado nacional publicitário é pequeno e está, em grande parte, saturado pela televisão” (1986, 96). Mais recentemente, Feliciano Barreiras Duarte, constata que:

“Ao contrário do que acontece em quase todos os países da União Europeia, em Portugal o investimento publicitário por parte do Estado e dos anunciantes privados é excessivamente baixo. Existe em Portugal um concentração excessiva do investimento publicitário na imprensa de circulação nacional e, sobretudo na televisão” (2005, 188)

Para ultrapassar o défice de receitas, a emissora tem recorrido a estratégias de *marketing*. Como afirma o editor, “agora estamos a tentar vender uma espécie de «pack» em que o cliente paga o serviço e a publicidade é transmita na rádio e no jornal”⁹⁷.

Recursos Humanos - breve caracterização sociográfica

Contabilizar o quadro de pessoal da rádio não é uma tarefa fácil, uma vez que a empresa é uma só e embora os funcionários tenham cargos fixos no jornal ou na rádio, grande parte colabora em ambos os meios de comunicação.

Actualmente, o quadro de pessoal conta com sete funcionários fixos. Três são jornalistas profissionais (portadores de carteira profissional), dois possuem o Cartão de Identificação Equiparado a Jornalista (CNIB), um exerce funções na área comercial e uma recepcionista. Dos três jornalistas profissionais, dois são do sexo masculino e uma é do sexo feminino, esta última é a colaborada mais recente. Até há bem pouco tempo os jornalistas profissionais eram dois elementos do sexo masculino. O que contrasta com a realidade da crescente presença das mulheres no jornalismo, analisada por Filipa Subtil (2009, 93-98). No entanto, esta rádio vem confirmar que “as jornalistas estão pouco representadas nos quadros directivos dos órgãos de comunicação social” (Subtil, 2009, 99).

⁹⁷ Entrevista concedida por José Miguel da Silva Pinho (23/08/2012).

Importa referir que dos três jornalistas profissionais, apenas o elemento feminino é licenciado em Novas Tecnologias da Comunicação, não tendo formação específica na área do jornalismo. Como se pode constatar, a rádio não conta com nenhum elemento no quadro de pessoal com formação superior na área do jornalismo. De um modo geral, os níveis de formação dos funcionários são reduzidos, o que vai em contraciclo com os meios de âmbito nacional, onde segundo os dados do último inquérito nacional realizado em 1997, os níveis de formação se têm vindo a revelar cada vez mais elevados (cf. Garcia, 2009, 75), embora a lei não exija. A carteira profissional é suficiente para que se possa exercer a função.⁹⁸

Grande parte dos colaboradores da Rádio Regional Sanjoanense iniciou o seu percurso noutra emissora radiofónica ou na imprensa escrita. É de enfatizar o número de colaboradores que começou a exercer a actividade na Informédia⁹⁹. Como a Informédia já emitia há largos anos, o proprietário considera que não foi necessário dar formação aos jornalistas uma vez que “já vinham de outra rádio, portanto já tinham alguma formação”¹⁰⁰.

Os jornalistas da RRS são simultaneamente animadores, locutores e sonoplastas. Os escassos recursos económicos da emissora fazem com que se vejam obrigados a acumular funções. A este respeito, um dos colaboradores que iniciou o seu percurso jornalístico numa rádio de âmbito nacional (Rádio Comercial) avança com a principal diferença entre a anterior e a actual experiência:

⁹⁸ Conforme a actual legislação “nos serviços de programas de âmbito local, as funções de redacção e os serviços noticiosos podem também ser assegurados por colaboradores da área da informação devidamente credenciados nos termos do Estatuto do Jornalista” (artigo 36º, Lei nº54/2010 de 24 de Dezembro). Já o Estatuto do Jornalista define que a atribuição da carteira profissional está dependente da idade (os candidatos têm de ter mais de 18 anos), e de um “estágio obrigatório, a concluir com aproveitamento, com a duração de 24 meses, sendo reduzido a 18 meses em caso de habilitação com curso superior, ou a 12 meses em caso de licenciatura na área da comunicação social ou de habilitação com curso equivalente” (Estatuto do Jornalista, Lei nº64/2007, de 6 de Novembro). Contudo, Sara Graça analisa os resultados do II Inquérito nacional aos jornalistas portugueses de 1997, relativamente aos problemas de base no acesso às redacções, onde perto de 70% dos jornalistas que responderam ao inquérito tinham entrado para determinado órgão de comunicação social “assumindo o estatuto de «colaboradores» que se «profissionalizaram mais tarde»” (2009, 143).

⁹⁹ Como já referimos anteriormente, o início das emissões oficiais da Rádio Regional Sanjoanense coincide com o encerramento da Informédia, por isso parte dos trabalhadores “passaram” de uma emissora para a outra.

¹⁰⁰ Entrevista concedida por José da Silva Pinho (19/07/2012).

“[...] temos de fazer tudo numa regional. Desde os comandos técnicos e tudo e numa rádio nacional só temos de falar ao microfone. É muito mais trabalhoso estar numa rádio regional. Enquanto numa rádio nacional existem estúdios para tudo e pessoal próprio para tratar de cada coisa, aqui numa regional faz-se tudo. Temos de fazer tudo.”¹⁰¹

Esta rádio conta ainda com alguns voluntários, que em certas ocasiões apoiam as emissões. São exemplo disso são os dias de jogo do clube da cidade. A esposa de um dos relatores tira fotografias ao jogo, e estas, para além de serem publicadas no jornal, são também colocadas nas plataformas *on-line* que a rádio possui. Outra ocasião em que se recorre a voluntários é nas noites de eleições, por serem necessárias várias pessoas para fazer as diversas coberturas. De momento não há nenhum estagiário a exercer funções, mas já acolheram no passado.

Todos os jornalistas têm contrato de trabalho e as remunerações, segundo o editor, rondam, em média, os 600 euros mensais.¹⁰² De realçar a estagnação dos níveis salariais. Já em 1997, segundo os resultados avançados pelo II Inquérito Nacional aos Jornalistas, 48,2% dos jornalistas ganhavam menos de mil euros mensais (cf. Correia, 2009, 219).

Estatuto Editorial

Tal como é definido pelo regime jurídico de radiodifusão, as rádios são obrigadas a elaborar e a funcionar de acordo com um estatuto editorial¹⁰³.

¹⁰¹ Entrevista concedida por Augusto Lopes (07/09/2012).

¹⁰² Entrevista concedida por José Miguel da Silva Pinho (28/09/2012)

¹⁰³ Este estatuto surgiu pela primeira vez na Lei n.º 2/97 de 18 de Janeiro (que traz algumas alterações à original Lei da Rádio – Lei n.º 87/88 de 30 de Julho). Esta lei, para além de classificar as rádios quanto à tipologia (generalista, temáticas) e ao âmbito (nacionais, locais ou regionais) acrescenta no artigo 8.º um ponto: as rádios passaram a ter de elaborar e funcionar de acordo com um estatuto editorial. Este estatuto deveria definir quais os objectivos, “ a orientação e características da sua programação e incluirá o compromisso de assegurar o respeito pelo rigor e pluralismo informativo, pelos princípios da ética e da deontologia, assim como pela boa fé dos ouvintes” (Lei n.º 2/97 de 18 de Janeiro). O estatuto editorial veio obrigar as emissoras a cumprir a linha de funcionamento que tinham previamente estabelecido para si mesmas, o que

No estatuto da Rádio Regional Sanjoanense (Anexo V) pode ler-se que a emissora se orienta pelo pluralismo e independência, seguindo assim a deontologia da Comunicação Social. Admite privilegiar a informação local assegurando um jornalismo de intervenção e investigação e declara-se independente de qualquer ideologia, religião, organização política, ou poder autárquico. A emissora defende a liberdade de expressão e pensamento e pretende “ser um meio privilegiado de debate e confronto de ideias e opiniões [...] e prol do desenvolvimento local e regional” (Anexo V). A RRS compromete-se também a transmitir crónicas de opinião e não atacar a honra nem a dignidade humana. Por fim, este estatuto refere ainda que são realizadas reuniões semanais com os colaboradores da rádio, com o objectivo de fortalecer os princípios que constam neste documento através da prática diária.

É portanto, através da proximidade local e ideológica que esta, como muitas outras rádios de carácter local, se guia na elaboração da sua programação/informação. Prova disso é a própria designação que adoptou (Rádio Regional Sanjoanense), que funciona neste caso como um “indicador” como explica Filipe Reis:

“[...] com vista à obtenção de espaço no espectro radiofónico e de fidelização da audiência, constata-se que a maioria opta por designações toponímicas que as identifica com o local geográfico de onde e para o qual emitem. A identificação com a aldeia, a vila ou a cidade de província parece oferecer mais garantias quando se trata de obter o apoio dos políticos locais, dos comerciantes e empresários, e da restante população.” (2006, 85).

consequentemente resultaria numa diminuição das alterações de funcionamento que se vinham a verificar. Na actual lei (Lei nº 54/2010 de 24 de Dezembro) é dedicado um artigo completo a este estatuto. O artigo 34º, para além do que já tinha sido avançado pela Lei nº2/97 de 18 de Janeiro, acrescenta que o estatuto deve ser elaborado pelos responsáveis da orientação e supervisão do conteúdo das emissões e da informação. Ainda assim estaria sujeito a aprovação da entidade proprietária e só posteriormente deveria ser enviado à ERC. Também deviam ser enviadas para esta entidade todas as alterações que se introduzissem ao estatuto. Por fim este artigo define que “O estatuto editorial dos serviços de programação radiofónicos deve ser disponibilizado rem suporte adequado ao seu conhecimento pelo público, em especial nos respectivos sítios electrónicos” (Artigo nº 34).

Programação

Com a obtenção do primeiro alvará (Anexo II), a rádio passou a ter o seu nome associado legalmente a um canal de programa, com a classificação de generalista¹⁰⁴, com a frequência 88.1 MHz e a obrigatoriedade de cumprir com o horário de emissão de 24 horas diárias (das 00:00 às 00:00) (Anexo III). As emissões entre as 7.30h e as 20h são produzidas no estúdio pelos colaboradores e das 20h às 7.30h, a emissão é garantida pelo computador que fica devidamente programado para emitir. Actualmente, os programas informáticos oferecem esta possibilidade como refere António Lé:

“Basta programar o computador e desde que ele tenha no seu disco rígido música, sinal horário, *jingles* de estação, publicidade e notícias, dar a ordem certa, e deixar a programação em automático por tempo indeterminado, a emissão segue sem necessidade da presença humana.” (2010, 24).

A programação, segundo o proprietário, não se tem vindo a alterar significativamente. Os conteúdos que marcaram o início das emissões foram essencialmente a música, os noticiários, e os discos pedidos.¹⁰⁵ E todos estes teores continuam presentes na programação. Actualmente, a grelha de conteúdos é construída na base das sugestões de toda a equipa da rádio, como refere Augusto Lopes:

“Sempre tivemos total liberdade para sugerir novos programas, novos temas. Ainda ontem, e porque o Fado passou a Património Imaterial da Humanidade e porque eu sou um apaixonado pelo Fado, propus fazer um programa com essa temática e vou fazer. Já ficou decidido que vou avançar com esse projecto, vai ser mesmo feito”¹⁰⁶.

¹⁰⁴ Segundo o último estudo da Caracterização do Sector da Radiodifusão Local da ERC (de 2009), 94% das rádios locais portuguesas eram generalistas.

¹⁰⁵ Entrevista concedida por José da Silva Pinho (19/07/2012).

¹⁰⁶ Entrevista concedida por Augusto Lopes (07/09/2012).

Esta opinião é unânime aos três colaboradores entrevistados. Todos afirmam existir condições para que se proponham conteúdos.

Quadro 1: Programação actual de Segunda a Sexta-Feira (2012).

07:30 – 08:00	“O sol Nasce”	Informação; Música; trânsito; boletim meteorológico; humor
08:00 – 09:00	“As minas de Salomão”	Músicas Antigas; Informação; actualidade
09:00 – 12:00	“Bom Dia Manhã”	Informação, principais títulos dos jornais, <i>fait-divers</i> , música
12:00 – 13:00	“A Redondinha”	Desporto local
13:00 – 15:00	“Contacto”	Informação e Música
15:00 – 18:00	“Tardes da Regional”	Informação; Música
18:00 – 19:30	“Auto Radio”	Informação; Música
19:30 – 20:00	“Os novos parodiantes”	Humor
19:30 – 23:00	“Noites da Rádio”	Automático
23:00 – 24:00	Programa religioso	Responsabilidade da Legião da Boa Vontade
24:00 – 07:30	“Noites da Rádio”	Automático

A análise da programação da RRS durante a semana revela uma aposta significativa nos conteúdos musicais, cerca de dezasseis horas por dia. Para este número contribuem essencialmente o período nocturno e a tarde. As músicas, como refere um dos colaboradores, são na sua maioria portuguesas¹⁰⁷, ainda assim, “não esquecemos os *hits* internacionais”¹⁰⁸. É essencialmente durante o período da manhã que não existe automação da emissão. O programa diário em directo que ocupa o maior tempo de antena é o “Bom Dia Manhã”, no entanto, no seu decurso também recorre várias vezes à passagem de conteúdos musicais. O que faz com que “A Redondinha” seja o programa que ocupa maior tempo de antena em directo sem o recurso a qualquer outro meio que não seja a fala. Este programa baseia-se na actualidade desportiva das várias modalidades da cidade,

¹⁰⁷ A este respeito, existe a Portaria 265/2008, de 9 de Abril, onde é estabelecido que a programação musical das rádios deverá ser preenchida, obrigatoriamente, com 25% de música portuguesa.

¹⁰⁸ Entrevista concedida por António Santos (07/09/2012).

mas em particular no futebol. Importa destacar que não existe outra temática a que seja dedicado um programa diário com uma hora de duração.

O quadro 1 representa a programação semanal que está na base das emissões. No entanto, existem conteúdos cuja periodicidade não permite estarem incluídos na tabela. Como é o caso do programa quinzenal “Prestar Contas”, que decorre às sextas-feiras, pelas 18h30m (com repetição ao Domingo às 12h). Este programa tem a duração de aproximadamente trinta minutos e nele, o presidente da Câmara Municipal de São João da Madeira, Castro Almeida, coloca os ouvintes a par da conjuntura actual do município. Segundo o proprietário, o programa é da responsabilidade da rádio¹⁰⁹. No entanto, como refere José Carvalheiro

“alguma coisa os *media* hão-de poder, a julgar pela preocupação que os políticos têm de fazer passar a mensagem e a imagem. E uma forma de fortalecer a opinião pública regional pode ser, de facto, através dos *media*” (1996, 3)¹¹⁰.

Outro dos programas que a rádio emite sem periodicidade definida são os discos-pedidos. Este programa, que sempre fez parte da programação, tem actualmente mais do que uma função. Para além de permitir ao ouvinte dedicar uma música, serve ainda de meio para os locutores receberem as opiniões e os gostos dos ouvintes, uma vez que não são realizados estudos de audiência na emissora¹¹¹. Como refere o director de programação:

¹⁰⁹ Recorde-se que a Lei nº 87/88 de 30 de Julho (ainda presente no artigo 16º da actual Lei nº 54/2010 de 24 de Dezembro) proíbe as rádios de serem financiadas pelas Câmaras Municipais, quer na sua criação ou manutenção, à excepção da publicidade.

¹¹⁰ A este respeito importa ainda referir que esta rádio em Outubro de 2009, a escassos dias de mais umas eleições autárquicas, juntou todos os cinco candidatos à presidência da Câmara: Pedro Pardal (BE), Dina Rocha (CDS), Castro Almeida (PSD), Pedro Nuno Santos (PS) e Jorge Cortez (CDU) num debate em directo.

¹¹¹ A deficiente situação económica da rádio não lhe permite encomendar estudos de audiência ou de mercado. Neste sentido a emissora não tem definido um perfil dos seus ouvintes, bem como os seus interesses e expectativas. A respeito das chamadas de ouvintes, ver Crisell (1986).

“A comunidade gosta de dedicar através da rádio músicas aos seus familiares e amigos, e aproveitam para nos dar o *feed-back* do nosso trabalho. Seja para o bem ou para o mal as pessoas querem manifestar os seus gostos e nós ficamos assim a saber do que as pessoas mais gostam e menos. Porque também nos convém saber.”¹¹²

Por fim, o programa “Sobremesa a dois”, que decorre todas as quartas-feiras, e consiste numa entrevista elaborada por um dos locutores a uma figura pública nacional. Este programa é repetido as Sábados.

Quadro 2: Programação actual de Sábado (2012):

08:00 – 11:00	“Manhã RRS”	Musica
11:00 – 12:00	“Conversa a dois”	Conversa com uma figura pública (repetição)
12:00 – 13:00	“Manhã RRS”	Música
13:00 – 14:00	“Hora informativa”	Compilação da actualidade informativa local de toda a semana.
14:00 – 17:30	“Tarde RRS”	Música
17:30 – 20:00	“15 em 15”	Desporto: hóquei em patins, ou outra modalidade
20:00 – 08:00	“Madrugadas Regional”	Automático

A programação de Sábado continua a ser maioritariamente baseada em música (dezoito horas). Ao analisar o quadro 2, podemos constatar que o desporto continua a ser destacado em detrimento das outras temáticas. Desta vez através do relato de hóquei em patins da equipa da cidade. No entanto, sempre que existem jogos de outras modalidades considerados de maior importância, a rádio irá fazer essa cobertura em detrimento do hóquei.

¹¹² Entrevista concedida por António Santos (07/09/2012).

Outro programa emitido exclusivamente ao Sábado é o “Hora informativa”. Tem a duração de uma hora e é um compacto dos blocos noticiosos que foram transmitidos durante a semana.

Quadro 3: Programação actual de Domingo (2012):

08:00 – 10:00	“Danças e cantares”	Música tradicional portuguesa
11:00 – 12:00	“Figuras e factos”	Espaço onde se fala de acontecimentos e pessoas de São João da Madeira
12:00 – 14:00	“Viva a tarde”	Automático
14:00 – 19:00	“Tarde Desportiva”	Relato do jogo de futebol da Associação Desportiva Sanjoanense
19:00 – 08:00	“Madrugadas Regional”	Automático

Ao Domingo, a linha de orientação da restante semana continua a ser seguida. Como se pode constatar pelo quadro 3 existe um programa “Figuras e factos” que decorre neste dia da semana e é repetido às terças-feiras às 20h. Este espaço semanal é dirigido pelo proprietário da emissora e trata de acontecimentos e pessoas que marcam a vida da cidade. As tardes de domingo são totalmente dedicadas (cinco horas) ao clube de futebol da cidade, com uma equipa da rádio a acompanhar a Associação Desportiva Sanjoanense para transmitir o relato aos ouvintes.

A par da programação, a emissora também aposta esporadicamente na organização de espectáculos em directo. Exemplo disso foi a iniciativa avançada em de 17 de Maio de 1998, onde milhares de pessoas compareceram para assistir ao espectáculo de variedades com grupos de artista nacionais. Este evento repete-se anualmente e para além da programação ser emitida a partir do local, representa também uma forma de autopromoção para a rádio.

Informação

Os blocos de notícias regionais são emitidos diariamente nos espaços informativos das 07h30m, 08h, 10h, 12h, 17h e 19h. Estes blocos têm uma duração média de 5 minutos e dão a conhecer ao ouvinte as principais notícias da cidade. No entanto, importa referir que a informação local está inserida em toda a programação (como desporto, entrevistas).

Até 1997, a lei apenas obrigava a emitir serviços noticiosos regulares sem definir com que frequência. Com a Lei nº2/97 (artigo 12º) as rádios locais passaram a estar obrigadas a emitir pelo menos 3 serviços noticiosos de cobertura da sua área, entre as 7 e as 24h e num período de tempo superior a três horas entre eles. O que se mantém com a actual Lei.

Esta rádio teve durante dez anos uma parceria com a ARIC¹¹³ (Associação de Rádios de Inspiração Cristã). Através desta associação, a emissora fazia ligações directas à Rádio Renascença e transmitia os noticiários da emissora católica. Há cerca de três meses, em reunião de direcção, foi decidido abandonar esta iniciativa. Visto a situação económica da rádio não permitir o pagamento da taxa devida. Com esta decisão, a emissora passou a transmitir apenas noticiários regionais e a actualidade nacional chega aos ouvintes apenas pela leitura diária dos títulos dos principais jornais nacionais. Actualmente, os conteúdos são baseados em informação de proximidade, como refere o director de programação:

“Nós só lançamos notícias regionais. Agora que se terminou a parceria com a Rádio Renascença, são só acontecimentos de cá. Claro que não ficamos alheios um grande acontecimento, vamos inseri-lo na programação com certeza, mas o nosso serviço é regional.”¹¹⁴

¹¹³ A ARIC foi fundada em Fátima em 1991. “Foram fundadoras trinta e uma rádios onde se inclui a Rádio Renascença, verdadeiramente a grande impulsionadora do projecto. Entre os objectivos, a ARIC pretende dinamizar actividades com o objectivo de promover a comunhão entre as rádios associadas nomeadamente no que toca aos princípios cristãos por que se devem reger. Os associados da ARIC pretendem ainda incentivar a produção e intercâmbio de programas radiofónicos, particularmente os que visem o desenvolvimento regional e a informação religiosa e congregar os profissionais das rádios com o objectivo de experimentar formas melhores de comunicação da mensagem cristã.” (Bonixe, 2003, 71).

¹¹⁴ Entrevista concedida por António Santos (07/09/2012).

A informação de carácter local transmitida é em grande medida a mesma que é publicada no jornal. Embora a natureza da rádio possibilite uma transmissão mais actual do que o jornal, que é semanal. Ainda segundo o director de programação:

“O mesmo gravador que grava para depois recolher a informação para o jornal é utilizado em gravação aqui para a rádio. Um gravador que grava para a rádio, por exemplo nos jogos de futebol, depois são ouvidos e editados os conteúdos para fazerem parte das notícias do jornal. Mas, de facto, o jornal é complemento da parte de informação que nós temos. Um acontecimento registado no jornal é depois reportado aqui para a rádio e o contrário também. Porque repara, o jornal é semanal a rádio é diária, aliás as notícias são mesmo em determinadas horas, ou seja, pode ser dada primeiro na rádio.”¹¹⁵

A emissora para complemento da informação que transmite criou recentemente um espaço na Internet que se intitula “cidadão repórter”. Esta iniciativa foi avançada para que os ouvintes se tornem “repórteres activos” e enviem conteúdos como notícias, fotografias e vídeos de acontecimentos que considerem que daria (ou completaria) uma notícia para esta rádio. Neste sentido, já foram enviadas várias matérias que serviram de complemento para os colaboradores.

Programação desportiva

A temática em que a rádio mais aposta é a musical. É com ela que se preenchem os períodos de automação. Já as emissões que contam com a presença humana baseiam-se essencialmente na temática desportiva. Esta é a percepção dos três colaboradores entrevistados. Como refere António Santos:

¹¹⁵ Entrevista concedida por António Santos (07/09/2012).

“Não nos esquecemos das outras áreas, tentamos cobrir de tudo, um pouco, mas a verdade é que investimos mais no desporto porque também sentimos que é isso que o Sanjoanenses esperam de nós e nós procuramos sempre oferecer aquilo que o público quer. É assim que vive uma rádio.”¹¹⁶

Esta aposta no desporto pode ainda ser verificada nas tabelas de programação, seguindo a tendência das rádios locais em Portugal. Como mostra o Relatório de Caracterização do Sector da Radiodifusão Local (ERC, 2009) 79% das rádios aposta em programas informativos sobre desporto, e dessas, 91% admitem fazê-lo com regularidade. Esta rádio aposta essencialmente na informação desportiva relativa às modalidades de futebol, hóquei em patins, andebol e basquetebol. No entanto, é também notório que entre estes, o maior destaque é dado ao futebol, o que nos remete novamente ao relatório de caracterização do sector da radiodifusão local (ERC, 2009), onde consta que 53% das operadoras exhibe relatos de acontecimentos desportivos, e desses, 85% são relativos a futebol, 19% a hóquei e 18% a futsal. Esta importância pode ser estendida a nível mundial. Repare-se que a FIFA, Organização Superior no Futebol, tem mais filiados do que a ONU (Organização das Nações Unidas).¹¹⁷

Dina Cristo recorre ao passado para lembrar que a modalidade de hóquei em patins marcou o início das transmissões radiofónicas desportivas. E lembra todo o processo a que foram sujeitas as rádios antes da década de 1970, ou seja, antes do futebol se ter tornado na modalidade mais noticiada nos órgãos de comunicação social:

“Quando a Federação Portuguesa de Futebol permitiu, passada a resistência inicial (que após a primeira fase de interdição total, apenas permitia a entrada em campo dos repórteres na 2ª parte dos jogos, como defesa contra o receio do afastamento do público dos estádios, obrigando os profissionais a fazer o resumo da 1ª parte e só depois o relato da 2ª), o relato de futebol integral e o desenvolvimento da modalidade [...] levou o futebol ao lugar cimeiro nas emissões desportivas e no interesse dos ouvintes.” (2005, 20).

¹¹⁶ Entrevista concedida por António Santos (07/09/2012).

¹¹⁷ A FIFA foi fundada em 1904 e conta com 208 filiados, enquanto que a ONU, fundada em 1945, tem 193 Estados-membros.

Na Rádio Regional Sanjoanense, os dois elementos do quadro de pessoal que possuem o CNIB, para além das funções que exercem no interior da rádio, são os mesmos (acompanhados por um terceiro elemento) que fazem aos fins-de-semana a cobertura do jogo de futebol da Associação Desportiva Sanjoanense¹¹⁸. Um desempenha a função de relator, que descreve toda a partida, o outro é o comentador, que dá a sua opinião pessoal em todos os lances que possam causar algum tipo de dúvida e o terceiro é o chamado “repórter volante” ou “repórter de campo”, que se encontra junto ao relvado e consegue um melhor ângulo de visão em algumas jogadas. Esta equipa procura fornecer ao ouvinte, toda a informação de que ele necessita para fazer a sua construção mental do que se passa no campo¹¹⁹. Esta equipa, como muitas outras, encontra-se numa linha ténue ao desempenhar as suas funções, uma vez que se por uns é esperada uma total isenção, outros exigem-lhes o chamado “regionalismo desportivo”.¹²⁰

No caso específico dos jogos de 3ª divisão distrital, se a rádio local não estivesse presente, o público apenas conseguiria ter acesso ao jogo se se deslocasse ao campo, uma vez que nem a televisão nem as rádios nacionais cobrem um jogo de futebol de uma equipa local, considerada “inferior”¹²¹. Este fenómeno foi também assinalado por Filipe Reis:

“As rádios locais constituem um importante *locus* de produção e negociação da identidade local/regional e as escolhas relativas às agendas mediáticas ou aos formatos dos programas de entretenimento [...] traduzem, de forma explícita ou implícita, as perspectivas dos programadores relativamente ao que constitui – ou não – o interesse e as preferências do auditório. Neste sentido, as

¹¹⁸ Importa destacar o recente afastamento de um terceiro elemento que tratava a informação desportiva. Como consequência do crescente número de adeptos que a columbofilia tem vindo a alcançar, a direcção do jornal decidiu atribuir a este trabalhador a exclusividade da columbofilia no jornal.

¹¹⁹ A importância da descrição pormenorizada do jogo por parte do relator é indispensável, uma vez que o ouvinte não tem recurso a qualquer imagem. Apenas idealiza aquilo que lhe é transmitido e a construção mental daquilo que se passa no campo será tanto melhor quanto mais pormenores forem descritos. Por isso mesmo, os relatores descrevem mesmo antes do início da partida, o estado do relvado, a temperatura, o número aproximados de adeptos, a composição da equipa e respectivos equipamentos e muitos outros pormenores.

¹²⁰ O jornalista desportivo, embora tenha de cumprir com o seu código deontológico, sabe que a maior parte dos ouvintes espera que ele demonstre a sua simpática pelo clube da região. A este respeito ver Coelho (2001); Barbeiro & Lima (2001); Boyle (2006).

¹²¹ Facto curioso é que muitos dos adeptos que se deslocam ao campo ouvem simultaneamente o relato através da rádio.

rádios locais constituem hoje poderosas técnicas de «produção do local»” (2006, 89).

Rádio Regional Sanjoanense na Internet

Esta rádio, tal como muitas outras rádios locais portuguesas, encontra-se audível na Internet para todo o mundo através do já explicado projecto ROLI. A RRS está disponível no sítio da Internet: www.rrs.com.pt e tem ainda o suporte da rede social *facebook* (www.facebook.com/RadioRegionalSanjoanense), onde normalmente promove os conteúdos da emissora, ainda que não seja diariamente actualizado. É notório que a rádio privilegia o sítio da Internet em detrimento do *facebook*.

O sítio da Internet oferece ao público a possibilidade de ouvir a emissão *on-line*, consultar a programação, a meteorologia, e ainda algumas acções que a rádio promove, como é exemplo o “cidadão repórter”. Na página principal são também destacadas as notícias que marcam a actualidade da região¹²². É ainda através do sítio na Internet que a rádio procura saber qual o grau de satisfação do ouvinte para com a rádio, uma vez que semanalmente é avançada uma questão relativa aos gostos dos ouvintes. A página também tem publicidade associada, embora segundo o editor, José Miguel da Silva Pinho o formato *on-line* seja mais importante para captar ouvintes que novos anunciantes:

“em termos de publicidade não compensa, mas em termos de auditório sim porque há muitas pessoas principalmente para quem não apanha através da antena, apanha na internet Não só os emigrantes, que esta é uma zona de muitos emigrantes, mas toda a gente que não apanhe através da antena”.¹²³

¹²² A realidade da Rádio Regional Sanjoanense vai de encontro ao estudo que Bonixe realizou em 2009 sobre o aproveitamento de potencialidade informáticas pelas rádios locais portuguesas, onde se conclui que “os *sites* das rádios locais estudadas utilizam a sua presença na Internet sobretudo para a divulgação da sua emissão tradicional. Em qualquer um dos *sites* observados, é possível escutar através da Internet a emissão hertziana” (2010, 6).

¹²³ Entrevista concedida por José Miguel da Silva Pinho (28/09/2012).

Todos os colaboradores entrevistados consideram que a Internet é uma mais-valia para a rádio: “primeiro passou a ser possível ouvir rádio a partir de qualquer local [...] e depois a nível das notícias também é muito bom porque está sempre actual”¹²⁴.

Já o proprietário por sua vez não se mostra muito receptivo a estas novas plataformas referindo que para elas “existe uma pessoa responsável, mas a rádio, rádio, para mim é isto que chega a casa das pessoas através do aparelho. Não podemos acabar com isto e ir agora todos para a Internet.”¹²⁵. As perspectivas dos profissionais e do proprietário relativamente à importância dos novos dispositivos *on-line* são reveladoras das grandes incertezas que atravessam o sector da comunicação social em Portugal. Vão também neste sentido, as afirmações de Fernando Correia, um estudioso do jornalismo em Portugal:

“Generalizou-se a aplicação das novas tecnologias, abrindo novas possibilidade à melhoria da informação proporcionada ao público, mas, simultaneamente, cresceram as incertezas sobre o futuro dos media tradicionais e da profissão jornalística. Trata-se de um terreno imprevisível, sobre o qual todos os destinos parecem estar em aberto.” (2009, 221).

¹²⁴ Entrevista concedida por Joana Costa (05/10/2012).

¹²⁵ Entrevista concedida por José da Silva Pinho (19/07/2012).

Conclusão

Como mostramos ao longo desta investigação, o fenómeno das rádios piratas ou livres em Portugal acompanha um movimento similar que teve início em vários países da Europa entre os anos de 1960 e 1970. Este movimento teve como lemas principais combater o monopólio do Estado no sector da radiodifusão¹²⁶, e dar voz às populações locais, regra geral ausentes das rádios nacionais. Este fenómeno, que acompanha nos países do sul da Europa a queda dos regimes ditatoriais, foi em grande medida possível devido à ausência de um quadro legislativo que as enquadrasse.

No caso português, o processo de legalização foi demorado e conflituoso. Desde a primeira emissora pirata ir para o ar (Rádio Juventude, 1977) até à primeira lei (Lei nº8/87, de 11 de Março) que enquadrou estas rádios decorreu uma década. Este longo tempo de espera permitiu que por todo o país se multiplicassem estas rádios a emitir sem qualquer enquadramento legal.

Com a legalização, muitas das emissoras que conseguiram alvará acreditaram num futuro promissor, todavia, a realidade revelou-se bem distinta. As dificuldades de financiamento, em grande medida devido ao escasso mercado publicitário, resultou no encerramento de muitas estações, e as que subsistiram viram-se na contingência de ter de alterar os conteúdos, em particular os informativos, recorrendo a cadeias de rádios. Esta levou a que o princípio a que se propunham responder – dar voz às comunidades locais – tivesse sido prejudicado.

O surgir das inovações tecnológicas, em particular da Internet, fez nascer uma nova esperança, mas também muitas apreensões. Por um lado, este novo meio permitia que estas rádios tivessem, pela primeira vez, um alcance à escala global, conquista muito importante, por exemplo, para alcançar e interagir com portugueses na diáspora. Por outro, muitos dos proprietários temeram que este novo meio podia representar o fim da rádio. No entanto, procuraram adaptar-se a ele e tirar daí o melhor partido para as suas emissões hertzianas. Ainda assim, o

¹²⁶ Em Portugal, a situação era algo distinta. O espectro radiofónico era partilhado pelo Estado e pela Igreja Católica em regime de duopólio.

que se verificou foi que as rádios, dentro das suas possibilidades tentam retirar o maior proveito destas plataformas, não só como suporte de maior alcance das emissões hertzianas, mas também permitindo aos ouvintes uma maior interacção com a emissora.

Pela análise da rádio aqui em estudo, que é um exemplo das rádios locais em Portugal, conclui-se que os seus princípios iniciais se foram alterando em grande medida pelas deficientes condições económicas. Esta emissora depende totalmente das receitas da publicidade para o seu financiamento, e a conjectura actual tem-se verificado desfavorável a esta dependência uma vez que o número de publicitados tem vindo a decrescer significativamente. Os principais anunciantes são o comércio local da cidade. A deficiente condição económica também leva a que a emissora não possa contratar estudos de audiências ou de mercado.

Os recursos humanos são insuficientes, a avaliar pela constante necessidade de interajuda entre os funcionários do jornal e da rádio. Ainda assim, os colaboradores, que são em média pouco qualificados, e os que o são, não têm formação específica na área do jornalismo, são polivalentes e acumulam as funções de animadores, locutores e sonoplastas. Outro factor que nos remete para uma dimensão particular da empresa são os laços familiares que se verificam entre alguns dos colaboradores. Estes laços também estão presentes nos voluntários que normalmente apoiam a emissora. Os meios técnicos não se revelaram escassos, no entanto, importa constatar que são partilhados por ambos os meios de comunicação. A programação é essencialmente baseada em música (cerca de dezasseis horas por dia da semana e dezoito ou mais ao fim-de-semana). A emissão decorre grande parte do tempo (essencialmente durante a tarde e noite) em formato automático, o que também é revelador do insuficiente número de colaboradores. A par do conteúdo musical a emissora aposta essencialmente na temática desportiva por considerar que é aquilo que a comunidade mais espera deles. A informação local representa também outra das partilhas entre o jornal e a rádio. A pesquisa feita para um meio de comunicação é a mesma que serve de suporte para o outro.

Conclui-se ainda que embora esta rádio local tente estar inserida nas novas plataformas digitais, esse objectivo não se revela como imprescindível. A não actualização diária da informação e a desactualização da programação, que consta no sítio da Internet, revelam isso mesmo. Embora tenham também aderido a uma rede social, neste caso o *facebook*, na realidade, esta rádio quase não faz uso dela.

Bibliografia

Almeida, J. F. & Pinto, J. M. (1990) *A investigação nas ciências sociais*. 4ª ed. Lisboa, Editorial Presença.

Azevedo, A. P. (2001) As rádios locais no pós-25 de Abril. *Observatório da Comunicação*, 4 Novembro, pp. 113-122.

Barbeiro, H. & Lima, P. R. (2001) *Manual do radiojornalismo: produção, ética e Internet*. 2ª ed. São Paulo, Campus.

Bonixe, J. L. R. (2012) Rádios locais e cidadania: uma perspectiva sobre novas formas de participação dos ouvintes. *Aprender*, 32, Junho, pp. 46-51.

Bonixe, J. L. R. (2010) A migração das rádios locais portuguesas para o digital: desafios e potencialidades. *Repositório Comum* [Internet] <<http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/2057>> [Consult. 21 de Setembro 2012].

Bonixe, J. L. R. (2006) As rádios locais em Portugal: uma análise do discurso jornalístico. *Comunicação & Cultura*, 1, pp. 157-169.

Bonixe, J. L. R. (2003) *As rádios locais em Portugal: informação e função social – Uma análise dos noticiários das rádios do distrito de Setúbal*. Tese de Mestrado, Universidade nova de Lisboa: Faculdade de Ciência Sociais e Humanas.

Boyle, R. (2006) *Sports journalism: context and issues*. Londres, Sage.

Brecht, B. (2007 [1932]) O rádio como aparato de comunicação: discurso sobre a função do rádio. *Estudos Avançados*, 21 (60), pp. 227 – 232.

Briggs, A. & Burke, P. (2006 [2002]) *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. 2ª ed. Rio Janeiro, Zahar Editora.

Camponez, C. (2002) *Jornalismo de proximidade*. Coimbra, Minerva.

Carvalho, J. R. (1996) Os media e os poderes locais. *Biblioteca on-line de ciências da comunicação*. [Internet] <http://www.bocc.ubi.pt/pag/carvalho-ricardo-Media-poder.pdf> > [Consult. 15 de Outubro 2012].

Coelho, J. N. (2001) *Portugal a equipa de todos nós: nacionalismo, futebol e media*. Porto, Edições Afrontamento.

Correia, F. (2009) Crise de identidade profissional e emergência de um novo paradigma. In Garcia, J. L. ed. *Estudos sobre os jornalistas portugueses: metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 213-226.

Correia, J. C. (2008) Identidades e realidades múltiplas: os estranhos no meio de «nós». In Esteves J. P. ed. *Comunicação e Identidades Sociais*. Lisboa, Livros Horizonte, pp. 131-154.

Correia, J. C. (s.d.) Jornalismo regional e cidadania. *Biblioteca on-line de ciências da comunicação*. [Internet] <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-jornalismo-regional.pdf>> [Consult. 26 de Agosto 2012].

Cristo, D. (2005) *A rádio em Portugal e o declínio do regime de Salazar e Caetano (1958-1974)*. Coimbra, Minerva.

Cristo, D. (2001) A rádio ao tempo de Salazar e Caetano: censura, propaganda e resistência. *Observatório da Comunicação*, 4 Novembro, pp. 9-32.

Cristo, D. (1999) *A rádio em Portugal e o declínio do regime de Salazar e Caetano (1958-1974)*. Tese de Mestrado, Universidade nova de Lisboa: Faculdade de Ciência Sociais e Humanas.

Crisell, A. (1986) *Understanding radio*. 2ª ed. London & New York, Routledge.

Dias, S. A. (1986) Enquadramento legal da publicidade no meio rádio. In R.D.P./E.P. ed. *60 anos de rádio em Portugal*. Lisboa, Vega, pp. 95-102.

Dias, S. A. (1986) Formação de pessoal da comunicação social em geral e da rádio em particular. In R.D.P./E.P. ed. *60 anos de rádio em Portugal*. Lisboa, Vega, pp. 143-146.

Duarte, F.B. (2005) *Informação de proximidade: jornais e revistas*. Lisboa, Âncora Editora.

Eco, U. (1981) Una nueva era en la liberdade de expresión. In Bassets, L. ed. *De las ondas rojas a las rádios libres*. Barcelona, Gustavo Gili, pp. 213-230.

Ferrareto, L. A. (2000) *Rádio: o veículo, a história e a técnica*. Porto Alegre, Sagra Luzzatto.

Flichy, P. (1991) *Une histoire de la communication modern: espace public et vie privée*. Paris, La Decouverte, pp.136-149.

Flichy, P. (1981) La explosión del monólogo. Las rádios paralelas en la Europa Occidental. In Bassets, L. ed. *De las ondas rojas a las rádios libres*. Barcelona, Gustavo Gili, pp. 180-188.

Fonseca, M. (1988) *As comunicações navais e a TSF na Armada: subsídios para a sua história (1900-1985)*. Lisboa, Edições Culturais da Marinha.

Garcia, J. L. (2009) Principais tendências de profissionalização dos jornalistas no período pós-transição democrática. In Garcia, J. L. ed. *Estudos sobre os jornalistas portugueses: metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 63-92.

Graça, S. M. (2009) Os problemas-chave de ingresso no jornalismo. In Garcia, J.L. ed. *Estudos sobre os jornalistas portugueses: metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 133-165.

Guattari, F. (1981) Las rádios libres populares. In Bassets, L. ed. *De las ondas rojas a las rádios libres*. Barcelona, Gustavo Gili, pp. 231-236.

Graça, S. M. (2009) Os problemas-chave de ingresso no jornalismo. In Garcia, J. L. ed. *Estudos sobre os jornalistas portugueses: metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 133-168.

Jeanneney, J. (2003) *Uma história da comunicação social*; trad. Catarina Gândara e Ana Isabel Silva. 2ª ed. Lisboa, Terramar.

Lé, A. J. R. (2012) *Rádio Foz do Mondego: um percurso do passado ao presente*. Tese de Mestrado, Universidade de Coimbra.

Lefebvre, T. (2008), *La bataille des radios libres: 1977-1981*. Paris, Nouveau Monde Editions/INA.

Maia, M. (2009) *A Telefonía: memórias da rádio*. 2ª ed. Lisboa, Âncora Editora.

Maia, M. (1999) *Aqui emissora da liberdade: Rádio Clube Português 04.26 25 de Abril de 1974*. Lisboa, Editorial Caminho.

Makagiansar, M. (1981) A Unesco e os problemas da comunicação. In Adriano D. Rodrigues, et al. ed. *Comunicação social e jornalismo: o fabrico da actualidade*, Lisboa, A regra do jogo, pp. 36-41.

Marinho, S. (2000) Um percurso da rádio em Portugal. In Manuel Pinto, M. ed. *A comunicação e os media em Portugal, 1995-1999: cronologia e leituras de tendências*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, pp. 99-111.

Mattelart, A. (1996) *A mundialização da comunicação*. Lisboa, Instituto Piaget.

Meditsch, E. (1999) *A rádio na era da informação*. Coimbra, Minerva.

Mesquita, M. (2003) *O quarto equívoco: o poder dos media na sociedade contemporânea*. Coimbra, Minerva.

Queirós, J. S. (2011) *20 anos ao serviço das rádios locais: ARIC 1991-2011, contributos para a história*. Porto, ARIC.

Reis, F. M. C. B. (2006) *Comunidades radiofónicas: um estudo etnográfico sobre a radiodifusão local em Portugal*. Tese de Doutoramento, Instituto Superior do Trabalho e da Empresa.

Ribeiro, N. (2007) A emissora Nacional: das emissões experimentais à oficialização (1933-1936). *Comunicação & Cultura*, 3. Primavera-Verão. pp. 175-199.

Ribeiro, N. (2005) *A Emissora Nacional nos primeiros anos do Estado Novo: 1933-1945*. Lisboa, Quimera Editores.

Ribeiro, N. (2002) *A Rádio Renascença e o 25 de Abril*. Lisboa, Universidade Católica Editora.

Santos, R. (2005) *As vozes da rádio: 1924-1939*. Lisboa, Editorial Caminho.

Santos, R. (2000) Nos 75 anos de emissões regulares de rádio: histórias de pioneiros. *Observatório da Comunicação*, 2 Novembro, pp.127-136.

Serra, J. B. (1997) Portugal, 1910-1940: da República ao Estado Novo. *Cidade Imaginária*. [Internet] <http://www.cidadeimaginaria.org/bib/Portugal10-40.pdf> [Consult. 27 de Outubro 2012].

Silva, D.B. (2008) *As rádios locais: o que mudou desde 1989?* Tese de Mestrado, Universidade da Beira Interior, Covilhã.

Soares, V. H. R. V. (1986) Radio Local. In R.D.P./E.P. ed. *60 anos de rádio em Portugal*. Lisboa, Vega, pp.73-76.

Sousa, J.P. (2002) Comunicação regional e local na Europa Ocidental. *Biblioteca on-line de ciências da comunicação*. [Internet] Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-comunicacao-regional-na-europa-ocidental.pdf>> [Consult. 26 de Agosto 2012].

Subtil, F. (2009) Anotações sobre o processo de feminização da profissão de jornalista na década de 1990. In Garcia, J. L. ed. *Estudos sobre os jornalistas portugueses: metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 93-108.

Thierry L. (2008) *La bataille des radios libres: 1977-1981*. Paris, Nouveau Editions/INA.

Unesco (1981) A comunicação é problema. In Adriano D. Rodrigues, *et al.* ed. *Comunicação Social e jornalismo: o fabrico da actualidade*, Lisboa, A regra do jogo, pp. 32-35.

Sítios da Internet consultados:

Diário da Republica electrónico

<http://dre.pt>

Gabinete para os Meios de Comunicação Social

<http://www.gmcs.pt/>

Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação

<http://www.bocc.ubi.pt>

Jornal Sol

http://sol.sapo.pt/inicio/Sociedade/Interior.aspx?content_id=52102

Entidade Reguladora para a Comunicação Social

<http://www.erc.pt/>

Autoridade Nacional de Comunicações

<http://www.anacom.pt/>

Cidade Imaginária

www.cidadeimaginaria.org

Repositório Comum

<http://comum.rcaap.pt/>

ANEXOS

Anexo I

13 646

DIÁRIO DA REPÚBLICA — II SÉRIE

N.º 264 — 15-11-1995

c) Declaração, passada e autenticada pelo serviço ou organismo de origem, da qual constem a categoria, a natureza do vínculo (caso se trate de agente, deverá ser explicitada a situação do candidato face ao disposto no n.º 4 do art. 6.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12), a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, o escalão de vencimento e a classificação de serviço obtida nos três últimos anos.

9.3 — Os candidatos pertencentes ao quadro de pessoal do Instituto Português da Arte Cinematográfica e Audiovisual ficam dispensados da apresentação dos documentos que se encontrem arquivados nos respectivos processos individuais, devendo, neste caso, declarar expressamente tal facto no requerimento.

9.4 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

10 — Composição do júri:

Presidente — Ana Bela Ferreira, chefe de secção.
Vogais efectivos:

Herculano Trovão, técnico superior principal.
Joaquim Santos, segundo-oficial administrativo.

Vogais suplentes:

Rosília Coelho, técnica especialista.
Manuela de Melo, técnica auxiliar principal.

11 — Os requerimentos deverão ser entregues pessoalmente ou enviados pelo correio, com aviso de recepção, para o Instituto Português da Arte Cinematográfica e Audiovisual, Rua de São Pedro de Alcântara, 45, 1.º, 1200 Lisboa, local onde poderão também ser consultadas, a seu tempo, as listas de candidatos admitidos e excluídos e de classificação final.

O Vice-Presidente, *António Paulo Moreira*.

Instituto das Artes Cénicas

Teatro Nacional de D. Maria II

Por despacho de 31-5-95 do Subsecretário de Estado da Cultura: Engenheiro António Guilherme dos Santos Pinheiro Xavier — exonerado das funções de presidente da Direcção do Instituto das Artes Cénicas, com efeitos a partir de 31-5-95, por ter sido designado administrador do conselho de administração da Fundação de São Carlos.

28-10-95. — O Presidente, *Carlos Avilez*.

GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO DA JUVENTUDE

Despacho. — Nos termos do n.º 1 do art. 11.º dos Estatutos da Associação de Utentes das Pousadas de Juventude, exonerado, a seu pedido, o presidente, o vice-presidente e o vogal da comissão executiva, respectivamente licenciados José António Domingues Serra, José Henrique Fonseca Mendes e Fausto Augusto Gonçalves de Sá Marques, com efeitos a partir de 10-10-95.

10-10-95. — A Secretária de Estado da Juventude, *Maria do Céu Baptista Ramos*.

Despacho. — Nos termos do disposto na al. c) do n.º 2 do art. 7.º do Dec.-Lei 323/89, de 26-9, dou por finda, a seu pedido, a comissão de serviço da licenciada Maria Emília Vaz Afonso do cargo de chefe de divisão do Núcleo de Estudos e Projectos do Instituto Português da Juventude, com efeitos a partir de 27-9-95.

24-10-95. — A Secretária de Estado da Juventude, *Maria do Céu Baptista Ramos*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.

Despacho conjunto. — Considerando que, no desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pela Lei 87/88, de 30-7, o Dec.-Lei 30/92, de 5-3, veio permitir aos operadores de radiodifusão, titulares de alvará para cobertura de âmbito local, a possibilidade de melhorarem a qualidade da mesma pelo aumento de potência de emissão;

Tendo em conta os limites máximos de aumento de potência aparente radiada pelos emissores e retransmissores, fixados pela Port. 366/92, de 26-6;

Considerando a proposta apresentada pelo Instituto das Comunicações de Portugal e ao abrigo do disposto no n.º 4 do art. 3.º do Dec.-Lei 30/92, de 5-3, determina-se o seguinte:

1 — É autorizada a aumentar a potência aparente radiada para 33 dBW a estação de radiodifusão sonora de cobertura local denominada Rádio Clube de Gondomar, L.ª.

2 — O presente despacho conjunto produz efeitos a partir da data da sua publicação.

26-10-95. — O Secretário de Estado da Habitação, *Carlos Alberto Pereira da Silva Costa*. — O Subsecretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto, *Amândio Santa Cruz Domingues Basto Oliveira*.

Despacho conjunto. — 1 — Nos termos do n.º 1 do art. 11.º do despacho conjunto dos Secretários de Estado dos Transportes Exteriores e Comunicações e Adjunto do Ministro Adjunto e da Juventude de 2-11-88, publicado no suplemento ao DR, 2.ª, 255, de 4-11, que abriu o concurso público para a atribuição de alvarás para o exercício da actividade de radiodifusão, a Comissão Consultiva da Rádio entregou aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das comunicações e da comunicação social o relatório e pareceres referentes às candidaturas apresentadas relativamente às frequências disponibilizadas nas localidades de Albufeira, Alcochete, Ansião, Benavente, Caminha, Castro Marim, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Gouveia, Idanha-a-Nova, Lousã, Mealhada, Nazaré, Oliveira do Bairro, Rio Maior, São João da Madeira, Serpa, Sines, Vagos, Valença, Vila Nova da Barquinha, Vila Nova de Poiares, Vila Real e Vila Real de Santo António.

2 — Relativamente a São João da Madeira, a comissão consultiva ordenou as candidaturas pela seguinte hierarquia, propondo a atribuição dos alvarás às duas primeiras:

- 1.º Informédia, L.ª;
- 2.º Rádio Portugal Centro, C. R. L.;
- 3.º José Soares da Silva, L.ª;
- 4.º Cooperativa de Radiodifusão Serra-Mar, C. R. L.

3 — Nos termos do n.º 1 do ponto III do despacho conjunto dos Secretários de Estados dos Transportes Exteriores e Comunicações e Adjunto do Ministro Adjunto e da Juventude de 31-5-89, publicado no DR, 2.ª, de 12-6-89, foram atribuídos, nos termos do art. 10.º do Dec.-Lei 338/88, de 28-9, os seguintes alvarás para o exercício da actividade de radiodifusão sonora no concelho de São João da Madeira:

Entidade a licenciar	Frequência	Potência (dBW)	Horas de emissão por dia
Informédia, L.ª	106.300	30	18
Rádio Portugal Centro, C. R. L.	88.100	27	24

4 — Por acórdão proferido pela 1.ª Secção do Supremo Tribunal Administrativo, no processo n.º 27 521, foi anulado o despacho anteriormente referido, na parte em que atribuiu o alvará à Informédia, L.ª. Esta anulação foi confirmada por acórdão proferido em 6-7-93 pelo pleno da Secção do Contencioso Administrativo do Supremo Tribunal Administrativo.

5 — Assim, atendendo à hierarquia estabelecida pela Comissão Consultiva da Rádio na data da apresentação e análise de candidaturas, e dando execução aos acórdãos proferidos pelo Supremo Tribunal Administrativo, são atribuídos, nos termos do art. 10.º do Dec.-Lei 338/88, de 28-9, os seguintes alvarás para o exercício da actividade de radiodifusão sonora no concelho de São João da Madeira:

Entidade a licenciar	Frequência	Potência (dBW)	Horas de emissão por dia
Rádio Portugal Centro, C. R. L.	106.300	30	18
José Soares da Silva, L.ª	88.100	27	24

6 — Considerando que, por despachos de 23-3-93 do Secretário de Estado da Habitação e de 3-2-93 do Subsecretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto, foi autorizada a transmissão do alvará atribuído à cooperativa Rádio Portugal Centro, C. R. L., para a Inforádio, Comunicação Social, S. A., nos mesmos termos e con-

dições, fica assim configurada a lista das entidades detentoras de alvará para o exercício da actividade de radiodifusão sonora no concelho de São João da Madeira:

Entidade a licenciar	Frequência	Potência (dBW)	Horas de emissão por dia
Inforádio, Comunicação Social, S. A.	106.300	30	18
José Soares da Silva, L.ª	88.100	27	24

— 26-10-95. — O Secretário de Estado da Habitação, *Carlos Alberto Pereira da Silva Costa*. — O Subsecretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto, *Amândio Santa Cruz Domingues Basto Oliveira*.

Despacho conjunto. — Considerando que, no desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pela Lei 87/88, de 30-7, o Dec.-Lei 30/92, de 5-3, veio permitir aos operadores de radiodifusão, titulares de alvará para cobertura de âmbito local, a possibilidade de melhorarem a qualidade da mesma pelo aumento de potência de emissão;

Tendo em conta os limites máximos de aumento de potência aparente radiada pelos emissores e retransmissores, fixados pela Port. 566/92, de 26-6;

Considerando a proposta apresentada pelo Instituto das Comunicações de Portugal e ao abrigo do disposto no n.º 4 do art. 3.º do Dec.-Lei 30/92, de 5-3, determina-se o seguinte:

1 — É autorizada a aumentar a potência aparente radiada para 33 dBW a estação de radiodifusão sonora de cobertura local denominada Antena Miróbriga, Cooperativa de Serviços, C. R. L.

2 — O presente despacho conjunto produz efeitos a partir da data da sua publicação.

26-10-95. — O Secretário de Estado da Habitação, *Carlos Alberto Pereira da Silva Costa*. — O Subsecretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto, *Amândio Santa Cruz Domingues Basto Oliveira*.

Despacho conjunto. — Considerando que, no desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pela Lei 87/88, de 30-7, o Dec.-Lei 30/92, de 5-3, veio permitir aos operadores de radiodifusão, titulares de alvará para cobertura de âmbito local, a possibilidade de melhorarem a qualidade da mesma pelo aumento de potência de emissão;

Tendo em conta os limites máximos de aumento de potência aparente radiada pelos emissores e retransmissores, fixados pela Port. 566/92, de 26-6;

Considerando a proposta apresentada pelo Instituto das Comunicações de Portugal e ao abrigo do disposto no n.º 4 do art. 3.º do Dec.-Lei 30/92, de 5-3, determina-se o seguinte:

1 — É autorizada a aumentar a potência aparente radiada para 33 dBW a estação de radiodifusão sonora de cobertura local denominada Pajovir, Espectáculos, Marketing e Publicidade, L.ª

2 — O presente despacho conjunto produz efeitos a partir da data da sua publicação.

26-10-95. — O Secretário de Estado da Habitação, *Carlos Alberto Pereira da Silva Costa*. — O Subsecretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto, *Amândio Santa Cruz Domingues Basto Oliveira*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DOS ASSUNTOS FISCAIS

Desp. 18/95-XII. — Ao cessar as funções de Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, é-me particularmente grato louvar a técnica tributária de 1.ª classe do quadro de pessoal da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos Alice Maria Pontes Miquelina de Oliveira Duque pela sua elevada competência, dedicação, sentido de responsabilidade e disponibilidade com que chefiou a secretaria de apoio do meu Gabinete, evidenciando notável mérito profissional e reconhecidas qualidades de chefia.

24-10-95. — O Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, *Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias*.

Desp. 20/95-XII. — Ao cessar funções de Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, é-me grato atribuir público louvor ao pessoal da secretaria de apoio do meu Gabinete pela dedicação e muita competência com que desempenharam as tarefas que lhes foram atribuídas:

Aida da Conceição Venceslau Crespo Martins.
Carolina da Anunciação Cardoso Barreira Martins.

Dulce Fontes Fernandes Lopes Gomes.
Fernanda Maria Ruivo de Sousa.
Lídia Olga Rebelo de Almeida Ceia.
Luísa Maria Marques Fernandes.
Maria da Conceição Marques Caddo.
Maria José Neves Limão Chaves.
Maria Ivone Papucides Gomes.
Maria Manuela Rodrigues Sequeira Simões.
Natália Frias Simão Gonçalves.
Rodepe Anastácio Bourlotos.
Teresa Maria Leitão de Oliveira Reis Tomás Lopes.

24-10-95. — O Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, *Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias*.

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

GABINETE DO MINISTRO

Desp. 82/95. — Exonero, a seu pedido, do cargo de adjunto do meu Gabinete o licenciado Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho pelo facto de assumir as funções de deputado da Assembleia da República.

26-10-95. — O Ministro do Planeamento e da Administração do Território, *Luís Francisco Valente de Oliveira*.

GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO DO PLANEAMENTO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Louvor. — Ao cessar funções como Secretária de Estado do Planeamento e do Desenvolvimento Regional, louvo publicamente Maria de Assunção Castanheira Tavares, Judite dos Anjos Adriano Simões Maia e Maria Antónia de Jesus Lobo Aguiar, pessoal de apoio administrativo do meu Gabinete, pela forma competente e dedicada com que exerceram as suas tarefas ao longo destes anos.

27-10-95. — A Secretária de Estado do Planeamento e do Desenvolvimento Regional, *Isabel Maria de Lucena Vasconcelos Cruz de Almeida Mota*.

Louvor. — Ao cessar funções como Secretária de Estado do Planeamento e do Desenvolvimento Regional, louvo publicamente Maria Helena Correia da Silva Fialho Gonçalves e Maria Bárbara Dias da Silva de Nunes Pereira, coordenadoras do pessoal administrativo do meu Gabinete, pela forma exemplar com que exerceram as suas funções ao longo destes oito anos.

A sua lealdade, competência e disponibilidade por todos reconhecida, bem como o espírito de equipa e sentido de serviço público que sempre manifestaram, são dignos de enaltecer.

27-10-95. — A Secretária de Estado do Planeamento e do Desenvolvimento Regional, *Isabel Maria de Lucena Vasconcelos Cruz de Almeida Mota*.

Louvor. — Ao cessar funções como Secretária de Estado do Planeamento e do Desenvolvimento Regional, louvo publicamente Maria Emília Pereira Sampaio e Maria do Carmo dos Santos Silva Leal Machado, minhas secretárias pessoais.

Durante os oito anos em que pude contar com o seu apoio, constatei o alto nível de competência e de sentido de responsabilidade com que sempre trataram os múltiplos assuntos que lhes foram confiados.

As suas qualidades humanas são reconhecidas por todos quantos com elas contactaram. Lealdade, zelo e disponibilidade total foram sempre timbre da sua actuação, a par de uma constante preocupação em dar resposta pronta a todos os assuntos.

Pela sua inestimável colaboração, quero deixar o meu mais reconhecido agradecimento.

27-10-95. — A Secretária de Estado do Planeamento e do Desenvolvimento Regional, *Isabel Maria de Lucena Vasconcelos Cruz de Almeida Mota*.

Louvor. — Ao cessar funções como Secretária de Estado do Planeamento e do Desenvolvimento Regional, louvo publicamente Luís Ribeiro Coelho, meu motorista pessoal.

Anexo II

Instituto da Comunicação Social

ALVARÁ PARA O EXERCÍCIO DA
ACTIVIDADE DE RADIODIFUSÃO

Nos termos do nº 3 do Artigo 1º. da Lei nº.87/88, de 30 de Julho, e do nº.2 do Artigo 6º.do Decreto-Lei nº 338/88,de 28 de Setembro, é autorizada a **Sociedade "José Soares da Silva, Lda."** com sede em, **S. João da Madeira** a exercer a actividade de radiodifusão sonora em ondas métricas (frequência modulada), para cobertura do **Concelho de S. João da Madeira**, na faixa de **88.1** MHz.

A potência máxima de radiação é de **27** dBW.

O período de funcionamento mínimo é de **24** horas.

A difusão de materiais publicitários não pode exceder **4,8** horas.

A língua utilizada nas emissões será a **portuguesa**.

Lisboa, **19** de **Fevereiro** de 1997

O PRESIDENTE DO I.C.S.

(Rui Assis Ferreira)

Conforme despacho conjunto do Secretário de Estado dos Transportes Exteriores e das Comunicações e Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e da Juventude, publicado no Suplemento ao D.R. nº 255, II Série de 04.11.1988

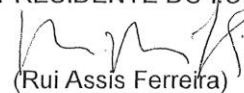
OBSERVAÇÕES:

A atribuição do Alvará à Sociedade "José Soares da Silva, Lda." é consequência de acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Administrativo que anulou o despacho conjunto dos membros do Governo que atribuiu o Alvará à "Informédia, Lda." no seguimento do concurso público de 1989.

O despacho conjunto que reordenou as entidades titulares de Alvará e que fixou as condições técnicas a que as mesmas ficaram sujeitas foi publicado no D.R. n.º 264, de 15.11.95, com efeitos a partir desta data.

Lisboa, 19 de Fevereiro de 1997

O PRESIDENTE DO I.C.S.



(Rui Assis Ferreira)

Anexo III



Instituto da Comunicação Social

Departamento de Meios de Comunicação Social

Registo do operador de radiodifusão

«José Soares da Silva, Lda»

Para / Esm^o Senhor^oJosé Soares da Silva, Lda^o

R. 11 de Outubro, 178

3700.000 S. João da Madeira

Apresentação n^o 58 de 25-08-2003Nos termos do disposto no Decreto Regulamentar n^o 8/99, de 9 de Junho, notifico que:

De acordo com a seguinte informação técnica de 25-08-2003:

"*Pode inscrever-se como operador de radiodifusão titulado a estação emissora «Rádio Regional Sanjoanense», nos termos do disposto nos arts 28^o e 29^o do Decreto Regulamentar n^o 8/99, de 9 de Junho. Hortense Santos*"

Com o despacho de 28-08-2003 que a seguir se transcreve, proferido no âmbito de competência delegada pelo Sr. Vice-Presidente do ICS [Despacho n^o 6068/2001 (2^a série), publicado no Diário da República n^o 73, 2^a Série, de 27 de Março de 2001]:

"*Defere-se a inscrição no registo dos operadores de radiodifusão, estando o respectivo alvará válido, dado a sua atribuição ao requerente resultar dos termos constantes dos pontos 5 e 6 do Despacho conjunto de 26/10/95, publicado no DR, 1^a Série, de 15/11/95. A formalização do respectivo título de licenciamento consta, igualmente, de documento junto ao processo, emitido pelo ICS e conforme com o referido Despacho. Maria Stella Lino*"

Ficou inscrita José Soares da Silva, Lda no registo dos operadores de radiodifusão

Elementos registados:		Tipo: Operador de radiodifusão	Inscrição: 423194	Data: 28-08-2003
Operador: José Soares da Silva, Lda				
Capital Social e seus detentores:		Titulares dos órgãos sociais:		
C.s. e seus detentores: € 24.939,90, representado por duas quotas a favor, de José da Silva Pinho e Maria Ângela da Silva Pinho, no valor respectivamente de 22.445,91 euros e 2.493,99 euros.		José da Silva Pinho e Maria Ângela da Silva Pinho.		
e: R. 11 de Outubro, 178				
C. Postal: 3700-210 S. João da Madeira		Classificação: Generalista Alvará n^o: de 15-11-1995 Canal de programa: Rádio Regional Sanjoanense Frequência: 88.1MHz.Mhz Horário de Emissões: das 00:00 às 00:00		
Estação emissora: Rádio Regional Sanjoanense				
Director de Programação: António Manuel Santos Pereira				
Director de Informação: António Gomes Pereira				
Instalações: R. 11 de Outubro, 178				
Apartado 135		C. Postal: 3700-210 S. João da Madeira		
Telefone: 256822783		Fax: 256822654		Móvel: 964644462
Internet:		Correio electrónico:		

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe de Divisão de Registos,

(Maria Stella Lino)

Anexo IV

Mapa de Publicidade

Pub das 00:00:00	00:00:18	Pub das 08:35:00	00:00:00	Pub das 17:00:00	00:13:59
Pub das 00:15:00	00:00:00	Pub das 08:45:00	00:00:00	Pub das 17:15:00	00:00:00
Pub das 00:30:00	00:00:00	Pub das 08:50:00	00:00:00	Pub das 17:30:00	00:01:07
Pub das 00:35:00	00:00:00	Pub das 09:00:00	00:09:56	Pub das 17:35:00	00:00:00
Pub das 00:45:00	00:00:00	Pub das 09:15:00	00:00:00	Pub das 17:45:00	00:00:00
Pub das 00:50:00	00:00:00	Pub das 09:30:00	00:00:24	Pub das 17:50:00	00:00:00
Pub das 01:00:00	00:00:18	Pub das 09:35:00	00:00:00	Pub das 18:00:00	00:13:20
Pub das 01:15:00	00:00:00	Pub das 09:45:00	00:00:00	Pub das 18:15:00	00:00:00
Pub das 01:30:00	00:00:00	Pub das 09:50:00	00:00:00	Pub das 18:30:00	00:01:32
Pub das 01:35:00	00:00:00	Pub das 10:00:00	00:12:42	Pub das 18:35:00	00:00:00
Pub das 01:45:00	00:00:00	Pub das 10:15:00	00:00:00	Pub das 18:45:00	00:00:00
Pub das 01:50:00	00:00:00	Pub das 10:30:00	00:01:30	Pub das 18:50:00	00:00:00
Pub das 02:00:00	00:00:18	Pub das 10:35:00	00:00:00	Pub das 19:00:00	00:28:51
Pub das 02:15:00	00:00:00	Pub das 10:45:00	00:00:00	Pub das 19:15:00	00:00:00
Pub das 02:30:00	00:00:00	Pub das 10:50:00	00:00:00	Pub das 19:30:00	00:01:22
Pub das 02:35:00	00:00:00	Pub das 11:00:00	00:12:48	Pub das 19:35:00	00:00:00
Pub das 02:45:00	00:00:00	Pub das 11:15:00	00:00:00	Pub das 19:45:00	00:00:00
Pub das 02:50:00	00:00:00	Pub das 11:30:00	00:01:07	Pub das 19:50:00	00:00:00
Pub das 03:00:00	00:00:18	Pub das 11:35:00	00:00:00	Pub das 20:00:00	00:15:41
Pub das 03:15:00	00:00:00	Pub das 11:45:00	00:00:00	Pub das 20:15:00	00:00:00
Pub das 03:30:00	00:00:00	Pub das 11:50:00	00:00:00	Pub das 20:30:00	00:00:00
Pub das 03:35:00	00:00:00	Pub das 12:00:00	00:16:27	Pub das 20:35:00	00:00:00
Pub das 03:45:00	00:00:00	Pub das 12:15:00	00:00:00	Pub das 20:45:00	00:00:00
Pub das 03:50:00	00:00:00	Pub das 12:30:00	00:00:54	Pub das 20:50:00	00:00:00
Pub das 04:00:00	00:00:18	Pub das 12:35:00	00:00:00	Pub das 21:00:00	00:07:17
Pub das 04:15:00	00:00:00	Pub das 12:45:00	00:00:00	Pub das 21:15:00	00:00:00
Pub das 04:30:00	00:00:00	Pub das 12:50:00	00:00:00	Pub das 21:30:00	00:00:00
Pub das 04:35:00	00:00:00	Pub das 13:00:00	00:08:41	Pub das 21:35:00	00:00:00
Pub das 04:45:00	00:00:00	Pub das 13:15:00	00:00:00	Pub das 21:45:00	00:00:00
Pub das 04:50:00	00:00:00	Pub das 13:30:00	00:00:44	Pub das 21:50:00	00:00:00
Pub das 05:00:00	00:00:18	Pub das 13:35:00	00:00:00	Pub das 22:00:00	00:18:45
Pub das 05:15:00	00:00:00	Pub das 13:45:00	00:00:00	Pub das 22:15:00	00:00:00
Pub das 05:30:00	00:00:00	Pub das 13:50:00	00:00:00	Pub das 22:30:00	00:00:00
Pub das 05:35:00	00:00:00	Pub das 14:00:00	00:06:11	Pub das 22:35:00	00:00:00
Pub das 05:45:00	00:00:00	Pub das 14:15:00	00:00:00	Pub das 22:45:00	00:00:00
Pub das 05:50:00	00:00:00	Pub das 14:30:00	00:00:29	Pub das 22:50:00	00:00:00
Pub das 06:00:00	00:00:18	Pub das 14:35:00	00:00:00	Pub das 23:00:00	00:56:58
Pub das 06:15:00	00:00:00	Pub das 14:45:00	00:00:00	Pub das 23:15:00	00:00:00
Pub das 06:30:00	00:00:00	Pub das 14:50:00	00:00:00	Pub das 23:30:00	00:00:00
Pub das 06:35:00	00:00:00	Pub das 15:00:00	00:09:47	Pub das 23:35:00	00:00:00
Pub das 06:45:00	00:00:00	Pub das 15:15:00	00:00:00	Pub das 23:45:00	00:00:00
Pub das 06:50:00	00:00:00	Pub das 15:30:00	00:02:47	Pub das 23:50:00	00:00:00
Pub das 07:00:00	00:27:42	Pub das 15:35:00	00:00:00		
Pub das 07:15:00	00:00:00	Pub das 15:45:00	00:00:00		
Pub das 07:30:00	00:01:02	Pub das 15:50:00	00:00:00		
Pub das 07:35:00	00:00:00	Pub das 16:00:00	00:07:23		
Pub das 07:45:00	00:00:00	Pub das 16:15:00	00:00:00		
Pub das 07:50:00	00:00:00	Pub das 16:30:00	00:00:52		
Pub das 08:00:00	00:12:29	Pub das 16:35:00	00:00:00		
Pub das 08:15:00	00:00:00	Pub das 16:45:00	00:00:00		
Pub das 08:30:00	00:00:29	Pub das 16:50:00	00:00:00		

Anexo V

Estatuto Editorial da Rádio Regional Sanjoanense

José Soares da Silva, Lda.

(Rádio Regional Sanjoanense 88.1 FM)

- 1º. - A Rádio Regional Sanjoanense estação de radiodifusão tem como princípios de orientação o pluralismo e independência, seguindo as directrizes deontológicas da Comunicação Social.
- 2º. - A Rádio Regional Sanjoanense privilegia na sua acção a informação local, de forma isenta e objectiva, pluralista e rigorosa, não deturpando ou encobrendo os factos, garantindo as mais variadas opiniões e tipos de expressão, sempre no interesse da região.
- 3º. - A Rádio Regional Sanjoanense assegura um jornalismo de intervenção e investigação, assumindo uma acção responsável e exigente.
- 4º. - A Rádio Regional Sanjoanense é independente de qualquer doutrina ideológica ou credo religioso, de qualquer organização política, poder autárquico, movimentos e comunidades religiosas.
- 5º. - A Rádio Regional Sanjoanense pugna pela liberdade de pensamento e expressão, defendendo a Igualdade a Solidariedade, o direito à diferença, tolerância e dignidade.
- 6º. - A Rádio Regional Sanjoanense pretende ser um meio privilegiado de debate e confronto de ideias e opiniões, voz activa na divulgação de iniciativas das entidades, organizações ou pessoas que trabalhem e prol do desenvolvimento local e regional.
- 7º. - A Rádio Regional Sanjoanense transmite crónicas de opinião, recorrendo a um vasto número de colaboradores permanentes e individualidades convidadas, que expressam livremente as suas ideias, opiniões, análises e críticas. As crónicas e seus autores são sempre devidamente identificadas e claramente distinguidos da notícia.
- 8º. - A Rádio Regional Sanjoanense embora privilegiando a informação local e regional, torna efectivos os mais diversos contactos com o auditório através do entretenimento sadio e responsável.
- 9º. - A Rádio Regional Sanjoanense reconhece o direito de resposta e jamais será usada como veículo para a oferta pessoal, ataques à honra e dignidade humana.
- 10º. - A Rádio Regional Sanjoanense promove reuniões semanais com os seus colaboradores, onde os princípios deste estatuto são reforçados através da prática diária.

Anexo VI

**Entrevista ao proprietário José da Silva Pinho por Mara Saramago
19/07/2012**

Como surgiu a ideia de se criar esta rádio?

Quais eram os principais objectivos desta rádio quando começou a emitir?

Quais foram os colaboradores que fizeram parte do início desta rádio?

Trabalhava cá alguma mulher na altura?

Contavam com que tipo de financiamento?

Os colaboradores da rádio tinham formação?

A tabela de conteúdos inicial alterou-se até aos dias de hoje?

Quando começaram, quantas horas emitiam diariamente?

Para além do edifício, o que tinham a nível técnico para iniciar este projecto?

Como tem conhecimento dos níveis de audiência da rádio?

A rádio actualmente é financiada de que forma?

Contam com algum apoio do Estado?

Como analisa a relação da rádio com as novas plataformas como a Internet?

Actualmente é dada aos colaboradores algum tipo de formação?

Como surgiu a ideia de se criar esta rádio?

A ideia foi minha. [...] A ideia de se criar a rádio surge porque a lei dizia que havia prioridade na atribuição de frequências a jornais com mais de 3 anos de existência. E este era o único com mais de três anos, tinha 50, 60 talvez naquela altura. E, portanto, como nós estávamos numa posição privilegiada, concorreremos.

Como decorreu esse concurso?

Na altura da atribuição de frequências, a empresa que suporta o jornal “O Regional” concorreu. E ficou em 3º lugar, portanto, não foi atribuída a frequência. A frequência foi atribuída à Informédia e a uma empresa que nem sequer existia juridicamente. Mas isto foi o suficiente para eles atribuírem a esteve a funcionar. Tiveram no ar durante vários anos. Emitiam as duas no mesmo edifício, no Centro Comercial Parque América. [...] Portanto, tivemos em São João da Madeira duas rádios a funcionar, como temos hoje, só que esta foi atribuída a uma empresa indevidamente e portanto nós tivemos de ir para tribunal com o Estado. Nós eramos a única empresa que tínhamos o jornal e isso era uma vantagem por isso tinha de ser a nossa a primeira da lista. Foi mal atribuída e nós não nos conformamos e foi provado no Tribunal, pelo Supremo Tribunal de Justiça. [...] No fim, deu-nos razão e ao fim de quatro, cinco ou seis anos foi-nos atribuída.

No processo de atribuição de alvará alguma rádio emitia?

Não, depois quando concorreremos essas rádios foram retiradas, quer dizer, deixaram de emitir. Mesmo assim ainda emitimos uns dois anos piratas. Mas depois passaram a ser rádios oficiais porque houve atribuição dessas frequências. Só que aconteceu isto que lhe acabei de dizer, atribuíram a uma empresa que nem sequer era de São João da Madeira e não atribuíram á Rádio Regional. Nós fomos para tribunal e foi feita justiça.

Quais eram os principais objectivos desta rádio quando começou a emitir?

Criar um órgão de comunicação, de divertimento, de cultura. E portanto, os grandes objectivos foram e continuam a ser elevar o nível cultural da população e oferecer às pessoas aquilo que elas gostam. Portanto, essa era assim desde o

princípio e continua a ser. Se conseguimos todos os objectivos? Direi, provavelmente não, nunca se conseguirá.

Quais foram os colaboradores que fizeram parte do início desta rádio?

Na rádio quem trabalhava inicialmente, praticamente são os mesmos que trabalham agora. Vieram da rádio Informédia. António Santos, António Costa, Augusto Lopes, Helder Neves, esse já não está cá, mas trabalhava cá, Salomão Rodrigues, Helder Neves, o Almeida que ainda hoje aqui está era o responsável pela publicidade na altura. Depois havia uns a fazer trabalhos extra, vinham cá pontualmente fazer o relato.

Qual era a hierarquia?

Salomão Rodrigues, era o encarregado da fábrica (risos), o director do rádio.

Trabalhava cá alguma mulher na altura?

Não existia nenhuma mulher na altura, não. Agora já existe, ou melhor, nós começamos aqui assim: desde o princípio o pessoal que trabalha no jornal também trabalha para a rádio e o pessoal que trabalha na rádio também trabalha para o jornal. Portanto, a empresa é una e indivisível. Claro que há uns que só trabalham para o jornal ou só para a rádio, mas quando é preciso, todos ajudam.

Contavam com que tipo de financiamento?

Com publicidade. Já existia a publicidade. Era nessa altura como é hoje mas havia muita mais publicidade do que há hoje. Agora contamos com as empresas daqui da praça e mesmo assim é cada vez menos, para não falar da nacional que quase não existe. [...] Portanto, o sustentáculo do jornal e da rádio era sobretudo a publicidade.

Os colaboradores da rádio tinham formação?

Tinham alguma formação e de vez em quando faziam cursos de formação. Agora se tinham formação aqui na rádio não tinham, porque aliás, alguns já vinham de

outra rádio, portanto já tinham alguma formação. São jornalistas, jornalistas encartados, digamos assim.

A tabela de conteúdos inicial alterou-se até aos dias de hoje?

Sim, vai-se alterando, mas não é substancialmente. Não é assim muito diferente. Havia vários programas, música portuguesa que era uma das grandes apostas, festivais, nós tivemos aqui artistas de nome por iniciativa da rádio. Estavam milhares de pessoas aqui na praça da cidade para ver os artistas que a rádio tinha mandado vir. Mesmo no Europarque também fizemos a mesma coisa e a receita reverteu a favor da Abraço. Portanto, foram várias iniciativas...Mas era a música, enfim, noticiários, divertimento, alguns discos pedidos. Ainda existe os discos pedidos, mas muito menos do que era. Ainda existe, mas de uma maneira mais residual. Mas basicamente a programação é a mesma só que com actualizações.

Quando começaram, quantas horas emitiam diariamente?

24 horas. Foi sempre 24 horas quando começamos e agora. Claro, tal como agora a partir de uma certa hora é a gravação continua. Não é? Que as máquinas hoje permitem que se carregue no botão e a programação está feita e ela vai.

Na altura, para além do edifício, o que tinham a nível técnico para iniciar este projecto?

Quando começámos não tínhamos nada mas comprou-se logo o material. Era ali no meu escritório com dois aparelhos de por discos e o microfone na frente e falar. Uma coisa muito rudimentar. Depois compraram-se equipamentos, como tenho hoje, que se foram comprando e alguns substituindo, que as coisas não duram sempre. [...] No início, usávamos gravadores em cassete e discos em vinil. Mas gravar era em cassete. Actualmente também ainda é, em certos programas temos cassete. Por exemplo eu tenho um programa que é “Figuras e Factos” e grava-se em cassete até para eu ouvir e depois é gravado em cd. Já lá vai em cerca de 460 programas.

Como tem conhecimento dos níveis de audiência da Rádio Regional Sanjoanense?

Através dos estudos de audiência realizados pela Markttest. Agora já há uns anos que não tenho conhecimento. Como aliás se fazem para *O Regional* nós temos 4,3 enquanto o Labor tem 0,8. Repare, nós fomos o 3º mais lido no distrito de Aveiro, este ano. [...] O primeiro jornal da cidade foi *O Regional*, depois apareceram mais alguns, o *Sanjoanense*, havia mais jornais que apareceram mas tudo com tempo efémero, quer dizer, pouco tempo. O que depois aguentou foi o jornal *Labor*, que se aguentou mais tempo e o que está a aguentar mais tempo.

A rádio actualmente é financiada de que forma?

É a publicidade, e depois as receitas do jornal. A empresa é uma só, então às vezes temos de contar com a ajuda do jornal para suportar a rádio.

Contam com algum apoio do Estado?

Não, nenhum apoio do Estado [...].

Como analisa a relação da rádio com as novas plataformas como a Internet?

Em relação a isso existe uma pessoa responsável, mas a rádio, rádio, para mim é isto que chega a casa das pessoas através do aparelho. Não podemos acabar com isto e ir agora todos para a Internet. [...]

Actualmente é dada aos colaboradores algum tipo de formação?

Ultimamente não tem sido feita formação. É como lhe digo, eles já tinham formação, já vinham de outras rádios.

É o único proprietário desta rádio?

Não. Eu sou o detentor da maior parte do capital. Mas existe outro sócio que é a minha esposa, Maria Ângela da Silva Pinho.

Anexo VII

**Entrevista ao editor José Miguel da Silva Pinho por Mara Saramago
23/08/2012**

Quem é o actual proprietário da Rádio Regional Sanjoanense?

Quem são os gestores da estação?

Existem coordenadores de programação, coordenadores comerciais, chefe de redacção, responsável pelo agendamento, técnicos de sonoplastia?

Quantos jornalistas trabalham na Rádio Regional Sanjoanense?

Têm estagiários na rádio?

Os jornalistas têm contrato de trabalho?

Qual é o número de horas que os colabores trabalham por dia?

Contam com o apoio de voluntários?

Como é que a rádio se financia?

Que tipo de equipamentos usam cá na redacção?

**A Rádio transmite os noticiários em simultâneo com a Rádio Renascença.
Porque esta aposta?**

Como analisa a relação da rádio com as novas plataformas como a Internet?

Quem é o actual proprietário da Rádio Regional Sanjoanense?

É assim, a rádio é da empresa José Soares da Silva. Depois existem os sócios e gerentes com mais de 10% do capital são o José da Silva Pinho e Maria Ângela Silva Pinho. Mas a rádio é da empresa José Soares da Silva, Lda. [...] José Soares da Silva morreu em 1974 e o Senhor Silva e a esposa ficaram com o jornal mais tarde.

São seus pais.

Sim, os proprietários são meus pais mas isso não tem nada a ver.

Quem são os gestores da estação?

Os gestores da estação, ora bem quem faz a gestão económica da estação é o proprietário.

Existem coordenadores de programação?

Sim, é o António Santos. É assim, ele está cá desde o início, o pessoal que aqui está da rádio, veio... a maioria deles António Costa (também faz jornal, que nós aqui há um relacionamento entre o jornal e a rádio), estavam na Informédia, que é a IFM agora, e vieram todos mais ou menos na mesma altura, houve um ou outro que veio primeiro, o Augusto Lopes também...creio que foi dos primeiros a vir, depois os outros vieram praticamente todos ao mesmo tempo... não houve aqui grande diferença...o Salomão Rodrigues também veio de lá...quando entrou um senhor que era brasileiro na Informédia e não queriam estar com ele.

E coordenadores comerciais?

Temos o Paulo Almeida, que é quem trata do *marketing* e da publicidade. Também estava na Informédia. Tem ao seu cargo a parte comercial é o responsável pelo marketing e publicidade. Não temos só a ele, temos duas pessoas a tempo inteiro na publicidade, mas ele é que gere. Gere tudo o que é rádio, a passagem dos *spots*, o tempo que passa na rádio, ele gere, mas depois o que o cliente pedir é o que vai.

E chefe de redacção ...

É o Professor Ismaelino, Manuel Ismaeliano de Matos Sousa. É director há imensos anos. Não tem um papel na rádio, é como o director do jornal não está cá em permanência. Temos de ter um chefe de redacção, que quem está cá mais em permanência é o administrador e o editor.

“O editor” estamos a falar de si...

Sim, sou eu que coordeno tudo o que seja preciso, alguém que venha cá para falar com alguém que seja responsável...

E responsável pelo agendamento, existe?

Isso vai dar ao mesmo, é o mesmo dos programas, o António Santos. Tem a ver com a direcção de programas, mas não significa que há não haja, mesmo eu chegando a beira dele e sugiro, a administração sugere: “olha vamos fazer aqui um programa qualquer coisa”. Mas mesmo a parte desportiva é com ele, normalmente a parte desportiva das rádios tem alguém que gere essa parte.

Quantos jornalistas trabalham actualmente na rádio?

Ora bem, António Santos, António Costa, tivemos o Helder Neves que foi para o estrangeiro, mas foi por pouco tempo, depois voltou [...] ficou sempre amigo da casa mas acabou por falecer. Depois temos o Salomão Rodrigues a Joana Gomes Costa que faz a informação regional da rádio e o Augusto Lopes, que diria faz quase a 100% o desporto tanto no jornal como na rádio. Depois temos o Durbalino Dias que faz trabalhos pontuais este ano não fará o desporto, mas faz o desporto neste momento do jornal [...] acompanha a columbofilia, no fundo, são menos importantes mas tem aqui na nossa zona a columbofilia tem muita gente ligada a isso.

Têm estagiários na rádio?

Não, agora não temos, mas já tivemos. De momento não.

Existem técnicos de sonoplastia?

Não, são eles próprios. Eles produzem e fazem tudo.

Os jornalistas têm contrato de trabalho?

Sim, todos os jornalistas têm contrato de trabalho e ganham em média uns 600 euros, “o editor” ganha uns 750€.

Qual é o número de horas que os colaboradores trabalham por dia?

Depende dos dias, a área do jornalista acaba por ser muito generalizada. Depende muito do que tenham de fazer, porque muitas vezes não estão cá, passam uma manhã fora, se há uma reunião de camara, se há uma assembleia. [...] Horários de entrada tem a rececionista tem de ter, eu também tenho de ter, mas não posso dizer que os jornalistas não tem um horário fixo. Na rádio aqueles q têm os horários da sua programação, que tem de fazer o programa, mas fora isso não há horário fixo para ninguém.

Contam com o apoio de voluntários?

Na parte desportiva existem voluntários, normalmente em dias de jogo, a Sr^a. Conceição Loureiro, esposa do Augusto Lopes, tira fotografias nos dias de jogo, não é remunerada, faz porque gosta e porque quer ajudar. Agora mais voluntários, não temos. [...] Por exemplo, numa noite de eleições, chamamos sempre voluntários, porque é precisa muita gente, e arranjamos sempre.

Como é que a rádio se financia?

Com publicidade.

Só publicidade?

Só publicidade. É uma das grandes diferenças das rádios em relação aos jornais. O jornal logicamente que tem publicidade é o factor principal, mas depois tem as vendas de jornais nas tabacarias nos quiosques e as assinaturas dos assinantes. Portanto há mais dois pontos de receita, são três. Publicidade, vendas dos jornais e as assinaturas dos assinantes. A rádio é mesmo só publicidade.

A publicidade advém essencialmente de particulares, instituições públicas...?

Tentamos ir buscar publicidade onde for possível. Vendemos um produto não é? No início vinham imensas publicidades das finanças, daquelas coisas que vão á praça, da conservatória, solicitadores mas cada vez mandam menos. Agora é mesmo o comércio tradicional. Que também não está bem. Agora estamos a tentar vender uma espécie de “pack” em que paga o serviço e a publicidade é transmita na rádio e no jornal. [...] Mas por exemplo vamos supor que eu lhe alugo um espaço, queria fazer aqui, comprar no fundo, eu estava-lhe a vender um espaço, é uma publicidade, porque já tivemos aqui casos desses, pessoas que têm fazer duas horas por semana ou três horas, por exemplo e entre nós ficava combinado, ou paga esse espaço e gere-o com publicidade ou então uma outra situação que se chegou a ter cinquenta-cinquenta de publicidade para cada um.

Mas actualmente é principalmente do comércio tradicional?

Sim, actualmente é a Malisan, o Mc Donalds o Centro Médico da Praça, o Continente e o Pingo Doce, e depois é o comércio em si, a publicidade é muito na base do local. De vez em quando vem umas publicidades de fora do distrito, mas é uma minoria. A Câmara também, quando necessita de divulgar os cortes de rua, ou actividades que às vezes tem, mas cada vez menos. Também não estamos à espera que a camara nos financie, nem nunca estivemos, porque felizmente ou infelizmente existem muitos jornais que vivem. Houve casos até mesmo até em tribunais que vivem porque são financiados, eu quase que diria, são pagos pelas Câmaras. No fundo são autênticos boletins municipais, nós nunca tivemos nada disso, a nossa ligação com a Câmara é absolutamente profissional, alias com esta Câmara que está e com as que estiveram.

Que tipo de equipamentos usam cá na redacção?

Usamos computadores, mesas de emissão. Os computadores fazem a grande parte, aliás ficam em automático perfeitamente durante vários dias, aliás a não ser que eles bloqueiem. Porque a programação que existe é desde as 07.30h da manhã às 07.30h da manhã do dia seguinte.

**A Rádio transmite os noticiários em simultâneo com a Rádio Renascença.
Porque esta aposta?**

Já não existem. Era através da ARIC (Associação de Rádios de Inspiração Cristã), mas eram poucos, não eram assim muitos, durante o dia havia a nossa programação regional e essas ligações que se fazem em que nós ligávamos directamente á Rádio Renascença. Mas houve uma reunião agora sobre isso pensou-se seriamente em cortar. Porque isso era uma taxa e estávamos a fazer publicidade á Rádio Renascença, porque é a realidade, passamos os noticiários deles e ainda temos de pagar. Durou por dez anos, mas não sendo obrigatório, na altura em que se falou nisso eu fui logo da opinião de se cortar, porque já pagamos tanta coisa.

Como analisa a relação da rádio com as novas plataformas como a Internet?

Isso é assim, pagasse uma taxa e ainda é muito dinheiro por mês, uma taxa, á APIR (Associação Portuguesa de Imprensa Regional). Agora é assim, em termos de publicidade não compensa, mas em termos de auditório sim porque há muitas pessoas principalmente para quem não apanha através da antena, apanha na internet. Não só os emigrantes, que esta é uma zona de muitos emigrantes, mas toda a gente que não apanhe através da antena.

Anexo VIII

Entrevista ao colaborador Augusto Lopes por Mara Saramago 07/09/2012

Que tipo de formação jornalística possui?

Quais foram as principais diferenças sentidas entre esta rádio e as anteriores experiências?

Desde quando trabalha na Rádio Regional Sanjoanense? Desde o seu início?

Qual é a participação que os colaboradores têm na construção da programação?

Quais são as temáticas em que a Rádio Regional Sanjoanense mais investe?

Como analisa a relação da rádio com as novas plataformas como a Internet?

Que tipo de formação jornalística possui?

Eu tenho o CNIB e tenho a prática de 25 ou 26 anos. Comecei na Rádio Comercial em Lisboa, aliás, primeiro comecei mesmo numa rádio pirata em Lisboa, depois sim fui para a Comercial e depois vim para aqui para a Rádio Regional Sanjoanense. Mas formação é mesmo isso, a prática.

Quais foram as principais diferenças sentidas entre trabalhar numa rádio nacional e agora numa regional?

Acima de tudo, temos de fazer tudo numa regional. Desde os comandos técnicos e tudo e numa rádio nacional só temos de falar ao microfone. É muito mais trabalhoso estar numa rádio regional. Enquanto numa rádio nacional existem estúdios para tudo e pessoal próprio para tratar de cada coisa, aqui numa regional faz-se tudo. Temos de fazer tudo.

Desde quando trabalha na Rádio Regional Sanjoanense desde o seu início?

Sou o mais antigo da casa. Eu vim para aqui mesmo no início da rádio, há catorze anos para aí. Eles vieram todos depois de mim. Aliás, alguns vieram pouco depois, mas eu sou o mais antigo.

Qual é a participação que os colaboradores têm na construção da programação?

Nós sugerimos. Sempre tivemos total liberdade para sugerir novos programas, novos temas. Ainda ontem, e porque o Fado passou a Património Imaterial da Humanidade e porque eu sou um apaixonado pelo Fado, propus fazer um programa com essa temática e vou fazer. Já ficou decidido que vou avançar com esse projecto, vai ser mesmo feito.

Quais são as temáticas em que a Rádio Regional Sanjoanense mais investe?

Nós investimos em tudo desde política, social, desporto. A política é virada para o caso do conselho e o desporto também é da região, a sociedade [...] mas é mais desporto. Sem dúvida que o desporto prevalece.

Como analisa a relação da rádio com as novas plataformas como a Internet?

A mais-valia é que nós agora temos a notícia na ponta dos dedos. A rapidez com que as coisas se passam. É assim, antigamente tínhamos de esperar para dar a notícia, agora podemos dar na hora. Antigamente tínhamos de esperar pelas agências, agora não, vamos a internet e ficamos a par de tudo.

Anexo IX

Entrevista ao colaborador António Santos por Mara Saramago 07/09/2012

Que tipo de formação jornalística possui?

Quais foram as principais diferenças sentidas entre esta rádio e as anteriores experiências?

Desde quando trabalha na Rádio Regional Sanjoanense?

Os jornalistas participam activamente nas grelhas de programação?

Existe um conselho de redacção na Rádio Regional Sanjoanense?

Sendo locutor, como é que sente se o público aceita bem ou não um determinado tipo de programação, o que ele pretende ouvir...

Trabalha exclusivamente par a rádio? Ou também para o jornal?

Qual é a temática em que a Rádio Regional Sanjoanense mais investe?

Encontra alguma mais-valia na Internet para a rádio?

O vosso site da internet está inserido no projecto ROLI?

A publicidade que emitem é local, nacional...?

Que tipo de informação transmitem diariamente?

Que tipo de formação jornalística possui?

Não tenho formação jornalística, eu tenho a segunda classe. Tenho 42 anos e comecei aos 17. Como pode ver, já tenho uns anitos de experiência. Comecei na Águia Azul, depois fui para a Informédia, e agora estou aqui. Já tenho uns 25 anos de experiência.

Quais foram as principais diferenças que sentiu entre esta rádios e as anteriores onde já trabalhou?

É tudo muito dentro do mesmo género, estamos a falar de rádios locais para todos os efeitos. Repara, a Águia Azul é já ali na Feira, a Informédia cá em São João, não há assim tanta coisa de diferente. São os colegas vá, e algumas coisas internas, mas poucas. Estamos a falar de rádios locais e na mesma zona, não existem assim diferenças significativas, não.

Desde quando trabalha na Rádio Regional Sanjoanense?

É assim, desde o início, início não trabalho. Mas estou quase desde o início. A rádio estava no ar para aí há um ano quando eu cá cheguei.

Os jornalistas participam activamente nas grelhas de programação?

Portanto, nós participamos, sim. Sempre que temos ideias, temos total abertura para as propor. Sempre que achamos que o público vai gostar de alguma coisa, nós dizemos em reunião.

Existe um conselho de redacção na Rádio Regional Sanjoanense?

Não, isto está tudo interligado. Fazemos reuniões e decidimos, não existe um conselho próprio que decide.

Sendo locutor, como é que sente se o público aceita bem ou não um determinado tipo de programação, o que ele pretende ouvir...

Portanto, pelo *feedback* que nos dão. Seja por chamada, *e-mail*, pessoalmente, as pessoas manifestam-se dizem o que gostam e o que não gostam. Mas principalmente é pelas chamadas dos ouvintes na rádio, que também recebemos.

Por exemplo, agora brevemente vamos ter um programa de fados em que as pessoas podem fazer discos-pedidos. Nós sabemos que elas nos vão dizer se estão a gostar ou não. Aliás, como já acontece agora, nós temos programas de discos-pedidos, (embora não seja de fados) e as pessoas já dão o seu parecer nesses programas. A comunidade gosta de dedicar através da rádio músicas aos seus familiares e amigos, e aproveitam para nos dar o *feed-back* do nosso trabalho. Seja para o bem ou para o mal as pessoas querem manifestar os seus gostos e nós ficamos assim a saber do que as pessoas mais gostam e menos. Porque também nos convém saber.

Trabalha exclusivamente par a rádio? Ou também para o jornal?

No meu caso, só para a rádio. Eu sou só da rádio. Mas se for necessária qualquer ajuda, qualquer coisa, nós ajudamos todos.

Qual é a temática em que a Rádio Regional Sanjoanense mais investe?

Como é uma rádio generalista é tudo mais na base da informação, da música nacional, mas também não esquecemos os hits internacionais. [...] Mas temática, é sem dúvida no desporto, nós apostamos mais é no desporto. [...] Mas não nos esquecemos das outras áreas, tentamos cobrir de tudo, um pouco mas a verdade é que investimos mais no desporto porque também sentimos que é isso que o Sanjoanenses esperam de nós e nós procuramos sempre oferecer aquilo que o público quer. É assim que vive uma rádio.

Encontra alguma mais-valia na Internet para a rádio?

Sim, para além de ser uma forma muito mais rápida para tudo, chegamos além-fronteiras com a Internet. As pessoas podem-se manifestar, podem sugerir [...] muitas vezes é por lá que ficamos a saber muitas coisas que não sabíamos, das opiniões e assim das pessoas. E aliás, não são só Sanjoanenses, são também pessoas que são de cá mas estão no estrangeiro, são emigrantes. Essas também nos ouvem e também interagem connosco muitas das vezes. [...] A rádio tem *facebook* e sítio próprio na Internet tal como o jornal [...].

Através do programa ROLI?

Exactamente é através desse programa que temos [...].

A publicidade que emitem é local, nacional...?

É sempre dentro dos mesmos clientes. A publicidade habitual da rádio é à Estetidente, Paços da Cultura, Eletroclara, Delistrónica, Gimnofísico...é muito por aí por empresas e coisas locais. Agora nacional, nacional não. Repara também, a maior parte das pessoas que ouvem esta rádios são pessoas de cá, da cidade, de São João da Madeira, ou seja, os principais interessados em divulgar aqui os seus produtos são as empresas de cá de São João da Madeira.

Que tipo de informação transmitem diariamente?

São só notícias regionais. Nós só lançamos notícias regionais. Agora que se terminou a parceria com a Rádio Renascença, são só acontecimento de cá. Claro que não ficamos alheios um grande acontecimento, vamos inseri-lo na programação com certeza, mas o nosso serviço é regional. A origem da informação é toda de cá, a Joana é que faz, é ela que edita. E a própria pesquisa que nós fazemos através do jornal, vai para a rádio. E a da rádio vai para o jornal. De facto o jornal é complemento da parte de informação que nós temos. Um acontecimento registado no jornal é depois reportado aqui para a rádio e vice-versa. O mesmo gravador que grava para depois recolher a informação para o jornal é utilizado em gravação aqui para a rádio. Um gravador que grava para a rádio, por exemplo nos jogos de futebol, depois são ouvidos e editados os conteúdos para fazerem parte das notícias do jornal. Mas, de facto, o jornal é complemento da parte de informação que nós temos. Um acontecimento registado no jornal é depois reportado aqui para a rádio e o contrário também. Porque repara, o jornal é semanal a rádio é diária, aliás as notícias são mesmo em determinadas horas, ou seja, pode ser dada primeiro na rádio.

Anexo X

Entrevista à colaboradora Joana Costa por Mara Saramago 05/10/2012

Que tipo de formação jornalística possui?

Teve alguma experiência profissional antes de vir para esta rádio?

Actualmente desempenha funções tanto na rádio como no jornal?

Qual é a participação que os jornalistas têm na construção da grelha de programação?

Quais as temáticas em que a Rádio Regional Sanjoanense mais investe?

Como analisa a relação da rádio com as novas plataformas como a Internet?

Que tipo de formação jornalística possui?

Eu tenho uma licenciatura, mas não é exactamente na área do jornalismo. Sou licenciada em Novas Tecnologias da Comunicação.

Teve alguma experiência profissional antes de vir para esta rádio?

Sim, eu estive no *Labor*, o meu primeiro emprego foi no *Labor*, antes disso estava a estudar. Depois do *Labor*, vim para o jornal *O Regional* e só depois é que comecei a fazer rádio. Mas, na rádio, só faço a parte da informação.

Tem um programa o “prestar contas”...

Sim, tenho. É com o Presidente da Câmara, o Castro Almeida.

Actualmente desempenha funções tanto na rádio como no jornal?

Sim, a parte da informação, é tanto na rádio como no jornal.

Qual é a participação que os jornalistas têm na construção da grelha de programação?

Temos total liberdade para propor novos temas, novos conteúdos. Eu nunca sugeri nada, limito-me a fazer as notícias. Mas existe essa possibilidade.

Quais as temáticas em que a Rádio Regional Sanjoanense mais investe?

Actualmente é no desporto. Mas é abrangente, depois também tem as entrevistas a actores feitas pelo Santos, tem política, tem sociedade... É um pouco abrangente.

Como analisa a relação da rádio com as novas plataformas como a Internet?

Primeiro passou a ser possível ouvir rádio a partir de qualquer local, isto é, pode-se ouvir em qualquer lado e depois a nível das notícias também é muito bom porque está sempre actual.